

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
MEIO AMBIENTE

Fabiana Hesketh de Oliveira Nunes

**Catadores de materiais recicláveis fixos em Descalvado-SP: trajetórias de
vida, trabalho e cooperação**

ARARAQUARA-SP

2022

Fabiana Hesketh de Oliveira Nunes

Catadores de materiais recicláveis fixos em Descalvado-SP: trajetórias de vida, trabalho e cooperação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, da Universidade de Araraquara-UNIARA- como um dos pré-requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas Sustentáveis.

Linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais, Políticas Públicas e Vulnerabilidade Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Alessandra Santos Nascimento

Coorientadora: Prof.^a Dra. Helena Carvalho de Lorenzo

ARARAQUARA-SP

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total e parcial deste trabalho por qualquer meio, convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

N925c Nunes, Fabiana Hesketh de Oliveira
Catadores de materiais recicláveis fixos em Descalvado-SP:
trajetórias de vida, trabalho e cooperação/Fabiana Hesketh de Oliveira
Nunes. – Araraquara: Universidade de Araraquara, 2022.
130f.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de
Araraquara-UNIARA

Orientador: Profa. Dra. Alessandra Santos Nascimento

1. Exclusão social. 2. Trabalho informal. 3. Catador. 4. Agente
ambiental. I. Título.

CDU 577.4

FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME DO(A) ALUNO(A): **Fabiana Hesketh De Oliveira Nunes**

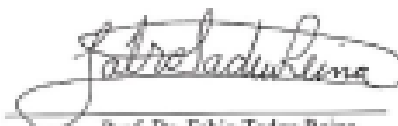
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. Dra. Alessandra Santos Nascimento
UNIARA – Araraquara



Prof. Dr. Fabio Tadeu Reina
UNIARA – Araraquara



Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho
UNIARA – Araraquara

Araraquara – SP 15 de março de 2022

Dedico este trabalho à Michelle (*in memoriam*), pelos anos de companheirismo, amor e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e Nossa Senhora, pela proteção e pelas bênçãos concedidas.

Às Professoras, Dra. Alessandra Santos Nascimento e Dra. Helena Carvalho de Lorenzo, pelos cuidadosos trabalhos de orientação, dedicação, valiosos ensinamentos e pela confiança em mim depositada.

Aos Professores que fizeram parte da minha banca de qualificação e de defesa, Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho, Dr. Fábio Tadeu Reina, Dra. Maria Lúcia Ribeiro e Dra. Patrícia Olsen de Souza, pelas excelentes explanações, contribuições e críticas construtivas que se fizeram primordiais para conclusão deste trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro no âmbito do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP) durante a realização da pesquisa.

A Altamar Viana Nunes, esposo e companheiro, pelo amor e carinho, compreensão e apoio incondicional ao longo desses dezessete anos de casamento.

À Raquel Hesketh de Oliveira Nunes, filha amada e amiga, pelo incentivo e companhia adorável.

Aos meus filhos amados, Alex Rafael Hesketh de Oliveira Nunes e Matheus Hesketh de Oliveira Nunes, pelos incentivos e companhias sempre agradáveis.

Minha eterna gratidão aos meus pais, Abílio Álvares Hesketh D'Oliveira e Lucinda Furtado de Oliveira, pelo amor, dedicação, cuidado e incentivo.

À minha irmã e meu sobrinho, Fabíola Hesketh de Oliveira e Eduardo Aurélio Hesketh de Oliveira Aguiar, pelo amor e incentivo; estendendo a meu ex-cunhado, Eduardo Aurélio Barros Aguiar, pois o considero como irmão.

À minha sogra, Telma Maria Viana, pelo apoio e confiança e aos meus cunhados e sobrinhos.

A todos os professores do Departamento de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara-UNIARA, pelos ensinamentos transmitidos e colaboração.

A todos os colegas do Mestrado e Doutorado, pela convivência e amizade ao longo desse processo de aprendizagem.

À Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, pela dedicação e compromisso com a qualidade do ensino.

Às funcionárias do Departamento de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, pela dedicação e eficiência nos serviços prestados.

Ao Secretário Municipal de Educação, Sr. Marco Antônio Pratta, que nos presenteou com seu livro sobre a história de Descalvado-SP.

À Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, na pessoa da funcionária pública Sra. Cilmaria Bispo, que se prestou a preencher o questionário referente ao gestor público.

Um agradecimento especial a todos os catadores e catadoras que se dispuseram a colaborar com a pesquisa, fornecendo as informações necessárias e com uma receptividade inigualável.

RESUMO

O modelo de desenvolvimento econômico vigente no Brasil tem propiciado um aumento da desigualdade social. Por outro lado, o padrão de consumo industrial tem feito com que a sociedade produza um excessivo volume de resíduos inservíveis, que poluem o meio ambiente, e um montante de resíduos que tem sido usado como matéria-prima do trabalho dos catadores de recicláveis. Diante do contexto de agravamento dos índices de desenvolvimento econômico e social desta população, a pesquisa se propôs a analisar as condições de vida e as experiências de trabalho dos catadores de materiais recicláveis fixos do município de Descalvado-SP, entre os anos de 2002 e 2020. Para tanto, buscamos realizar uma pesquisa descritiva e qualitativa, capaz de reconstruir e interpretar parte das trajetórias de vida, de trabalho e de organização dos catadores, a partir de diálogos com as dimensões sugeridas na literatura especializada sobre o tema no Brasil (a saber, a exclusão social, o trabalho informal e a atuação do catador como agente ambiental). Como resultado desta investigação encontramos questões inerentes aos catadores de materiais recicláveis fixos em Descalvado-SP, identificando o que foi mais proeminente nesta realidade em comparação às dimensões pesquisadas por outros autores sobre essa temática. As trajetórias aqui reconstruídas não se resumiram apenas a dados ou a números sobre a reciclagem, mas refletiram parte das experiências, forças, fragilidades e desafios de mulheres e homens trabalhadores vulneráveis na busca pela sobrevivência, estes que possuem visibilidade apenas nas localidades que habitam, onde encontram apoio e colaboração da comunidade.

Palavras-chave: Exclusão social; Trabalho informal; Catador; Agente ambiental.

ABSTRACT

The current economic development model in Brazil has led to an increase in social inequality. On the other hand, the pattern of industrial consumption has caused society to produce an excessive volume of unusable waste, which pollutes the environment, and an amount of waste that has been used as raw material for the work of recyclable collectors. Given the context of worsening economic and social development indices of this population, the research proposed to analyze the living conditions and work experiences of fixed recyclable material collectors in the municipality of Descalvado-SP, between the years 2002 and 2020. To this end, we sought to carry out a descriptive and qualitative research, capable of reconstructing and interpreting part of the life, work and organization trajectories of the collectors, based on dialogues with the dimensions suggested in the specialized literature on the subject in Brazil (namely, social exclusion, informal work and the role of the collector as an environmental agent). As a result of this investigation, we found issues inherent to fixed recyclable material collectors in Descalvado-SP, identifying what was most prominent in this reality compared to the dimensions researched by other authors on this topic. The trajectories reconstructed here were not limited to data or numbers on recycling, but reflected part of the experiences, strengths, weaknesses and challenges of vulnerable women and men workers in the search for survival, who have visibility only in the places they inhabit, where find community support and collaboration.

Keywords: Social exclusion; Informal work; Waste picker; Environmental agent.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas técnicas

ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais

ANCAT – Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo

CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem

CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

COOPERAMBIENTE – Cooperativa de Coletores de Materiais Recicláveis do Município de Descalvado-SP

COOPER-REDE – Cooperativa de Reciclagem de Descalvado-SP

DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica

EPI – Equipamento de Proteção Individual

ETE – Estação de Tratamento de Esgotos

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPT – Instituto de Pesquisa Tecnológica

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

MNPR – Movimento Nacional da População de Rua

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OCB – Organização de Cooperativas do Brasil

PBF – Programa Bolsa Família

PIB – Produto Interno Bruto

PNADC – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RLOR – Rede Latino-Americana de Organizações Recicladoras de Catador

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do território de Descalvado no Estado de São Paulo, com os municípios limítrofes, constando marcações em vermelho que correspondem à quantidade de catadores distribuídos por bairro.	23
Figura 2 - Galpão da DF Reciclagem com o espaço disponível e os materiais comercializados.	63
Figura 3 - Galpão da Sucatas Chiaratti.	64
Figura 4 - Caminhões da Sierro Dias transportando materiais comprados.	65
Figura 5 – Armazenamento de materiais coletados: residência de catador.	81
Figura 6 - Materiais coletados em <i>bags</i> alocados na calçada em via pública.	82
Figura 7 - Transporte de materiais recicláveis: carrinhos de ferro e de bebê.	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Marco das conquistas dos catadores de materiais recicláveis no Brasil (1980 a 2010).....	32
Quadro 2 - Cronologia das legislações no Brasil e no Estado de São Paulo sobre cooperativismo.	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Origem dos(as) Catadores(as) pesquisados(as) por gênero.....	68
Tabela 2 - Nível de Escolaridade dos(as) catadores(as) pesquisados(as).....	69
Tabela 3 - Caracterização étnico-racial dos(as) catadores(as) pesquisados(as).	69
Tabela 4 - Estado Civil dos(as) catadores(as) pesquisados(as)	69
Tabela 5 - Número da Prole dos(as) catadores(as) pesquisados(as).....	69
Tabela 6 - Tipo de Moradia dos(as) catadores(as) pesquisados(as).	70
Tabela 7 - Faixa Etária dos(as) catadores(as) pesquisados(as).....	71
Tabela 8 - Local de Coleta dos(as) catadores(as) pesquisados(as).....	76
Tabela 9 - Valores das vendas por tipo material e peso (kg) informados pelos(as) catadores(as) pesquisados(as).....	79
Tabela 10 - Tempo de atuação como catador(a).....	80
Tabela 11 - Transporte de Material.	84

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	14
2. INTRODUÇÃO	15
3.OBJETIVOS	21
3.1 Objetivo Geral	21
3.2 Objetivos Específicos.....	22
4.METODOLOGIA	22
5. OS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NA LITERATURA.....	28
5.1 Catadores de Materiais Recicláveis: marcos legais; movimentos sociais e cooperativismo	28
5.1.1 Cooperativismo e Economia Solidária	34
5.2 Diferentes dimensões de análise sobre os catadores.....	39
5.2.1 <i>Catador como Agente Ambiental</i>	39
5.2.2. <i>Exclusão social ou inclusão perversa</i>	42
5.2.3. <i>Trabalho informal e precarizado</i>	46
6. O ESPAÇO DE INVESTIGAÇÃO DA PESQUISA.....	49
6.1 Contexto histórico e geográfico da região de Descalvado-SP.....	49
6.2 Gestores públicos municipais	52
6.3 Cooperativas de Catadores de Recicláveis em Descalvado-SP	57
6.4 Empresas de reciclagem.....	60
7. TRAJETÓRIA DE VIDA E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO DOS CATADORES .	66
7.1 Trajetória e condições de vida	67
7.2 Experiências de trabalho	76
8.RESULTADOS.....	87
9.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS.....	92
APÊNDICES.....	100
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	
100	
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS GESTORES MUNICIPAIS.....	107
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS GESTORES PRIVADOS.....	113
APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	120
ANEXOS.....	122

ANEXO 1 - PROJETO VIDRO SOCIAL.	122
ANEXO 2 – ATA DA FUNDAÇÃO DA COOPERAMBIENTE-COOPERATIVA.....	126

1. APRESENTAÇÃO

Neste tópico iremos expor motivações pessoais e acadêmicas que contribuíram para a delimitação do objeto de estudo da presente dissertação.

O interesse em estudar os aspectos que envolvem a história de vida, o trabalho e a geração de renda dos catadores de materiais recicláveis fixos no município de Descalvado-SP surgiu em virtude do contato direto que tive com algumas famílias de catadores atendidos em processos judiciais nas Varas de Família e da Infância e Juventude na qual trabalho como Analista Judiciária – Assistente Social, avaliando as questões sociais inerentes aos casos para instrumentalizar as decisões judiciais. O fato de os catadores exercerem, de um lado, um papel tão relevante para a sociedade com a coleta seletiva de materiais recicláveis e, por outro, nem sempre conseguirem manter adequadamente suas famílias, chamou minha atenção.

Em março de 2020, iniciei o curso de mestrado acadêmico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente na Universidade de Araraquara-UNIARA, na linha de pesquisa Dinâmicas Territoriais, Políticas Públicas e Vulnerabilidade Social, sob a orientação das Professoras Dra. Alessandra Santos Nascimento e Dra. Helena Carvalho De Lorenzo, momento em que passei a desenvolver a presente pesquisa.

A proposta inicial consistia em estudar as cooperativas de catadores na cidade de Descalvado-SP, mas ao longo do levantamento documental foi observado que as cooperativas (Cooper-rede e Cooperambiente) haviam sido desativadas. Tal fato exigiu uma readequação do tema à realidade vigente, desse modo, optou-se por não restringir o estudo ao período em que os catadores estiveram cooperados e a torná-los os atores sociais a serem pesquisados.

O estudo preliminar foi realizado ao longo do ano de 2020 e a aplicação dos questionários aconteceu no início do segundo semestre de 2021, seguindo as normativas propostas pelo Comitê de Ética, a saber, a assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido e de Consentimento de Uso de Imagem, que foram adaptados pela pesquisadora, sendo que tais termos bem como os modelos dos questionários aplicados estão disponibilizados na seção de anexos dessa dissertação. Também é importante destacar que para a realização do trabalho de campo seguimos rigorosamente o protocolo sanitário de distanciamento social, uso de máscara e álcool gel 70%, para evitar o contágio e agravamento da pandemia pelo COVID-19 que tem assolado vários países no mundo, inclusive, o Brasil, país que, até o momento, conta com mais de 650 mil óbitos segundo os dados do Ministério da Saúde.

Portanto, essa dissertação busca descrever e analisar os aspectos que envolvem a trajetória de vida e as experiências de trabalho e de cooperação dos catadores de materiais recicláveis fixos na luta pela sobrevivência e inclusão social no município de Descalvado-SP.

2. INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento econômico capitalista, desde a Revolução Industrial, tem por base a geração de riqueza a partir do progresso tecnológico e da produção intensiva de bens de consumo. Essa lógica tem levado ao descarte cada vez maior de resíduos inservíveis ao meio ambiente, sejam eles provenientes do ambiente de trabalho (industrial ou não) ou das próprias residências. Semelhante lógica também tem sido responsável pelo aumento do acúmulo de capital e das desigualdades sociais, seja em países desenvolvidos, seja em países subdesenvolvidos, a exemplo do Brasil.

Segundo dados divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2019), o Brasil se encontra na 84ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ainda apresentando uma distribuição de renda bastante desigual, 1/3 de todas as riquezas se concentra nas mãos de 1% da população, tal quadro é acompanhado por políticas educacionais e de saúde subfinanciadas. Em outras palavras, tais informações demonstram que no território nacional tem persistido um padrão desigual, em que há enriquecimento de um lado e, de outro, aumento do contingente de excluídos sociais.

É nesse contexto de desigualdades sociais, e de excedentes de resíduos sólidos, principalmente nos grandes centros urbanos, que surgem os catadores de materiais recicláveis como pertencentes a uma parcela da população mais vulnerável, isto é, desprovida de meios de subsistência minimamente dignos, estando geralmente caracterizados como abaixo da linha de pobreza e com nível de escolaridade insuficiente. Tal caracterização encontra respaldo na reflexão de Yazbek (2018), segundo a qual vulneráveis são os indivíduos ou grupos que se diferenciam por suas condições precárias de vida (condições sociais, de classe, culturais, étnicas, políticas, econômicas, educacionais e de saúde).

Neste cenário de vulnerabilidade, à margem da sociedade do trabalho e do consumo, inicia-se a atividade de catação com a finalidade única de coletar para o uso próprio os materiais encontrados nos lixões (resíduos alimentícios e de vestuário). Com o tempo, de acordo com Bosi (2016), essa atividade foi tomando corpo e fluxo, e se tornando, além de um meio de sobrevivência, uma fonte de renda mínima aos catadores, uma vez que os resíduos

sólidos urbanos passaram a lhes servir como matéria-prima de trabalho, sendo o aproveitamento do lixo imprescindível para sua comercialização.

Por pertencerem a um grupo, muitas vezes invisível ao poder público nas diferentes instâncias, os catadores foram, em seus primórdios, foco da ação de várias organizações sociais, de universidades, da filantropia religiosa e dos princípios da economia solidária. Na década de 1980, tais organizações passaram a dar lugar a diversas associações e cooperativas pelo país (BOSI, 2016). A partir da cooperação mútua, e de uma maior organização dessa categoria, os movimentos dos catadores entram em cena em busca de melhores condições de trabalho, de maior consciência sobre seus direitos e de reconhecimento de sua atividade como profissão.

O primeiro passo relevante no processo de institucionalização da atividade dos catadores de recicláveis ocorreu em 2002, com o reconhecimento oficial da profissão de catador pela legislação brasileira, compondo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) sob o número 5192-05, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2013). Ainda de acordo com a descrição da CBO, os catadores podem ser divididos em três atividades: 1) a de catar o material; 2) a de selecionar, e a 3) de operar a prensa desses materiais recicláveis. Tais trabalhadores também são responsáveis por: “[...] catarem, selecionarem, prepararem e venderem materiais recicláveis como papel, papelão, vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis” (BRASIL, 2013). Para ingressar neste tipo de trabalho não há exigência de escolaridade e tampouco de formação profissional. Aqueles que trabalharem em associações ou cooperativas ainda são responsáveis por realizar a manutenção do ambiente e dos equipamentos, administrar os recursos e garantir a segurança de todos no processo de reciclagem (BRASIL, 2013).

Outra conquista relevante para a categoria foi a aprovação, em 2010, da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que incluiu como um de seus principais instrumentos o incentivo ao desenvolvimento das cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de recicláveis em seu artigo 8º da Lei 12.305/10. Como também o artigo 18 que trata da elaboração dos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos, dando ênfase à prioridade de acesso aos recursos da União àqueles que implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas, ou outras formas de associação de catadores de materiais recicláveis composta por pessoas de baixa renda (BRASIL, 2010). Essas cooperativas, desde que devidamente organizadas, poderiam passar a receber o apoio da administração pública, incluindo galpões de triagem, equipamentos de proteção individual (uniformes, botas, bonés, luvas e máscaras) e outros equipamentos (máquina de prensa, esteira, caminhão etc.), com a

finalidade de dar melhor tratamento ao material coletado, valorizando o produto para ser vendido (BRASIL, 2010).

Na literatura especializada encontramos estudos a respeito da vida e da atuação dos catadores de materiais recicláveis no Brasil. Uma parcela significativa destas pesquisas tem argumentado que os movimentos sociais deste segmento têm demonstrado o quanto o descarte consciente e a coleta seletiva são importantes para reduzir os impactos ao meio ambiente, o que representa maior visibilidade para a atuação dos catadores de recicláveis como agentes ambientais (FERRAZ; GOMES; BUSATO, 2012).

Cerca de 90% dos materiais coletados que chegam às indústrias de reciclagem advêm do trabalho dos catadores, que possuem habilidades para identificar, coletar e separar o material desprezado pela sociedade (SILVA; JOIA, 2008). O Anuário da Reciclagem, que compilou dados do período entre 2017 e 2018 e foi lançado em São Paulo, consiste em um documento elaborado pela Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (ANCAT). De acordo com tal documento, a reciclagem, a partir do trabalho dos catadores, gerou para o Brasil cerca de 70 milhões de reais, com 465.814 toneladas de materiais recuperados, nesse período.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), baseado no Censo 2010, existiam no Brasil cerca de 388 mil pessoas exercendo atividade de catação de material reciclável e reutilizável como fonte principal de renda. Até o início de 2020, de acordo com o Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR), o país passou a contar com aproximadamente 800 mil pessoas realizando essa atividade, com possibilidade de ter aumentado para um milhão com a pandemia de COVID-19.

A literatura pesquisada nos permite partir de dois pressupostos: primeiro, o de que os catadores possuem um papel importante na cadeia da reciclagem e, conseqüentemente, no seu efeito benéfico ao meio ambiente. E segundo, o de que, apesar dessa contribuição ambiental, aqueles que trabalham informalmente ainda continuam na base da cadeia de produção, tendo ganhos inferiores em comparação ao volume e relevância do trabalho executado, uma vez que os catadores contratados e com registro em carteira profissional correspondem a 2% dessa população e ganham em média R\$ 1.320,60 (salário mínimo no período de R\$ 1.039,00) no mercado de trabalho brasileiro para uma jornada laboral de 44 horas semanais, de acordo com pesquisa junto a dados oficiais do Novo CAGED, eSocial e Empregador Web, no período de maio de 2020 a abril de 2021 (SALÁRIO, 2021).

Esse cenário pandêmico, com o aumento do número de pessoas exercendo a catação por falta de oportunidade de emprego, sugere a relevância de se desenvolver novos estudos

sobre o tema. Decorreu desta necessidade, a proposta de realizar esta pesquisa descritiva e qualitativa que visa contribuir para lançar luz sobre a realidade dos catadores de materiais recicláveis do município de Descalvado-SP. Como recorte temporal, tem-se o período de 2002, ano de criação e encerramento da primeira cooperativa estabelecida no referido município (Cooper-rede), até o ano de 2020 – por ser um momento atípico em virtude da pandemia de COVID-19, que impactou a conjuntura política, social e econômica, trazendo novos elementos para pensar a questão da vulnerabilidade social, inclusive, acentuando os riscos à profissão de catador. Os principais sujeitos da pesquisa são os catadores fixos que vivem da coleta de resíduos sólidos urbanos e/ou domiciliares de forma autônoma. Devido à inexistência de dados anteriores mais elaborados a respeito do perfil desses catadores, tomamos como referência a listagem – que conta com 73 pessoas – fornecida pela municipalidade.

Houve a tentativa de contactar as 73 pessoas, porém, participaram efetivamente da pesquisa 37. Deste total de catadores fixos entrevistados, 27 são mulheres, o que sinaliza um público mais desprotegido no que tange a garantia do reconhecimento de seus direitos sociais e trabalhistas. Diante do exposto, indiretamente as questões de gênero relativas ao trabalho aparecem nesse contexto, apesar de não ser nosso foco principal por envolver aspectos específicos e complexos que requereriam maior reflexão.

Na visão de Silva (2014), pesquisadora da questão social, de gênero e de violência contra mulheres pobres:

O acirramento da pobreza e as metamorfoses da questão social na atualidade repercutem, sobretudo, no cotidiano das mulheres pobres. Isso é evidenciado nos processos de responsabilização na criação dos filhos, na dupla jornada de trabalho, na própria vivência da subalternidade como jugo que a mulher carrega nas suas diferentes relações, inclusive nas amorosas (SILVA, 2014, p. 13).

A autora destaca que a vulnerabilidade social e de trabalho recai sobre a mulher pobre como sendo mais um fator de violência, por esta ser muitas vezes a única responsável pelos cuidados e sustento da prole. Levando essa análise para as catadoras de recicláveis, sua realidade é mais sacrificante e excludente em comparação aos homens catadores, pois além destes últimos contarem com maior força física para realizar a catação, geralmente não arcam sozinhos com o sustento de seus descendentes e não são discriminados com maior frequência pelo mercado de trabalho.

Corroboram essa discriminação os dados relativos ao quarto trimestre de 2017, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), (AGÊNCIA, 2018), que

evidenciaram que ainda há muito a conquistar na direção da igualdade de gênero no país, pois mesmo quando a participação das mulheres supera a dos homens em algumas profissões, seus salários continuam sendo menores que os deles.

A primeira tentativa de organização dos catadores em Descalvado-SP foi realizada com a fundação da Cooper-rede em 17/07/2002 e a segunda com a Cooperambiente em 17/12/2007, ambas com apoio da Prefeitura. O funcionamento delas foi interrompido por constatação de irregularidades, as quais serão apontadas no decorrer da pesquisa. Mais recentemente, em meados de maio de 2020, ocorreu um levantamento do número de catadores de recicláveis no município pesquisado e seu registro, o que já mencionamos anteriormente, junto à Secretaria Municipal de Saúde, visando identificar e classificar por bairros tais trabalhadores para o recebimento dos quites de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), com o objetivo de prevenir o contágio por COVID-19. Foram fornecidos pela municipalidade: luvas, máscaras, álcool gel 70% e feitos, periodicamente, exames laboratoriais (PCR), por ser o trabalho dos catadores considerado insalubre e com maior probabilidade de infecção pelo vírus. Esse risco de infecção é ampliado uma vez que os catadores utilizam a própria residência como local de depósito e seleção dos materiais recicláveis coletados. A coleta seletiva realizada por eles é feita de porta-a-porta, geralmente com carrinhos de ferro movidos à tração humana.

Em decorrência da pandemia, houve queda da economia de mercado e o aumento do número de desempregados e subemprego no país. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o único setor que registrou crescimento em termos de Produto Interno Bruto (PIB) no ano de 2020 foi a agropecuária (2%), enquanto a indústria perdeu 3,5% e os serviços caíram 4,5%. O colapso da economia só não foi maior por causa do auxílio emergencial concedido pelo governo federal no período de abril a dezembro a um terço dos 212 milhões de brasileiros (AFP, 2021).

Se levarmos em consideração esse panorama de desemprego e de subemprego, o número de catadores de materiais recicláveis no município é superior aos 73 fixos informados, pois existem aqueles que fazem parte da categoria como catadores eventuais. Segundo um levantamento preliminar junto a Prefeitura Municipal de Descalvado-SP, os catadores eventuais, cerca de 17 contabilizados, podem ser divididos em dois tipos: os que realizam a coleta esporadicamente para complementar a renda porque têm outra atividade fixa de trabalho, a exemplo dos próprios garis; e os que não conseguem se manter empregados e utilizam a atividade de coleta entre um emprego e outro. Estes são concorrentes dos catadores fixos e disputam acirradamente os materiais de coleta, dando origem a relações conflituosas e

diminuindo a quantidade de recicláveis disponíveis no mercado, influenciando diretamente na redução da renda dos catadores fixos.

Além da concorrência entre catadores fixos e eventuais, que aumentou em 2020, os catadores também enfrentaram outra dificuldade, pois de acordo com o relato de alguns gestores das empresas de reciclagem no município – que compram dos catadores, pesam, limpam, compactam os materiais e os revendem para empresas maiores ou indústrias – com a pandemia de COVID-19, houve uma queda considerável nas vendas desses materiais recicláveis, por conta do fechamento de estabelecimentos comerciais, imposto pelo protocolo de isolamento (*lockdown*) para conter a propagação do vírus, sendo repassado ao catador essa perda por meio da redução dos valores de compra por quilo.

Foi levantado como hipótese da pesquisa que os catadores fixos de recicláveis do município de Descalvado-SP estariam à margem da sociedade, enfrentando desigualdades sociais relevantes em virtude de suas condições de trabalho, inclusive, da ausência de conhecimento sobre o funcionamento e os possíveis benefícios da atuação profissional por intermédio da ação baseada na organização cooperativista. Tal conjectura foi comprovada durante a aplicação dos questionários junto aos catadores e informações dos demais atores sociais.

Frente às mudanças na legislação, na conjuntura nacional e local, em razão também da pandemia, e a continuidade e sobrevivência da atividade dos catadores de recicláveis numa sociedade que nega emprego, o estudo pretende contribuir com reflexões sobre a inclusão social desses profissionais, a partir da caracterização de sua experiência de trabalho como catador, para que os próprios catadores e demais atores envolvidos possam tomar conhecimento das fragilidades e forças nesta área e, ao mesmo tempo, tirá-los da invisibilidade, sejam nas relações com o poder público municipal (inclusive, fazendo jus ao recurso de tentar inserir o trabalho com a reciclagem na agenda pública), seja nas relações com as empresas ligadas ao setor e com a sociedade de modo geral. Essa invisibilidade social é aqui entendida como sendo o fenômeno pelo qual uma parcela da população desperta o preconceito e a indiferença do poder público e da sociedade quanto a sua situação.

Além da apresentação e introdução, o presente trabalho foi organizado em três capítulos, sendo estruturado da seguinte forma: inicialmente é feita a apresentação dos motivos que geraram o interesse pelo tema; na introdução, a justificativa da importância da pesquisa, delimitação dos objetivos geral e específicos e da metodologia utilizada. Dando sequência, discutimos no primeiro capítulo os catadores na literatura especializada, fazendo um resgate dos marcos legais e evidenciando os movimentos sociais dos catadores e suas

bases cooperativistas. Ainda nessa seção, discutimos o catador como agente ambiental, a exclusão social e o trabalho informal e precarizado desse profissional. No segundo capítulo, caracterizamos o espaço de investigação da pesquisa, a partir da contextualização histórica e geográfica do município de Descalvado-SP; identificamos as principais legislações e ações dos gestores públicos voltadas ao gerenciamento dos resíduos sólidos, isto é, políticas públicas implantadas que tiveram como foco o meio ambiente, a reciclagem e os catadores; identificamos também as duas experiências cooperativistas vivenciadas no município; e qualificamos e classificamos as empresas envolvidas com a reciclagem e compra dos materiais dos catadores. No capítulo seguinte, tratamos da trajetória de vida e experiências de trabalho dos catadores, dividindo em duas subseções os dados obtidos a partir dos questionários aplicados. Por último, exibimos os resultados da pesquisa com suas respectivas análises à luz da literatura especializada e tecemos as considerações finais. Nos apêndices constam os modelos dos questionários; os termos de consentimento livre e esclarecido; a legislação sobre o Projeto Vidro Social e Ata de Fundação da Cooperambiente.

Como um dos resultados foram observadas algumas semelhanças entre os catadores de materiais recicláveis fixos em Descalvado-SP e os de outras localidades, ao se considerar as seguintes características das categorias pesquisadas na literatura: baixa escolarização; prevalência de pessoas com idade acima de trinta anos; existência de problemas de saúde e insalubridade na execução da atividade de catação. Tais condições reforçam as desigualdades sociais e a precariedade do trabalho desses profissionais neste e em outros estudos.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Analisar as condições de vida e as experiências de trabalho dos catadores de materiais recicláveis fixos, sob as dimensões sociais, econômicas e ambientais no município de Descalvado-SP.

3.2 Objetivos Específicos

Caracterizar o perfil socioeconômico dos catadores: renda, moradia, saúde, doenças, composição familiar, história de vida, presença ou ausência de benefícios assistenciais e quais tipos, dentre outros.

Caracterizar as condições de trabalho, estrutura física e operacional (utilização de luvas, carrinho, *bags*, carga horária de trabalho diária etc.) e as condições de depósito e comercialização dos recicláveis, destacando a origem dos materiais reciclados (residências, comércio e empresas em geral) e o destino dos mesmos (vendas diretas ou indiretas, onde armazenam, como vendem).

Identificar a existência e a forma de funcionamento, no município de Descalvado-SP, de instituições envolvidas com as atividades de recolha de resíduos recicláveis pelos catadores (ex-cooperativas, prefeitura, empresas ou sucateiros), no período de 2002 a 2020.

4. METODOLOGIA

Ao entender que a metodologia de pesquisa é indispensável para a qualidade e confiabilidade do trabalho de investigação, faz-se necessário classificá-la quanto à sua natureza, que foi exploratória e descritiva, sua maneira de abordar o problema que foi qualitativa, e os procedimentos técnicos utilizados: instrumentos de coleta de dados estruturado e semiestruturado (aplicação de questionários com perguntas semiabertas no caso dos catadores e demais atores sociais) e a pesquisa documental (legislações, atas, processos envolvendo a temática da reciclagem no município escolhido).

Houve também o levantamento bibliográfico nas bases de dados Google Acadêmico; na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da CAPES e SciELO durante o primeiro e segundo semestre de 2020, e o primeiro semestre de 2021, o que reforçou a escolha para desenvolver a presente investigação com uma abordagem qualitativa com objetivos exploratórios e descritivos, tendo como palavras-chave: exclusão social, trabalho informal, catador e agente ambiental.

Concomitante ao levantamento bibliográfico da literatura especializada no tema dos catadores de recicláveis, para citarmos alguns exemplos desta: Bosi (2016), Bortoli (2009) e Miúra (2004); fizemos uma investigação em sites oficiais do poder público municipal (Prefeitura, Câmara Municipal e Jornal Oficial do Município de Descalvado-SP) e de outras

instâncias para a caracterização do público pesquisado, identificando algumas leis sancionadas voltadas aos catadores e à reciclagem; trabalhamos com outras fontes: atas e/ou outros documentos relativos às cooperativas; registros das empresas de reciclagem no site *CNPJ Biz* e nos sites oficiais das próprias empresas.

Os autores considerados os principais interlocutores da presente pesquisa foram escolhidos a partir da identificação da recorrência de seus trabalhos para o tratamento de diferentes questões que envolvem a temática dos catadores no país. Além disso, verificou-se que houve uma maior incidência de publicações de artigos e trabalhos científicos sobre o tema dos catadores num determinado período que antecedeu e sucedeu a PNRS, em 2010. Nos estudos de caso de diferentes localidades, observou-se a prevalência de investigações que analisaram as seguintes abordagens: 1) os catadores cooperados e suas relações com as cooperativas específicas; 2) o papel do movimento social dos catadores; 3) os catadores avulsos/autônomos e a coleta em lixões ou aterros. A pesquisa sobre Descalvado-SP dialoga com tais abordagens, mas dedica-se a caracterizar as especificidades das condições de vida, trabalho e cooperação dos catadores. A reflexão de Yin (2016, p.19), sobre as características e vantagens da investigação qualitativa, nos propicia sinalizar como nossa abordagem soma-se e ao mesmo tempo, difere-se das já existentes.

Considerando como recorte temporal o período compreendido entre os anos de 2002 e 2020, e o recorte espacial o município de Descalvado-SP, foi realizada sua caracterização prévia e inicial exibida na Figura 1. Trata-se de um município localizado na região centro-leste do Estado de São Paulo, e, segundo a PNAD (2021), conta com aproximadamente 34.097 habitantes. Na sua economia destacam-se a cana-de-açúcar e a produção e comercialização de produtos para animais de pequeno e médio porte.

Figura 1 - Localização do território de Descalvado no Estado de São Paulo, com os municípios limítrofes, constando marcações em vermelho que correspondem à quantidade de catadores distribuídos por bairro.



Fonte: Elaborada a partir do Google Earth-Mapas, 2020.

A amostra de catadores de materiais recicláveis fixos se deu a partir de dois dados: o primeiro, da Secretaria Municipal da Assistência e Desenvolvimento Social, que forneceu o quantitativo de 16 catadores, com sete destes como beneficiários do antigo Programa Bolsa Família; e, o segundo, da Secretaria Municipal de Saúde, como dito em item anterior, fornecendo lista mais completa e que incorpora a primeira, com nomes e endereços, no total de 73 catadores fixos. Cabe destacar que esta lista foi elaborada por meio da coleta de autodeclaração dos catadores aos postos de saúde do município, Unidades de Saúde da Família (USFs), dos seus respectivos bairros de referência.

Ainda segundo a Figura 1, acima exemplificados, os 73 catadores fixos estão distribuídos, em sua maioria, nos bairros periféricos da cidade: 21 no bairro Jardim Albertina; 11 no Parque Morada do Sol; 11 no Bosque do Tamanduá; 09 na Vila Brasil; 08 no Centro; 07 no São Sebastião; e 06 no Santa Cruz.

Desse universo, foram sujeitos da pesquisa 37, equivalente a 50% do total, todos catadores fixos autônomos e sem vínculo empregatício atual no setor da reciclagem, sendo 27 mulheres e 10 homens. Ainda que o objetivo fosse entrevistar a totalidade dos catadores fixos do município, ocorreram alguns entraves, foram eles: a) algumas pessoas não foram localizadas nos endereços informados (mudaram ou nunca residiram naqueles imóveis); b) houve casos em que agendamos e visitamos a residência mais de uma vez, mas ainda assim não encontramos os catadores, isso devido à grande carga horária de trabalho imposta pela concorrência com outros catadores no período da pandemia; c) tiveram também os que se

recusaram a participar da pesquisa com qualquer informação; e, por fim, d) os que não trabalhavam mais com a coleta de recicláveis.

Mesmo com as dificuldades apresentadas no parágrafo anterior, conseguimos entrevistar um número significativo de catadores, num percentual proporcional à quantidade de catadores por bairro, ou seja, todos os bairros foram contemplados pela amostra. Isto possibilitou averiguar que a realidade dos catadores no município é, de certa forma, homogênea em todos os bairros.

Houve iniciativa de pesquisar os ex-representantes e membros da diretoria das referidas cooperativas, mas não obtivemos êxito, pois se recusaram a participar e a presidente da última cooperativa faleceu em 2019.

Sobre os demais atores: os gestores municipais (na pessoa do Procurador do Município e demais Secretários Municipais do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, da Saúde e da Assistência e Desenvolvimento Social), apenas a Secretaria Municipal da Assistência e Desenvolvimento Social preencheu e nos encaminhou o formulário impresso respondido. Os três gestores de empresas privadas de reciclagem com sede no município não responderam os questionários virtuais encaminhados. E alguns gestores públicos e privados limitaram-se a fornecer algumas informações pontuais sobre seu trabalho e a relação com os catadores por intermédio de contato telefônico realizado pela pesquisadora.

Um procedimento importante realizado para manter o anonimato dos participantes foi atribuir C (para cada catador) e G (para cada gestor), empregando uma sequência numérica crescente.

Após levantamento documental a respeito das tentativas cooperativistas no município, foi possível identificar a existência de duas cooperativas fundadas, respectivamente, em 2002 e 2007 (Cooper-rede e Cooperambiente), e sua situação atual de desativação. Ainda nesse levantamento, foi identificado no município a existência de quatro empresas de reciclagem e uma de sucata as quais incorporam parte dos resíduos sólidos nessa cadeia de produção (Recicla Tom, D.F. Reciclagem ou Reciclagens Franzin, Sierro Dias Reciclagem, M.M. Reciclagens e Sucatas Chiaratti ou JP Sucatas). Destas empresas/sucata, apenas três mantêm relações comerciais com os catadores pesquisados. Identificamos também duas empresas fundadas como Microempreendedor Individual (MEI) durante esse período, mas ambas já foram encerradas e não conseguimos maiores informações.

Os questionários (Apêndices A, B, C) não geraram ônus aos pesquisados e para sua aplicação e utilização tiveram o aceite dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido e de Consentimento de Uso de Imagem (que foram adaptados a partir das normativas do Comitê de

Ética da Plataforma Brasil) – (Apêndice D). Foi oferecido contato por telefone e e-mail, assim como prestados os devidos esclarecimentos durante e após a aplicação de cada questionário. Este procedimento foi aplicado *in loco* pela pesquisadora. No processo de preenchimento dos questionários, foram respeitados os protocolos sanitários impostos pelo contexto atual de pandemia, isto é, foi mantido distanciamento social e utilizados máscara e álcool gel. A aplicação dos questionários com os 37 catadores foi realizada por meio de entrevistas presenciais individualmente nas residências destes.

Já para os demais atores foi encaminhado formulário de autopreenchimento e ciência dos Termos via link na plataforma *Google Forms*, sendo quatro formulários encaminhados, um para cada gestor municipal; três aos gestores privados, um para cada gestor, e um à ex-presidente da Cooper-rede. Conforme explicitado anteriormente, não houve retorno dos gestores, exceto da Secretaria de Assistência Social. No entanto, foi possível dialogar um pouco, via telefone, sobre informações pontuais com alguns gestores.

Para elaboração e aplicação dos questionários apenas com os catadores, criamos um questionário pré-teste que foi aplicado com dois catadores e depois adaptado para o questionário definitivo. Uma das adaptações feitas foi para assegurar a verificação de questões sobre riscos de acidente e/ou problemas de saúde, uma vez que se percebeu que os catadores não conseguiam identificar tais condições como parte da profissão. Outra mudança, foi acrescentar ao labor feminino questões referentes aos cuidados com a prole em meio ao trabalho de catação. Em geral, os questionários dos catadores foram elaborados de forma objetiva para facilitar a compreensão dos pesquisados, por estes terem em sua maioria baixa escolaridade e dificuldade de interpretação das perguntas. Tais instrumentos foram organizados visando contemplar diferentes categorias, ou seja, cada conjunto de questões buscou satisfazer uma categoria central. Primeiro, foram formuladas questões que buscaram abordar a origem dos catadores, sua renda, moradia e composição familiar. Segundo, foram propostas questões referentes à luta pela sobrevivência, condições de saúde e inclusão social. E, terceiro, foram desenvolvidas perguntas relativas as condições de trabalho, estratégias de organização e visibilidade, além das principais dificuldades enfrentadas enquanto catador.

Durante a aplicação dos questionários com os catadores, não foi possível restringir nossa pesquisa ao preenchimento dos questionamentos nele contidos, pois se verificou a necessidade de ouvir as narrativas dos catadores, suas histórias e desabafos. Vários deles nunca tinham tido a oportunidade de contar sobre sua atuação profissional. A previsão de tempo para aplicação de cada questionário era inicialmente de uma hora, mas na prática, diante desse contexto, alguns encontros duraram horas.

As perguntas buscaram conhecer e caracterizar os sujeitos, como também, suas experiências vivenciadas de forma cooperada e não cooperada, visando lançar luz sobre as seguintes indagações: O que ocorreu para que ele(a) se tornasse um(a) catador(a)? Como tem sido seu cotidiano de trabalho? Outras pessoas de sua família já trabalharam com materiais recicláveis? Como é sua relação com outros catadores, inclusive, com os não cadastrados? E com os moradores? E com o setor público? E com os compradores dos recicláveis? Qual a razão de continuar exercendo essa profissão? A profissão como catador(a) tem garantido condições dignas de trabalho e de vida para sua família?

O roteiro do questionário que seria aplicado com os ex-líderes das duas cooperativas foi um prolongamento do questionário anterior dos catadores, com questões semiabertas, que procurou satisfazer alguns aspectos sobre como era feito o processo de entrada na associação, vantagens e desvantagens para os catadores trabalharem na associação, facilidades e dificuldades que os associados enfrentavam, como era feito o processo de desligamento, como se dava o fluxo de trabalho com a reciclagem e o porquê do encerramento, tempo como presidente da associação, tipo de material coletado e separado na associação, convênio com os apoiadores e a prefeitura. Diante da negativa por parte dos ex-cooperados dirigentes, estes dados foram extraídos de forma parcial e restrita a partir de documentos de registro das cooperativas, sendo um dos maiores entraves para conhecer a fundo seu modo de funcionamento.

Já os questionários dos demais atores sociais pesquisados (isto é, os agentes públicos e privados relacionados com o setor de reciclagem no município) buscaram a identificação dos agentes e de seus respectivos setores de atuação; o papel da reciclagem no município; as relações com os catadores; a sua participação, ou não, na formulação, implementação e/ou encerramento das atividades das cooperativas de catadores na cidade etc. Estes questionamentos tiveram perguntas abertas, que se referiram também ao compromisso com a destinação dos resíduos sólidos de acordo com a PNRS, a sua forma de armazenagem e reciclagem, a relação que mantêm com os catadores, os incentivos fiscais, as políticas públicas relacionadas, como é realizado o circuito da reciclagem no município, a quantidade de resíduos sólidos coletada e reciclada ou reutilizada. Informações estas que foram fornecidas somente pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SADS); e por fontes anônimas em virtude da recusa dos demais atores em participar do preenchimento do questionário enviado.

Após a conclusão dessas etapas, analisamos os dados obtidos (documentos e questionários aplicados). Transcrevemos e organizamos as respostas abertas e semiabertas

para sua posterior análise. Também organizamos os dados fechados em forma de tabelas e colocamos em evidência alguns aspectos que, no decorrer da apresentação dos resultados da dissertação, serão correlacionados às dimensões trabalhadas pela literatura especializada (exclusão social, trabalho informal e catadores como agentes ambientais), além de verificar nossas hipóteses iniciais no que se refere aos catadores e suas experiências.

5. OS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NA LITERATURA

No presente capítulo procurou-se entender como a literatura acadêmica tem abordado o tema do catador de recicláveis, possíveis conceituações, origem familiar e trajetória de vida e de trabalho. O resultado da revisão bibliográfica foi organizado e apresentado considerando aspectos relevantes da história e trajetória dos catadores bem como as categorias analíticas mais recorrentes: a) papel de agente ambiental; b) exclusão social ou inclusão perversa; e c) trabalho informal e precarizado.

5.1 Catadores de Materiais Recicláveis: marcos legais; movimentos sociais e cooperativismo

Os catadores de materiais recicláveis são definidos, de acordo com Sicular (1991), como grupos que executam várias atividades relacionadas à coleta de produtos no lixo, seja para o consumo próprio, seja para a comercialização, isto é, são grupos que utilizam o lixo como matéria-prima. Ainda para esse autor, embora excluídos de qualquer vínculo empregatício e de estabilidade financeira, sua atividade de catação foi confundida em alguns espaços com coletores de lixo ligados ao serviço público. Contudo, essa distinção ocorre com base na finalidade que o lixo tem para cada um deles, pois diferentemente do catador de recicláveis, o servidor público tem sua atividade baseada apenas na remoção do lixo. Além disso, este último está inserido regularmente no mercado de trabalho formal, possuindo renda e estabilidade financeira e de trabalho e sem a exigência numérica de produtos em peso recolhidos ao dia para sua subsistência.

Diante do exposto, o termo catador se refere exclusivamente à função que um determinado indivíduo desempenha ao catar, tratar e vender ou se apropriar dos lixos encontrados, importando para sua renda e manutenção a qualidade do produto recolhido e a quantidade coletada.

Para Sicular (1991), os catadores de recicláveis podem ser agrupados de acordo com diferentes critérios: local em que executam a coleta; tipos de materiais coletados; tipos de habitação; e a relação que eles têm com os compradores. Quanto ao primeiro critério, ou seja, o local em que a coleta é realizada, os catadores se dividem em dois tipos: os que catam nos lixões e os que catam nas áreas urbanas das cidades, ou seja, de porta em porta. Considerando os tipos de materiais têm-se os materiais destinados ao seu próprio uso e que atendam às suas necessidades pessoais (exemplos: sapatos, roupas, móveis etc.); e os materiais coletados e separados para a venda, isto é, que tenham um valor de troca (são exemplos destes materiais: o plástico, o papelão, os metais etc.). O terceiro critério, que se refere ao tipo de moradia, leva em consideração se os catadores residem nos próprios lixões (aterros) e proximidades, em barracos e favelas, ou se eles moram em casas em bairros da periferia. E, o último critério diz respeito à forma de se relacionar com os compradores (se ela é direta ou indireta). Tais compradores são representados tanto por atravessadores (carroceiros e donos de oficinas de sucata), quanto pelas empresas pertencentes à indústria da reciclagem.

Vários autores estudados destacam que a origem dos catadores no Brasil não pode ser dada com exatidão porque não existem registros de sua existência inicial. Isto é, não se conhece a evolução inicial da atividade de catador, sabe-se apenas que ela é bastante antiga e considerada como a primeira atividade de recuperação do lixo.

Para Bosi (2016), em seu livro intitulado “*História dos catadores no Brasil*”, a origem dos catadores no país se deu a partir de 1950, por registros literários que mencionavam em suas histórias a existência de pessoas que viviam do lixo. Segundo este autor, a reciclagem nunca foi iniciada com intuito de preservar a natureza, mas sim para a reutilização das coisas devido ao nível de pobreza da população.

Em meados de 1960, os catadores passaram a ganhar atenção a partir de iniciativas da Igreja Católica, de Organizações não Governamentais (ONGs) e de Universidades, no sentido de mobilizá-los para buscar melhores condições de vida. Em 1970, com o surgimento da perspectiva de economia ecologicamente correta, na época conhecida como ecodesenvolvimento, depois como desenvolvimento sustentável e na atualidade como economia verde (ROMEIRO, 2012), o trabalho executado pelos catadores no ciclo que deu origem à reciclagem foi sendo paulatinamente reconhecido como fundamental nesse processo.

Uma das implicações da atuação do trabalho realizado pelos catadores ficou evidenciada quando a coleta realizada por eles afetou diretamente a redução dos materiais coletados pelos caminhões de lixo municipais. O que influenciou na redução dos gastos com a limpeza pública e o aumento da vida útil dos aterros sanitários, fazendo com que o meio

ambiente fosse menos impactado com o descarte dos resíduos sólidos, e também se promovesse a redução na extração dos recursos naturais.

O trabalho do catador se tornou mais perceptível a partir de 1990, quando houve o crescimento do material coletado e também um aumento no número de pessoas envolvidas nesse processo (SEVERO, 2008). Esse aumento foi causado, de um lado, pela ampliação do material destinado à reciclagem, isto é, maior interesse na compra desses materiais pela indústria, pois o lixo passou a ser visto como mercadoria na sociedade do capital; por outro, pela grande quantidade de desempregados no país, a partir da década de 1980, em meio à crise mundial que abalou o sistema capitalista e o refez em novos moldes neoliberais (LEAL *et al.*, 2002).

Com o surgimento do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), a partir de 2001, e a fundação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), em 2004, a categoria passou a ter uma melhor organização e representatividade de classe, propiciando a abertura de espaços de discussão dentro das políticas públicas sob a perspectiva dos próprios catadores (IPEA, 2013).

O MNCR surgiu a partir do I Encontro Nacional de Catadores de Papel em meados de 1999, em Belo Horizonte-MG, sendo fundado em junho do ano seguinte no 1º Congresso Nacional de Catadores; e faz parte da Rede Latino-Americana de Organizações Recicladoras de Catador (RLOR) (SOUZA; SILVA; BARBOSA, 2014).

Tal Movimento continua atuante na luta por direitos, abrangendo em suas reivindicações, no ano de 2020, a inclusão da categoria dos catadores na lista de profissionais da linha de frente que deveriam ser imunizados imediatamente pelo governo quanto ao COVID-19 e com manifestações contrárias ao despejo e desocupação de áreas ocupadas nesse período de pandemia, evitando maior situação de risco à população ao ficar desabrigada.

O MNCR foi e continua sendo um grande exemplo de luta por direitos, a partir do qual os catadores tiveram a oportunidade de reivindicar suas demandas sem a participação de terceiros (pastorais, ONGs etc.), pois sua organização, mobilização e demais ações eram executadas e lideradas por pessoas da categoria.

A profissão só passou a ser reconhecida oficialmente pela legislação brasileira em 2002, compondo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) de número 5192-05 (BRASIL, 2013). Segundo a descrição sumária de suas atividades na CBO, os catadores catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão, vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis.

Ainda que bastante relevante, o reconhecimento da profissão não implicou mudanças nas condições de vida e de trabalho dos catadores, os quais atuam muitas vezes sem vínculo empregatício e sem direitos, ganham geralmente menos de um salário-mínimo, disputam materiais recicláveis com seus iguais/concorrentes, nem sempre estão inseridos nos sistemas de gestão de resíduos e ainda enfrentam a exploração da indústria da reciclagem (BORTOLI, 2009).

A Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) (BRASIL, 2010) trouxe alguns avanços. Um deles foi a responsabilização compartilhada ou gestão integrada entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil. Neste tipo de arranjo está previsto que os responsáveis são todos os atores que fazem parte do ciclo de vida do produto, compreendendo fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes e consumidores. No referido ciclo, cada ator possui um papel importante, por exemplo: enquanto o fabricante se utiliza dos instrumentos de logística reversa e acordos setoriais, o poder público exerce o papel de fiscalização e de intermediação por meio de ações normativas e incentivos fiscais, e o consumidor por sua vez recorre à coleta seletiva para destinar de forma correta os resíduos domiciliares (BRASIL, 2010).

Segundo Souza, Silva e Barbosa (2014, p.4007),

[...] com a PNRS se reconhece legalmente que os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis têm valor social e se configura como um bem econômico, assim como, essa matéria-prima do catador é responsável por gerar trabalho e renda, promovendo a cidadania e inserção do catador no ciclo de vida do produto dentro da gestão e responsabilidade compartilhada.

Essa responsabilidade passa a ser entendida como uma obrigação de fazer, ou seja, cada ator tem o dever de contribuir para com uma gestão mais sustentável dos resíduos sólidos. Assim, essa política destaca o papel dos catadores de recicláveis e aumenta as possibilidades tanto de coleta, quanto de comercialização do material coletado.

Em síntese, a PNRS é composta por 17 diferentes instrumentos, destes, três favorecem o trabalho dos catadores de recicláveis: a logística reversa, a coleta seletiva e o incentivo ao desenvolvimento das cooperativas. A logística reversa objetiva o retorno das embalagens e dos produtos pós-consumo aos seus fabricantes e/ou fornecedores para que sejam reaproveitadas, recicladas ou descartadas adequadamente. Para que a logística reversa possa ocorrer é necessário que haja anteriormente a coleta seletiva. Esta se trata da coleta de resíduos sólidos previamente separados conforme sua constituição ou composição (úmidos, secos, industriais, da saúde, da construção civil etc.). O incentivo ao desenvolvimento das

cooperativas se daria por meio do financiamento de equipamentos e materiais pelo poder público, que favoreceriam o funcionamento desses espaços de trabalho dos catadores e sua devida organização (BRASIL, 2010).

A coleta seletiva é o recolhimento de materiais recicláveis, tais como: papéis, plásticos, vidros, metais e orgânicos; nos locais onde foram utilizados e descartados, posteriormente sendo separados por tipo de item e segundo sua possível destinação, limpos, prensados e ensacados. Após a realização dessas etapas, os materiais são vendidos às indústrias recicladoras ou aos sucateiros. A coleta seletiva domiciliar ou porta a porta é a retirada dos materiais recicláveis na própria residência ou comércio do gerador do resíduo (CEMPRE, 2020).

Com a venda dos materiais pelo catador, o próximo passo é a triagem para identificar o que será destinado ao reuso ou à reciclagem, esta última entendida como sendo o processo pelo qual os materiais que eram lixo são transformados em matéria-prima que dará origem a novos produtos. Assim, a reciclagem tem por objetivo reaproveitar materiais já utilizados, reintroduzindo-os no processo produtivo e economizando, desta forma, recursos naturais que deixam de ser extraídos para a produção de novos materiais (CEMPRE, 2020).

Foi estimado, pelo MNCR (2008), que no país tenha cerca de 800 mil catadores em efetivo exercício, sendo 70% do sexo feminino. Foram mapeadas 1.826 cooperativas em todo território nacional com um total de 10.413 catadores associados; destas cooperativas, 374 somente no Estado de São Paulo, com 2.729 cooperados. E constatado que os catadores são responsáveis por grande parte do trabalho na cadeia produtiva da reciclagem (90%), carregando 600 quilos ou mais de material por dia, com ganhos nem sempre suficientes para seu sustento e em condições adversas de trabalho.

No Quadro 1, expomos os momentos mais relevantes de conquistas dos catadores a partir das ações do MNCR.

Quadro 1 - Marco das conquistas dos catadores de materiais recicláveis no Brasil (1980 a 2010).

Ano	Marco	Conquistas
1980-1990	Iniciativas das pastorais, organizações não-governamentais e universidades em articulações voltadas aos catadores.	Fundação das primeiras associações e cooperativas de catadores pelo país a partir do princípio da economia solidária.
1998	Fórum Nacional do Lixo e Cidadania	Discussão a respeito das demandas urgentes dos catadores em busca do reconhecimento social e valorização
1999	I Congresso Nacional dos Catadores de Papel	Criar uma maior interlocução entre as cooperativas pelo país, buscando uma representatividade única e forte de luta por

		direitos.
2001	I Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis	Criação do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR).
2002	Festival Nacional Lixo e Cidadania	Maior proximidade entre os catadores, com trocas de experiências e demonstração à sociedade do valor da atividade.
2002	Reconhecimento da atividade como profissão	Reconhecimento legal pelo Ministério do Trabalho e Emprego, passando a compor a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).
2006	Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006	Órgãos e entidades da administração pública federal direta ou indireta teriam que selecionar e destinar todos os seus resíduos sólidos direto aos catadores cooperados ou associados.
2007	Lei nº 11.445/07 de Diretrizes Nacionais para Saneamento Básico	Dispensa os demais entes federados de promover licitações para contratação de associações ou cooperativas de catadores.
2010	Sancionada a Lei 12.305/10 e o Decreto nº 7.404/10	Refere-se à Política Nacional de Resíduos Sólidos e sua regulamentação, com incentivos fiscais, incluindo redução do IPI às empresas que adquirissem materiais recicláveis de catadores organizados em cooperativas.

Fonte: Modificado de Souza, Silva e Barbosa (2014).

Após 2010, o MNCR passou a fazer parte das Conferências Nacionais do Meio Ambiente e a incluir em sua pauta não apenas reivindicações exclusivas dos catadores, mas também em prol da preservação ambiental como um todo. Fundou a Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (ANCAT), que presta assessoria e capacitação. Nesse período de pandemia, tem distribuído cestas básicas à população carente e buscado conscientizar os catadores cooperados e autônomos a manterem todos os cuidados necessários de prevenção ao COVID-19, pois a exposição à infecção é potencializada na atividade de coleta de recicláveis (MNCR, 2008).

Reivindicação mais recente do MNCR é quanto a impedir que municípios e estados utilizem da incineração dos resíduos sólidos, como forma arbitrária de zerar o lixo de sua localidade, para no lugar iniciar um planejamento adequado de destinação correta desse material e auxiliar a população de catadores a gerar mais renda. Tem-se como exemplos de casos: a experiência de Mauá-SP, com a participação do MNRC em audiência pública; e o caso de Minas Gerais, com a possibilidade de implantação do Programa Lixão Zero do Governo Federal.

Convém lembrar que as principais políticas federais em prol do meio ambiente e direcionadas ao trabalho dos catadores foram implantadas nas gestões do Partido dos Trabalhadores (PT). Tem-se o Decreto n.º 5.940, de 25 de outubro de 2006; a Lei n.º 11.445/07 de Diretrizes Nacionais para Saneamento Básico; e a Lei 12.305/10 e o Decreto n.º

7.404/10, referente à Política Nacional de Resíduos Sólidos e sua regulamentação; e, em 2011, o Plano Brasil Sem Miséria, pelo Decreto nº 7492 de 02 de junho de 2011, este que contemplou os catadores no que tange ao incentivo à capacitação profissional, melhoria nas condições de trabalho, ampliação da coleta seletiva e das redes de comercialização (SOUZA; SILVA; BARBOSA, 2014). Em 2013, via Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o MTE lançou a Política Nacional de Economia Solidária. Foi o órgão que mais destinou recursos de incentivo aos catadores pelo país (88%), respeitando as especificidades regionais, que atendeu 901 empreendimentos cooperativistas, selecionados por projetos, favorecendo a expansão geográfica e melhor organização do trabalho dessa categoria de trabalho (SILVA; SILVA, 2018).

A queda da taxa básica de juros, na gestão da ex-presidente Dilma Rousseff, também auxiliou a população de catadores, aumentando seu poder aquisitivo de bens e serviços em geral até 2016, por baratear o crédito e as compras à prazo.

Para Silva e Silva (2018), que analisa a questão dos catadores diante da crise institucional ao Estado mínimo:

A partir de 2016, sob novo comando, o Poder Executivo Federal, contando com apoio da mídia e do Poder Legislativo, concebeu e impôs uma mudança estrutural nas finanças públicas, de longo prazo, por meio da EC nº 95/2016, que congelou por vinte anos os gastos sociais do governo federal, de modo que prevalece o ideal do Estado mínimo no social (SILVA; SILVA, 2018, p. 147).

Desde então foram intensificadas as políticas de defesa do mercado e ampliadas as restrições aos gastos públicos, principalmente com os gastos primários, característico dos governos neoliberais radicais e autoritários que se mantiveram no poder daí em diante, influenciando diretamente no aumento das vulnerabilidades, isto é, dificultando ainda mais o acesso da população aos meios de subsistência (BOFFO; SAAD-FILHO; FINE, 2018).

5.1.1 Cooperativismo e Economia Solidária

Um outro caminho para pensar sobre a inserção econômica e social dos catadores de materiais recicláveis é a partir das chaves analíticas do cooperativismo e da economia solidária. Leite (2008) analisa as experiências de economia solidária como fazendo parte de um processo de transformação social, em que se configura como uma alternativa válida de geração de emprego e renda. Para a autora, a difusão dessas experiências se deu em

decorrência da crise do trabalho assalariado (crise econômica e social), a partir da década de 1980, movimentada por trabalhadores que perderam seus empregos e que não conseguiram a reinserção no mercado, juntamente com aqueles que jamais deixaram a informalidade e que sozinhos não conseguiriam obter renda suficiente para seu sustento, passando a se reunirem na tentativa de continuar trabalhando.

Ainda segundo Leite (2008), a economia solidária pode ser compreendida por diferentes vieses. Com base na experiência britânica do início do século XIX, ela é vista como consequência das mudanças ocorridas nas relações de produção capitalista, em que se usou como resposta um modelo mais solidário e participativo de trabalho. Em outro, a economia solidária é vista como sendo, além de uma resposta à crise econômica, uma nova maneira de perceber o trabalho e de se buscar maior qualidade de vida. Há o viés que acredita que essas experiências não passam de movimentos passageiros que surgem com a crise, mas que não se sustentam por muito tempo em meio às dificuldades impostas pelo contexto capitalista, como a baixa capitalização, a ausência de capacidade técnica para gerenciar os negócios e o baixo envolvimento dos trabalhadores com a perspectiva de colaboração mútua.

Para Jean Louis Laville (2006), um dos principais teóricos sobre economia solidária, tal economia surge a partir da crise da sociedade salarial e do processo de terceirização em seu interior, com o propósito maior de alterar as estruturas sociais, incorporando não somente questões econômicas, mas também políticas. Sua base é principalmente direcionada à reciprocidade, ao bem comum ou ao interesse coletivo, por assim dizer, e aos recursos monetários, numa visão democrática e redistributiva dos ganhos.

Guardando as devidas proporções, as cooperativas e associações de catadores deveriam seguir a mesma linha da economia solidária, sendo criadas no país seguindo esses mesmos princípios, com a função primordial de organizar esta categoria de trabalhadores e criar formas de autogestão, cooperativismo e participação política (de acolhimento e organização de suas reivindicações), além de garantir sua subsistência.

A primeira lei no país a respeito do cooperativismo foi a Lei Federal n.º 5.764/71, que proporcionou o incentivo estatal fiscal a esse tipo de organização, instituiu os cooperados como associados e com direito a voto, logo podendo decidir de forma direta e coletivamente sobre as ações a serem tomadas (BRASIL, 1971).

No Quadro 2, tem-se as legislações pertinentes ao cooperativismo que favoreceram sua proliferação e organização no Brasil. Por meio dessas legislações um número significativo de cooperativas pelo país passou a manter parcerias e/ou convênios com o poder público, estadual e municipal, principalmente em regiões metropolitanas.

Quadro 2 - Cronologia das legislações no Brasil e no Estado de São Paulo sobre Cooperativismo.

Cooperativismo na Constituição Federal	Dispositivos constitucionais que incentivam e defendem o cooperativismo no Brasil.
Lei 5.764/1971 – Lei Geral das Cooperativas	Define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas
Lei Complementar 130/2009 – Sistema Nacional de Crédito Cooperativo	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo
Lei 12.690/2012 – Cooperativas de Trabalho	Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho e institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho (PRONACOOB).
Lei 9.867/1999 – Cooperativas Sociais	Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais
Decreto 8.163/2013 – Pronacoop Social	Institui o Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social (Pronacoop Social).
Cooperativismo no Código Civil	O capítulo VII do código é inteiramente dedicado ao cooperativismo, explicando as características da sociedade cooperativa e as responsabilidades de cada cooperado.
Decreto 3.017/1999 – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo	Regimento do Sescoop
Medida Provisória 2.168-40/2001 Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop)	Autoriza a criação do Sescoop, entidade de direito privado com o objetivo de organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional, desenvolvimento e promoção social do trabalhador em cooperativa e dos cooperados.
Resolução CFC 920/2001 – Aspectos contábeis de entidades cooperativas	Aprova a Norma Brasileira de Contabilidade das Entidades Cooperativas (NBC T 10.8).
Resolução CFC 1.013/2005 – Entidades Cooperativas	Esclarece a interpretação técnica do Conselho de Contabilidade sobre critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das variações patrimoniais e de estrutura das Demonstrações Contábeis e de informações mínimas a serem incluídas em notas explicativas, relativas à NBC T 10.8 – Entidades Cooperativas.
Lei Estadual (SP) nº 12.226, de 11/01/2006	Institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo

Fonte: (SISTEMA OCB, [s.d]).

O Art. 982 do Código Civil Brasileiro, Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (BRASIL, 2002), enfatiza que as cooperativas terão que ser nomeadas como sociedades simples, não importando seu objeto social, fazendo oposição a forma de reconhecimento das sociedades empresariais, estas últimas de natureza estritamente econômica.

Já a Lei n.º 5.764/1971 – Lei Geral das Cooperativas, dispõe que:

Art. 3º - Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro; Art. 4º - As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades [...] (BRASIL, 1971).

As primeiras experiências brasileiras cooperativistas de catadores ocorreram em Belo Horizonte-MG, São Paulo-SP e Porto Alegre-RS. Segundo Magera (2003), a Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis – COOPAMARE, foi fundada em São Paulo, no ano de 1989, a partir da organização de certos setores da sociedade civil e dos próprios catadores de rua, sendo pioneira na coleta e triagem de resíduos recicláveis.

O Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT), em estudo de 2003, apresenta algumas vantagens do catador que faz parte de cooperativas, como: maior quantidade de materiais recicláveis armazenados que facilitariam a competitividade e a negociação, evitando depender de um único comprador, ou seja, vender uma quantidade maior por um preço melhor; estocar por um período mais longo e num local adequado (galpões de triagem); além de conseguirem de forma associada oferecer uma mercadoria mais limpa e melhor classificada e ainda reduzir os gastos com o transporte.

Dessa forma, as cooperativas têm por objetivo gerar oportunidades de trabalho e renda que não somente garantam a sobrevivência, mas também garantam a dignidade desses trabalhadores, oportunizando melhores condições de trabalho e maior conhecimento do mercado produtivo ao qual pertencem.

Além dos benefícios acima, é a partir da organização cooperativista que os associados passam a ter algumas garantias como, por exemplo, o recolhimento ou contribuição previdenciária ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), proporcionando aos catadores a aposentadoria por invalidez ou tempo de serviço, licença médica ou afastamento por acidente de trabalho, dentre outros benefícios.

Como já mencionada, a PNRS incluiu como um de seus principais instrumentos o incentivo ao desenvolvimento das cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de recicláveis. Quando devidamente regularizadas, essas cooperativas passam a receber apoio da administração pública, incluindo galpões de triagem, equipamentos de proteção individual e outros equipamentos necessários para agregar valor ao material coletado e vendido.

De acordo com Bortoli (2009), os catadores de materiais recicláveis precisam de incentivo de outras experiências cooperativistas como modelo para poder criar uma organização coletiva e, desencadear uma articulação política para reivindicar seus direitos referentes à melhoria das condições de trabalho e renda.

Diante disso, a autora destaca que a organização para o associativismo, cooperativismo ou empreendedorismo pressupõe habilidades mínimas de gestão e de tomada de decisão num trabalho em equipe que, muitas vezes, os catadores não possuem, dificultando o processo de geração de trabalho e renda de forma coletiva. Ou seja, é necessário o desenvolvimento prévio das capacidades de trabalho no que se refere ao planejamento operacional e à autogestão associativa, para o entendimento de conceitos e práticas sobre: custos, produção, organização do trabalho, rateio e prestação de contas. Levando em consideração a ausência dessas capacidades técnicas, Leite (2008, p.33) destaca que apesar de poucos estudos a esse respeito, existem as “[...] ‘falsas’ cooperativas que, em vez de experiências de trabalho solidário, funcionam como forma de flexibilização do trabalho a serviço do capital, nas quais os princípios de autogestão, igualdade e solidariedade não estão presentes”.

Paul Singer (2002), em seu livro intitulado *“Introdução à Economia Solidária”* analisa diferentes tipos de cooperativismo: de consumo, de crédito, de compras e vendas, de produção e de troca, cada um com suas especificidades. E destaca também o volumoso surgimento de cooperativas pelo país com intuito de flexibilizar as relações de trabalho, a partir da contratação coletiva de um número considerado de trabalhadores sem lhes garantir os direitos trabalhistas exigidos pela legislação. Nesse sentido, empresas das mais variadas ordens criam cooperativas e exigem que seus funcionários se associem para lhes retirar as obrigações contratuais, sendo conhecidas por “falsas cooperativas”, “cooperगतos” ou “cooperfraudes”, por serem cooperativas apenas no nome, mas sem preservarem os princípios da autogestão, mantendo sim as relações desiguais de poder típicas das empresas capitalistas, com patrões e empregados e exploração do trabalho.

Nesse contexto, a trajetória de muitos catadores foi ao longo do tempo perpassada por experiências cooperativistas que não reproduziam os princípios fundantes da economia solidária, muitas não progredindo e sendo encerradas, outras se mantendo às custas do trabalho expropriado dos catadores e dando lucro aos seus proprietários por serem heterogestionárias. Já as cooperativas que de fato contribuíram para melhoria das relações de trabalho e organização efetiva dos catadores, enfatizam os autores estudados, são associações

cooperativistas autogestionárias, em que esses trabalhadores possuem autonomia e exercem sua atividade em prol do bem comum dos cooperados.

5.2 Diferentes dimensões de análise sobre os catadores

No sentido de buscar compreender diferentes dimensões de abordagem sobre os catadores, tentaremos elucidar algumas delas neste subcapítulo.

5.2.1 Catador como Agente Ambiental

Com o surgimento das cidades no período industrial (século XVIII) e sua urbanização desordenada, a questão do descarte do lixo passou a se agravar e ser um caso de saúde pública, haja vista que os dejetos alimentícios e de materiais diversos eram jogados nas ruas sem qualquer preocupação sanitária. Ficou comprovado que esse descarte sem planejamento contribuiu para o surgimento de diversos problemas como, por exemplo: mau cheiro, poluição, atração de insetos e camundongos, chorumes e doenças em geral.

A influência direta do lixo na saúde da população gerou gastos ao governo dando início as primeiras medidas sanitárias como o tratamento de água, inauguração de incineradores e criação de lixões, mais tarde, de aterros sanitários. Essas medidas utilizadas pelos países europeus foram imitadas pelas demais nações do mundo, inclusive pelo Brasil.

Na atualidade, sabe-se que o crescimento populacional aliado ao desenvolvimento tecnológico e industrial (sistema produtivo) são os maiores causadores do expressivo aumento de resíduos sólidos no país e no mundo, onde a busca incessante pelo consumo de bens se tornou culturalmente aceita como forma de alcançar qualidade de vida e status e, ao mesmo tempo, de contribuir para o acúmulo crescente de capital.

O sociólogo francês Baudrillard (1995, p. 38), em sua análise a respeito do consumo das sociedades desenvolvidas, da segunda metade do século XX, retratou essa questão dizendo: “[...] todas as sociedades desperdiçaram, dilapidaram, gastaram e consumiram além do estrito necessário, pela simples razão de que é no consumo do excedente e do supérfluo que, tanto o indivíduo como a sociedade, se sentem não só existir, mas viver”.

Desse modo, nas sociedades modernas, desde a Revolução Industrial e as Revoluções do século XIX, busca-se pelo bem-estar ou conforto, símbolos de felicidade e alcançáveis, a partir do ideário do consumo.

Ainda que a partir de um repertório distinto, Bauman (2008, p. 53) recupera o diagnóstico de Baudrillard ao afirmar que: “[...] para atender a todas essas novas necessidades, impulsos, compulsões e vícios, [...] a economia tem de se basear no excesso e no desperdício”. Para tais autores, o ideário consumista passa a ideia de quanto maior a aquisição, maior a propensão para a felicidade.

Isto posto, a geração de bens a partir da exploração exagerada dos recursos naturais e o consumo acelerado seguiram caminhando para a crise ambiental. Dessa forma, “[...] na versão idealista: o crescimento é a abundância; a abundância é a democracia” (BAUDRILLARD, 1995, p. 45). No entanto, é preciso entender que o consumo está relacionado ao prazer egoísta e imediatista, disfarçando-se de democracia, onde não se trata mais de saciar as necessidades de sobrevivência, mas sim de esbanjar um status social.

De acordo com Moura (2002, p. 2): “[...] constata-se, ao longo da história, que o homem sempre utilizou os recursos naturais do planeta e gerou resíduos com baixíssimo nível de preocupação: os recursos eram abundantes e a natureza aceitava sem reclamar os despejos realizados [...]”. Entretanto, o meio ambiente tem se mostrado frágil às mudanças antrópicas ao longo do tempo. Por essa razão, aumentou a preocupação da sociedade com o impacto do lixo ao meio ambiente e a degradação dos recursos naturais e sua possível escassez, fazendo surgir ao longo da história métodos e técnicas para lidar melhor com esse descarte, pois os aterros e o processo de incineração não são mais capazes de absorver as proporções crescentes de lixo gerados pelas residências e pelos setores da economia.

Essa preocupação ambiental se dá em âmbito mundial, especialmente em grandes centros urbanos de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Ferraz, Gomes e Busato (2012) enfatizam que os resíduos sólidos são um grande problema nos grandes centros urbanos, pois nem sempre se dispõe de sistemas de gerenciamento adequado, realizando o despejo desses resíduos em áreas sem controle ou qualquer tratamento.

A Europa é pioneira em diversos movimentos dentro dessa questão. A comunidade científica e as organizações não governamentais foram as primeiras a se atentar para as tragédias ambientais e a propor mudanças. Em 1975, a União Europeia definiu as diretrizes para um Plano de Gestão de Resíduos Sólidos Europeu. Este contemplou diversos instrumentos para uma gestão integral de vários tipos de resíduos, servindo de inspiração para o desenvolvimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos brasileira.

No caso brasileiro, as discussões a respeito da gestão de resíduos sólidos não são muito antigas e têm avançado em passos lentos, uma vez que diversas iniciativas e proposições não partiram de ações diretas do Estado. Exemplo disto temos a experiência da

Agenda 21, documento elaborado na Conferência Rio 92, onde foi defendido que o manejo de resíduos sólidos domésticos deveria compreender não somente a disposição ou aproveitamento, mas também a utilização de medidas capazes de modificar os padrões de produção e consumo da sociedade, levando em consideração as capacidades econômicas de cada local para isso (CNUMAD, 1992).

De acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE, 2020), foi gerado no Brasil, no ano de 2018, cerca de 79 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos (RSU), sendo gerado por pessoa 380 kg/ano. Quando se considera a região sudeste tem-se que foram gerados 105.977 t/dia.

Segundo Ferraz, Gomes e Busato (2012), o trabalho dos catadores de recicláveis tem um papel preponderante na preservação dos recursos naturais e na contribuição que dão ao desafogar os esgotados espaços físicos que servem de armazenamento dos resíduos produzidos pela geração e acúmulo de lixo. Nesse sentido, o catador é entendido como agente ambiental de grande relevância, mas que só passa a ter certa visibilidade diante da emergência do debate sobre preservação do meio ambiente.

Na atualidade, com o agravamento da questão ambiental, os catadores se mostram a maior categoria de profissionais diretamente relacionada com a destinação correta dos resíduos sólidos, por isso o papel do catador é de extrema relevância.

Na capital do Estado de São Paulo, por exemplo, algumas cooperativas de catadores, além de exercerem o trabalho com a catação, também possuem o papel de conscientizar a população quanto ao descarte correto e à coleta seletiva, efetuando um trabalho de educação ambiental (por meio de: campanhas, panfletagens e ações programadas ou projetos sociais), geralmente desenvolvido em parceria com alguns órgãos públicos (SÃO PAULO, 2019).

Há experiências no Brasil, a exemplo da experiência da Prefeitura de Florianópolis-SC, que incentivam a concepção de reaproveitar 100% do lixo, coletado pelos catadores, e destiná-lo conforme suas características: orgânicos para compostagem e inorgânicos para reciclagem ou reuso. Iniciativas cada vez mais propagadas também pelo MNCR e organizações sociais de cunho ambiental.

Ainda segundo os autores Ferraz, Gomes e Busato (2012), “[...] os catadores são os agentes iniciais do circuito de produção da reciclagem e da sustentabilidade ambiental”. O trabalho como agente ambiental envolve gastos de energia, de tempo, organização e instrumentos adequados para executá-lo (recolher, separar e transportar o material coletado), experiência esta que os catadores já adquiriram com os anos de trabalho. Além disso, a figura do catador nos remete a pensar sobre o lixo produzido, sobre a natureza e o ambiente

sociocultural em que vivemos, isto é, tais atores “[...] são figuras vivas da representação da preservação da natureza” (FERRAZ; GOMES; BUSATO, 2012).

De acordo com a CEMPRE (2020), os principais efeitos econômicos e ambientais da reciclagem são: minimização da exploração dos recursos naturais; redução da poluição do solo, água e ar; mitigação das emissões de gases causadores do efeito estufa; redução do custo da produção e geração de renda.

Diante dessas explanações, a utilidade do trabalho do catador e seu baixo custo são o que impulsiona a cadeia da reciclagem e, de certa forma, contribui para que todos os resíduos sólidos do país não sejam simplesmente despejados nos aterros sanitários ou incinerados, causando maior desequilíbrio ambiental do que o já existente.

5.2.2. Exclusão social ou inclusão perversa

Num breve resgate histórico, a desigualdade social tem seus primórdios na propriedade da terra, garantida sua distribuição pela coroa a poucos que detinham status e vários outros privilégios no período feudal. De um lado, estavam os grandes fazendeiros, de outro, os escravos e/ou camponeses que dependiam totalmente da boa vontade do senhor feudal para garantir sua subsistência, mesmo estes trabalhando de sol a sol. Esse período é caracterizado pelas relações servis de produção e esta era majoritariamente agrícola (PESCAROLO, 2017).

De lá para cá, esses mesmos escravos e camponeses foram sendo expulsos gradativamente do campo, seguindo para as vilas que, mais tarde, deram origem às cidades. O êxodo rural é consequência também desse fenômeno histórico, assim como da necessidade de buscar trabalho remunerado (KAUCHAKJE, 2017).

O progresso agrícola deu origem a um excedente econômico que proporcionou a ida dos trabalhadores para o comércio, contribuindo para o progresso técnico que deu lugar a Revolução Industrial. No Brasil, esse processo se deu um pouco diferente, pois teve alguns anos de atraso e sem alcançar a plena maturidade, em um processo que partiu do escravismo colonial até chegar a uma conformação de um país urbano e industrial mas de capitalismo dependente e periférico.

Com a intensificação do mercantilismo e Revolução Industrial, a ocupação dos meios urbanos se deu ainda mais de forma desordenada. A população de baixa renda passou a habitar cortiços e áreas periféricas das grandes cidades, pois não tinha posses suficientes para adquirir a moradia digna (BONDUKI, 2000).

A segregação socioespacial e a falta de moradia continuam sendo problemas sociais facilmente identificáveis no país, já que continuamos no patamar do subdesenvolvimento. De forma agregada aparecem a falta de saneamento básico, carência de recursos e de políticas que efetivamente busquem enfrentar essa situação. O fenômeno das favelas e a ocupação dos lixões deixaram muito claro a desigualdade e a falta de condições mínimas de segurança e de infraestrutura da população mais vulnerável. Essas desigualdades sociais nada mais são que as implicações de um modelo de desenvolvimento econômico capitalista, baseado na exploração da mão de obra barata obtida por meio da grande quantidade de trabalhadores desempregados e em subempregos (YAZBEK, 2001).

Segundo Carvalho (2015), o desenvolvimento capitalista, por suas próprias especificidades, se dá de modo desigual e combinado no território, o que, por seu turno, cria dilemas e entraves sérios à justiça e a equidade social.

Já Quinelato (2012, p. 23) expõe que: “[...] a aproximação da população com os excluídos é resultado de um processo próprio da sociedade capitalista, que é eminentemente excludente. Os principais aspectos em que a exclusão se apresenta dizem respeito à falta de segurança, à justiça e à cidadania”. Este autor destaca ainda que existe a exclusão social velha e a nova: a primeira, é decorrente de todo tipo de segregação espacial causada pela diferenciação entre as classes dominantes e subalternas, dentro do processo de produção capitalista, incluindo desde a escravidão até as populações minoritárias em representatividade e sem direito à voz, em virtude de sua baixa escolaridade, nível de pobreza ou baixa renda, origem, sexo, etnia, cultura e/ou religião. Já, a segunda, isto é, a nova exclusão, ela está diretamente ligada à generalização do grau de desemprego, e sua longa permanência, e à ausência de perspectivas mesmo para aqueles com nível de escolaridade maior. Este quadro é causado pelo processo de financeirização da economia, em que se valoriza o capital financeiro, flutuante e com rendimentos milionários, deixando de lado a necessidade de geração de empregos e de rendimentos para continuar lucrando (QUINELATO, 2012).

O Brasil se transformou de país agrário num país urbano, concentrando, em 2010, 85% da sua população nas cidades (BRASIL, 2011). O que agravou ainda mais os aspectos de infraestrutura deficitários do país e demais questões sociais, no que se refere ao saneamento básico, a pobreza, a insegurança alimentar, dentre outros. Yazbek (2001) destaca que há uma superpopulação eminentemente urbana, flutuante, miserável, que foi alijada de seus vínculos rurais e que tem enfrentado problemas diversos.

Há consenso entre alguns autores quanto à origem dos catadores enquanto pertencentes ao processo de exclusão social, por possuírem raízes históricas nas

consequências do êxodo rural (MEDEIROS; MACEDO, 2006; BOSI, 2008; SEVERO, 2008). Para Bosi (2008), os catadores são em sua maioria provenientes do campo, com experiência de trabalho rural, por isso não têm qualificação profissional para desempenhar outras atividades no contexto das cidades além da catação.

Os catadores fazem parte de uma parcela da população que não conseguiu ser inserida na nova ordem social e fazer parte da organização produtiva nas cidades, integrando o grupo dos excluídos, por não serem considerados sujeitos pertencentes e participantes da vida em sociedade, sem direito de acesso às estruturas sociais (escola, comunidade, trabalho etc.). Nesse sentido, a exclusão social se dá exatamente quando pessoas são impedidas por alguma razão de participar dessas estruturas (SOUZA; SILVA; BARBOZA, 2014).

Um dos primeiros registros visuais a respeito dos catadores no Brasil trata-se do curta metragem *Ilha das Flores*, produzido em 1989, por Mônica Schmidt, Giba Assis Brasil, Nôra Goulart, com roteiro de Jorge Furtado. *Ilha das Flores* é um local na cidade de Porto Alegre-RS, destinado ao depósito de lixo. O curta faz uma crítica às desigualdades sociais geradas pelo sistema capitalista e a ausência de políticas públicas para mitigar a miséria existente no país. Em 2004, é produzido o documentário intitulado “*Estamira*”, realizado por Marcos Prado, no qual se questiona o destino do lixo e a triste realidade das pessoas que vivem a partir do lixão de Gramacho, no Rio de Janeiro (BORTOLI, 2008). Esses dois registros retratam como a população mais vulnerável que vivia da catação permaneceu sem a devida atenção pelo poder público em suas diferentes esferas, evidenciando que a lógica neoliberal foi alheia a essa realidade, pois a diferença entre a realização dos referidos registros foi a década de 1990. Isto reforça a concepção de Bortoli (2008), quanto à atividade do catador sempre ter estado entre coletar para uso próprio e para a comercialização em decorrência da fragilidade social em que esteve inserido.

Nessa linha teórica, Miúra (2004) vê no trabalho dos catadores, mesmo sem alterar sua condição de vulnerabilidade e a estrutura da desigualdade social, uma maneira provisória de inserção social, entendendo que é a partir da atividade como catador que os sujeitos se sentem parcialmente pertencentes à sociedade e com certa utilidade social, diferentemente dos desocupados e mendigos. Maior entrave enfrentado pelos catadores, não se trata do seu reconhecimento como profissão, mas de conseguir assegurar seu bem-estar com o fruto do seu trabalho.

Já Medeiros e Macedo (2006) entendem a inclusão dos catadores de materiais recicláveis no processo de produção capitalista de forma perversa, pois ao mesmo tempo que lhes proporciona um trabalho, não lhes dá condições dignas para executá-lo, precarizando a

atividade e lhes mantendo em situação de exclusão social. Essa realidade ambivalente influencia na invisibilidade que os catadores sofrem ao longo de sua história.

O estado de vulnerabilidade dos catadores ficou demonstrado nas primeiras iniciativas voltadas para sua organização e estruturação enquanto categoria, surgindo a partir do trabalho realizado pelas pastorais católicas nas grandes cidades com pessoas residentes nas ruas, estas que sobreviviam da catação de lixo.

Outro fator que veio a dar destaque à condição precária de vida dos catadores foi quando vários países colaboradores do Fundo das Nações Unidas Para a Infância (UNICEF) passaram a atuar por meio de fóruns e ações de combate ao trabalho infanto-juvenil nessa atividade. Isto ocorreu após o triste noticiário, com repercussão internacional, em 1994, de que crianças no Estado de Pernambuco haviam sido hospitalizadas por ingerir alimento tóxico no lixão, suspeitando-se de ter sido carne humana proveniente de lixo hospitalar (SOUZA; SILVA; BARBOSA, 2014).

Mesmo com a articulação dos movimentos sociais e a conquista do reconhecimento como profissão, o que se percebe é que os catadores continuam à margem da sociedade, com um trabalho realizado de forma desleal, debaixo de intempéries climáticas, expostos a riscos de acidente e de contaminação por falta de equipamentos adequados para manusear o lixo e, por fim, sem lhes oferecer qualidade de vida devido à baixa renda adquirida com seu trabalho.

Outro indício dessa exclusão é por serem muitas vezes beneficiários de programas governamentais que promovem a proteção social a partir do repasse de renda mínima por meio das Secretarias de Assistência Social como, por exemplo: Bolsa Escola; Auxílio Gás; Bolsa Família; Renda Cidadã; Auxílio Emergencial etc. Sempre necessitando da intervenção de políticas públicas para garantir o mínimo necessário à sua subsistência, com a complementação da renda ou fomento da atividade de forma mais organizada.

Por outro olhar, a desvalorização dessa categoria também está associada à concepção preconceituosa que se formulou na sociedade por lidar diretamente com o lixo. Migueles (2004) relaciona o significado social do lixo de forma negativa com a formação da identidade do catador e, conseqüentemente, a maneira com que ele encarou seu trabalho por muito tempo sem qualquer motivação. O fato de ter como objeto de trabalho algo descartável e muitas vezes visto como desagradável à sociedade, como é o caso do lixo, despertou por muito tempo nos próprios catadores preconceito, fazendo com que não se identificassem com a profissão, o que dificultou a mobilização conjunta em prol da categoria e o reconhecimento social.

Na visão de Cunha (2011), para superar a condição de exclusão e conquistar o reconhecimento social, é necessário construir espaços institucionais e simbólicos que viabilizem a identidade e dignidade dos catadores de forma coletiva.

Soma-se a esta visão as considerações de Veronese (2016), ao apontar que:

[...] o trabalho realizado por esses sujeitos (...), recoloca o material numa condição de obter valor de mercado, de gerar renda. Desse modo, o catador opera uma transformação que, além de ajudar em seu sustento e renda, tem valor simbólico: ele mesmo se recicla nesse processo, ou seja, adquire um papel social com sentido e se produz como sujeito (VERONESE, 2016, p. 230).

Deve-se reconhecer também que é pelo trabalho de catação que o catador passa a ter ganhos que, mesmo precariamente, o inserem na sociedade de consumo, ou seja, o incluem na relação trabalho x consumo, embora continue excluído do trabalho formal. O que trataremos no próximo item.

5.2.3. Trabalho informal e precarizado

As mudanças no padrão de produção e de acumulação do capital influenciaram, ao longo da história, diretamente nas relações trabalhistas e na constituição do trabalho informal. Este caracterizado pela ausência de direitos, flexibilização das jornadas de trabalho, diminuição dos salários, terceirizações e até extinção de funções ditas estáveis. Essa instabilidade e declínio do trabalho formal intensificou ainda mais a precarização do trabalho (BOSI, 2008).

De acordo com Medeiros e Macedo (2006), a precariedade pode ser caracterizada pelo trabalho mal remunerado, com pouco reconhecimento, instabilidade e risco, restrição de acesso aos direitos sociais e trabalhistas, e falta de perspectiva de crescimento profissional.

No caso dos catadores, além de trabalho informal e precarizado, são considerados pertencentes a uma profissão insalubre se levarmos em consideração a Norma Reguladora n.º 15 do MTE, que elenca diversos fatores de risco aos quais os trabalhadores podem estar sendo submetidos como: calor excessivo, chuva, contato com produtos químicos, ruídos, risco de acidente ou de atropelamento, contato com insetos, dentre outros (IPEA, 2013).

Desse modo, os aspectos que envolvem a exclusão social estão entrelaçados a essa precarização, ou seja, a todo momento se cruzam e se influenciam.

Bosi (2008) enfatiza o aspecto do trabalho informal dos catadores como só sendo possível por ter baixo custo. Além disso, ele faz a leitura da realidade dos catadores a partir de três vertentes: a) como forma alternativa de geração de renda aos excluídos; b) como construção de novos sujeitos; e, c) como uma questão de saúde pública. Outro aspecto levantado pelo autor é de que o trabalho de catação pode ser iniciado de imediato, sem a exigência de condicionalidades ou pré-requisitos para sua execução, levando a um numeroso quadro de trabalhadores, estes propulsores de novas tecnologias e da expansão do processo de reciclagem no país.

Este estudioso também enfatiza que a catação de recicláveis geralmente é vista como uma modalidade de trabalho autônomo, uma invenção do catador, uma oportunidade em meio as mudanças no mundo do trabalho e a diminuição do trabalho formal. Mas, na verdade, o trabalho de catador faz parte do processo de acumulação do capital e de suas relações desiguais, possibilitando lucro ao topo da cadeia de produção da reciclagem, mesmo que suas relações de trabalho não sejam reconhecidamente legitimadas.

Marchi (2011) caminha na linha que discute a reciclagem na perspectiva lucrativa, em que os resíduos sólidos podem oferecer às pessoas, a partir da atividade de catação, sua fonte de renda. Já Souza (2011) considera a reciclagem pelo aspecto econômico, destacando sua capacidade de fornecer matéria-prima de baixo custo ao processo produtivo das indústrias se comparado ao uso da matéria-prima convencional, sendo que esse baixo custo se dá exatamente pela mão de obra barata exercida graças aos catadores de recicláveis.

Para Costa e Chaves (2012), os catadores de recicláveis são analisados na perspectiva de trabalho informal e precarizado em que:

[...] faz-se necessário pensar os sujeitos que vivem do/no lixo, marginalizados na estrutura social do trabalho, [...] bem como entender a cidade e os seus desafios de inserção e negação ao mercado de trabalho formal, cabendo a estes o esforço contínuo de se organizarem em cooperativas e associações a fim de romperem com a lógica do desemprego e da informalidade (COSTA; CHAVES, 2012, p. 2).

Para todos os autores citados anteriormente, o trabalho informal ou precarizado é característico do próprio sistema produtivo no qual as sociedades ocidentais estão inseridas. Um modo de produção que tem exigido da população cada vez mais qualificação profissional e polivalência, além de capacidade de gerir e habilidades interdisciplinares e/ou multidisciplinares em suas funções para manter-se empregada.

De outro modo, as novas tecnologias ou tecnologias de ponta, fruto também do desenvolvimento capitalista, têm influenciado exponencialmente na redução e/ou extinção dos empregos, enxugando o contingente de profissionais pertencentes ao mercado de trabalho formal. Esse mercado de trabalho formal está cada vez mais inacessível à população, englobando todas as gerações e classes sociais que vivem a partir dessas relações de trabalho.

Diante desse cenário, segundo Severo (2008), existem dois tipos de catadores: os mais velhos que depois de desempregados não conseguiram mais ser inseridos no mercado formal de trabalho, por baixa escolaridade, avançada idade ou problemas de saúde; e os jovens, que nunca experimentaram o trabalho formal, por fazerem parte de uma geração desprovida de condições sociais e econômicas favoráveis para galgar posições mais vantajosas de trabalho.

Bauman (2009), em sua análise a respeito da vida líquida, destaca que o próprio estilo de vida da sociedade moderna é caracterizado pela precariedade das relações de modo geral. No caso dos catadores, essa realidade é ainda pior, pois além de terem como matéria-prima de trabalho produtos descartáveis, eles próprios enquanto mão de obra barata e desqualificada também são considerados descartáveis e facilmente substituíveis pelo mercado.

O trabalho é fruto de relações de poder entre o catador, sem poder, ou com baixo poder, de negociação, e os atravessadores, que ganham mais que os catadores por terem os meios de armazenar, pensar e revender os materiais às indústrias da reciclagem. Para Antunes (1995), essas relações de poder e a consequente precarização do trabalho estão em total acordo com o modo de produção capitalista.

Para Pochmann (2003), o Brasil ao aderir às políticas neoliberais de desregulamentação, flexibilização e redução considerável da proteção social, vem contribuindo progressivamente para a precarização das ocupações, aumentando assim as taxas de subemprego e desemprego. Essas condições precárias de vida e de trabalho têm reflexo direto na saúde dos catadores, isso sem falar na situação atual de pandemia de COVID-19, que intensificou os prejuízos para essa categoria. Em vista dos argumentos desse autor, segundo dados do IBGE (2021), 13,4 milhões de pessoas estavam na fila por um trabalho em 2020, com taxa média de desocupação para esse ano de 13,5%.

Segundo Bortoli (2009), a organização coletiva dos catadores e o reconhecimento da realidade do trabalho no processo de produção são primordiais para a construção desses atores sociais como sujeitos políticos, pois somente unidos e colaborando entre si podem gerar ações de resistência e de luta. É a partir da organização e do trabalho conjunto que os catadores se tornam capazes de fortalecer a categoria em prol dos seus direitos, tendo uma melhor visão

dos aspectos que envolvem seu labor e do valor que o mesmo deveria ter para o mercado da reciclagem.

Em suma, a trajetória dos marcos legais, dos movimentos sociais e das experiências cooperativistas dos catadores, somada à sistematização dessas três categorias, trabalhadas nos subitens anteriores, nos permitem construir um repertório a partir do qual é possível entender parte significativa dos avanços e desafios que os catadores têm enfrentado ao longo do tempo, dentro e fora do Brasil. Tais ideias também nos possibilitam compor a base teórica a partir da qual é possível interpretar a realidade dos catadores de materiais recicláveis de Descalvado-SP.

6. O ESPAÇO DE INVESTIGAÇÃO DA PESQUISA

6.1 Contexto histórico e geográfico da região de Descalvado-SP

A cidade de Descalvado-SP, fundada em 8 de setembro de 1832 (com 189 anos em 2022), localizada no interior do Estado de São Paulo, na região Centro-Leste, surgiu no início do século XIX, com a vinda de algumas famílias provenientes de outros estados que foram se estabelecendo em terras do sertão araraquarense. Estas terras aos poucos constituíram as fazendas como Grama Nova, Caridade e Areia, onde hoje está localizada a cidade. Antes da ocupação dessas famílias o local era povoado pelos indígenas caingangues da tribo dos Jês, que evadiram para não serem escravizados (MAGNO, 2011).

Em 1889, passou de vila à cidade, construindo suas riquezas a partir da monocultura formada por lavouras de café e acrescida, mais tarde e em menor quantidade, com a produção de fumo, facilitada sua comercialização pela estrada de ferro instalada em 1881 (BONITÁTIBUS, 2020, p. 17).

A economia local era movimentada por variados comércios, isto é, por armazéns de secos e molhados na zona urbana e rural. Como exemplo é possível citar lojas de tecidos, sapatarias, oficinas de ferragens e de costura, farmácias e padarias, açougues, bares e botecos, além de depósitos de lenha. Segundo Bonitátibus (2020), a lenha teve um papel importante para os moradores descaldenses, uma vez que suas casas ainda eram construídas com fogões à lenha até meados de 1970.

Nesse período, os comércios estavam presentes no campo e no centro, contudo, a maior parte da população ainda vivia na área rural, frequentando o centro apenas aos

domingos. Os resíduos sólidos gerados eram, em geral, reaproveitados por sua grande durabilidade, e os resíduos orgânicos utilizados como alimento para a criação de animais.

Entre os anos de 1880 e 1920 cerca de três mil famílias de imigrantes fixaram residência, em sua maioria italianos, formando um contingente de mão-de-obra barata (PAGANOTTO; PRATTA, 2020).

Ao longo do tempo, com a exportação reduzida e, conseqüentemente, redução drástica dos lucros, muitos pés de café foram deixados sem colher e muitas fazendas abandonadas ao longo desse processo, ocorrendo nesse período o início do êxodo rural. Outras fazendas foram divididas em vários pedaços de terra e arrendadas para o cultivo de subsistência a pequenos agricultores rurais imigrantes (arroz, feijão, milho etc.), complementando a renda com a venda de carne suína e bovina, aves, ovos e leite. Além disso, produziam para consumo próprio queijos, linguiças, legumes e frutas (PAGANOTTO; PRATTA, 2020).

Paulatinamente, os descendentes desses agricultores, com baixa escolarização e sem renda, foram ocupando a cidade em busca de nova colocação no mercado de trabalho, haja vista que no campo não havia mais como permanecer, pois as terras foram sendo ocupadas por grandes fazendeiros produtores de cana-de-açúcar, laranja, de bovinos e de aves, destinadas a fornecer insumos para a produção industrial. Parte desses agricultores deu origem aos catadores de materiais recicláveis no município.

Por sua localização, integrando a região geográfica intermediária de Araraquara-SP (mesorregião) e a região imediata por intermediária de São Carlos-SP (microrregião); e pouco desenvolvimento local, em comparação a sua extensão territorial (753.706 km²) e número de habitantes (estimativa de 34.097), a cidade de Descalvado-SP é considerada um município de pouca expressão econômica (IBGE, 2021).

Possui como cidades limítrofes: Luís Antônio-SP (N), Santa Rita do Passa Quatro-SP (NO), Porto Ferreira-SP (L), Analândia-SP (S), Pirassununga-SP (SE) e São Carlos-SP (O). Tem Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,760. A população economicamente ativa e a população em trabalhos formais ganham em média um percentual de até dois salários mínimos mensais (IBGE, 2021).

De acordo com dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), até 2010, o município pertencia ao Grupo 1 (vulnerabilidade baixíssima), foi classificado em 2012 no Grupo 2 (vulnerabilidade muito baixa), que agrega os municípios bem posicionados na dimensão riqueza, mas com deficiência em um dos outros dois indicadores que compõem o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), longevidade e escolaridade. Em 2014,

retornou ao Grupo 1, que engloba cidades com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais. No entanto, tal quadro parece ter se alterado ao longo dos últimos anos.

A cidade teve uma produção avícola de destaque. Contudo, esse ramo da economia sofreu um decréscimo com a falência de duas empresas: a Rigor, que empregava 600 pessoas até 2014; e a Cooperfrango, que empregava 1.200 funcionários até 2015; deixando um número considerável de desempregados.

Segundo dados de acesso privado, atualizados até outubro de 2021, e fornecidos pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SADS, a partir do site oficial do Ministério da Cidadania, o município possui: 85 famílias de assentados rurais, destas 30 residem de forma acampada; 43 famílias vivem da agricultura familiar, pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PPA); 31 pessoas estão em situação de rua; 04 pessoas foram resgatadas de trabalho análogo ao de escravo; 661 famílias eram atendidas pelo Programa Bolsa Família até sua extinção; e 656 famílias são beneficiárias do Auxílio Brasil. Há nesse mesmo período no município uma estimativa de: 1.185 pessoas em situação de extrema pobreza; 1.036 pessoas em situação de pobreza; e 2.114 em situação de baixa renda. Tais mudanças sugerem que houve um crescimento da vulnerabilidade social no município.

Atualmente, Descalvado-SP vive da cana-de-açúcar, citricultura, milho, soja, café, pecuária leiteira e atividades industriais, destacando-se: a mineral (Mineração Jundu Ltda.), de doces caseiros, de implementos avícolas e agrícolas, de metalurgia, de rações para avicultura e pecuária, e outras. É conhecida popularmente como a cidade da ração para pets por ter um polo da empresa Royal Canin e de outras empresas associadas como a Vansil Saúde Animal Ltda. e NEOVIA Descalvado Ltda. (INVIVO), de medicamentos e insumos para animais. Parte de sua economia também é movida pelo funcionalismo público, no âmbito municipal e estadual.

Nos últimos anos, a cidade teve um aumento considerável de habitantes, aproximadamente três mil de acordo com último censo (IBGE, 2021), dando surgimento há vários bairros e ampliando áreas de assentamento. Houve visível ampliação de bairros periféricos, a partir de 2010, a exemplo do Bosque do Tamanduá, onde foram desenvolvidos programas habitacionais populares via cooperação da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU. É importante ressaltar que dos 73 catadores fixos existentes no município, a maioria vive nos bairros periféricos da cidade, à guisa de exemplo, no Bosque do Tamanduá estão registrados 11 catadores. Este quadro aponta para situação de vulnerabilidade ou de inclusão perversa desses atores sociais.

6.2 Gestores públicos municipais

Inicialmente, foi realizado um levantamento documental no site oficial da prefeitura de Descalvado-SP a partir do qual buscou-se verificar as políticas públicas implantadas no município, no período de 2002 a 2020, que tivessem alguma relação com a gestão ambiental e com os catadores de materiais recicláveis. Num segundo momento, tratou-se de explicitar as respostas fornecidas por parte da gestão municipal aos questionários aplicados na pesquisa.

De 2001 a 2008, a cidade contou com dois mandatos consecutivos do então prefeito, José Carlos Calza, o primeiro pelo Partido Democratas (DEM) e o segundo pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Durante sua gestão houve a criação e o encerramento das duas cooperativas no município (Cooper-rede e Cooperambiente). A característica principal de seu governo foi fomentar ações assistencialistas ou filantrópicas pontuais com o intuito de demonstrar preocupação e proximidade com a população.

Ainda nesse período, foi aprovada a Lei n.º 2.569, de 18 de novembro de 2005, do vereador Rubens Algarte de Rezende, que institui o Programa de Coleta Seletiva e Reciclagem de Resíduos Sólidos em Descalvado, tendo como objetivos: “[...] incentivar a implantação de separação interna de papéis em todos os órgãos públicos municipais; estabelecer um programa específico para recolhimento em todas as escolas de 1º e 2º graus, públicas e privadas; e promover projetos de educação ambiental”.

Também nessa gestão, foi sancionada a Lei n.º 2.856, de 20 de fevereiro de 2008, em que o poder executivo municipal reconheceu a utilidade pública da Cooperambiente e, ao mesmo tempo, autorizou a concessão de auxílios específicos como:

[...] incentivar o exercício da cooperativa custeando as taxas e demais emolumentos que fossem necessários para sua fundação e regularização enquanto organização cooperativista; arcar por um ano com as custas locatícias da sede de funcionamento; permitir o uso de veículo de carga, este regulamentado em decreto à parte; custas de demais bens móveis de valor razoável; sendo necessário ressarcir os incentivos dentro do prazo de dois anos à Prefeitura (DESCALVADO, 2008a, online).

Em complemento à lei anterior, foi sancionada a Lei n.º 2.872, de 16 de abril de 2008, autorizando a aquisição e doação pelo município à Cooperambiente de:

[...] 130 unidades de calças e camisas em brim; 130 unidades de camiseta malha fina; 65 pares de botinas de bico reforçado; 65 peças de máscara protetora; 65 unidades de óculos de proteção; 65 pares de luvas de couro; 65 pares de luvas domésticas; 65 unidades de coletes refletivos; 65 unidades de

bonés; 65 unidades de avental reforçado [...] (DESCALVADO, 2008b, online).

O valor da aquisição consistiu em R\$ 10.099,05 (dez mil e noventa e nove reais e cinco centavos) e foi concedido por dotação orçamentária. Os bens doados teriam que ser repostos pelos próprios catadores cooperados, após seu desgaste. Com o encerramento dessa cooperativa, os materiais doados pela municipalidade, que ainda estavam em boas condições de uso, permaneceram com os catadores.

Em 2009, foi eleito para o cargo de prefeito Luís Antônio Panone, pelo Partido Popular Socialista (PPS), o qual exerceu o mandato até 2012. Talvez, sua biografia (advogado e Mestre em Ciências da Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo – USP) tenha contribuído para que sua gestão fosse marcada por algumas iniciativas voltadas para proteção do meio ambiente. Neste sentido, foi criado o Fundo Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, através da Lei n.º 3.010, de 16 de abril de 2009; além do Conselho Fiscalizador do Fundo e do Conselho Municipal do Meio Ambiente; o disque denúncia; algumas datas comemorativas referentes ao tema, dentre outras legislações (DESCALVADO, 2009).

Nesse período também foi promulgada a Lei n.º 3.234, de 24 de fevereiro de 2010, de autoria do vereador Sebastião José Ricci, que instituiu o Projeto “Lixo no Lixo, uma cidade saudável”, que visava promover a educação ambiental da população (DESCALVADO, 2010).

Nas eleições seguintes, Panone perdeu para o candidato Calza, que não pôde assumir por ter sido negado seu registro de candidatura, culminando na anulação das eleições de 2012. O vereador Anderson Aparecido Sposito (DEM) eleito presidente da Câmara Municipal, à época, assumiu interinamente.

A conjuntura política de Descalvado seguiu incerta e conturbada por alguns anos em decorrência da Lei Complementar n.º 135 de 05 de maio de 2010, mais conhecida como Lei da Ficha Limpa e de outras intercorrências no jogo político.

Nas eleições de 2014, nas quais Calza e Panone estavam com suas candidaturas suspensas, foi eleito para prefeito Henrique Fernando do Nascimento, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que exerceu seu mandato por dois anos e faleceu, sendo substituído por seu vice, Paulo Guerra, por apenas dezenove dias, em 2016.

Em 2017 tomou posse como prefeito Antonio Carlos Reschini, mais conhecido como Becão, pelo Partido Republicanos (PR), atualmente ele se encontra no segundo mandato consecutivo. Neste mandato, sancionou a Lei n.º 14.026, de 15 de julho de 2020, contendo

determinações sobre os Sistemas de Abastecimento de Água Potável, Esgotamento Sanitário, Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos e Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais, com base na autorização fornecida à Empresa N.S Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda., para realizar a Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, em 2019. Quanto ao plano, ainda está no início de sua implantação.

Posteriormente, também sancionou a Lei n.º 4.535, de março de 2021 (DESCALVADO, 2021b), que é regulamentada pelo Decreto n.º 5.507, de 11 de maio de 2021, que instituiu o Projeto Vidro Social (Anexo 1) (DESCALVADO, 2021c), autorizando celebrar parceria entre o poder público local e a empresa Vidro Porto S/A (Porto Ferreira-SP), em que os catadores de recicláveis do município passam a receber cestas básicas em troca dos vidros coletados. Tal projeto é desenvolvido com a participação da SADS e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

O conjunto de Leis Municipais, citadas anteriormente (Lei n.º 2.569, de 18 de novembro de 2005; Lei n.º 2.856, de 20 de fevereiro de 2008; Lei n.º 2.872, de 16 de abril de 2008; Lei n.º 3.010, de 16 de abril de 2009; Lei n.º 3.234, de 24 de fevereiro de 2010; e Lei Complementar n.º 135 de 05 de maio de 2010), de iniciativa de prefeitos e vereadores, não teve continuidade após o mandato de seus respectivos criadores, isto é, apesar de relevantes, tais leis não se transformaram em práticas efetivas no contexto municipal ao longo dos anos, transformando-se em leis mortas, isto é, que não têm mais valor, embora ainda vigorem.

Apesar de ter um IDHM satisfatório, o município continua aquém em algumas políticas socioambientais e de infraestrutura. Tem-se como exemplo que apenas recentemente o Governo do Estado de São Paulo inaugurou, em 12 de agosto de 2020, a Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) de Descalvado-SP. As obras foram executadas pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), por meio do Programa Água Limpa e representou um investimento de R\$ 6,6 milhões. Até então a cidade não contava com sistema de tratamento.

A ausência de tal sistema de saneamento, assim como, o gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos traz problemas ambientais ao meio urbano e impacta a vida das pessoas, em particular, daquelas que, à exemplo dos catadores, já são vulneráveis, por maior emissão de gases poluentes, contato com água e esgoto sem tratamento, e, conseqüentemente, comprometendo a saúde da população (GOUVEIA, 2012).

Quanto ao levantamento feito junto aos gestores municipais, que poderia esclarecer algumas das questões envolvendo essas legislações locais, obteve-se resposta por meio do preenchimento do questionário apenas da Secretaria Municipal de Assistência e

Desenvolvimento Social. As demais secretarias forneceram colaborações pontuais com informações restritas.

No entanto, é significativo apresentar algumas destas contribuições. Segundo os dados fornecidos, por telefone, no contexto da pesquisa sobre os catadores, o Gestor Municipal identificado como (G1) comentou sobre o destino dos resíduos sólidos no município de Descalvado-SP. De acordo com G1, a cidade possuía um antigo aterro em salas, localizado no Horto Bom Retiro no Assentamento 02 de Janeiro, que foi encerrado em 2019; e um antigo lixão a céu aberto clandestino e em atividade até 2016, que recebia resíduos sólidos domiciliares, localizado aos fundos de terreno do almoxarifado central da própria prefeitura, estando em processo de encerramento.

O município, desde 2019, tem feito uso de área de transbordo em terreno na Estrada Velha Descalvado – Porto Ferreira, km 2, licenciado pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), para posterior encaminhamento dos resíduos gerados, e não aproveitados, ao aterro sanitário da cidade de Guatapar-SP, aterro este de classe III que recebe resíduos de 27 municípios da região de Ribeirão Preto, localizando-se  Rodovia Deputado Cunha Bueno - KM 183 SP 253 - Zona Rural, Guatapar-SP. Desse modo, há área de transbordo de resíduos domiciliares e área de triagem e transbordo de resíduos sólidos da construo civil e resíduos volumosos, que são destinados à Guatapar-SP, por meio de transporte terceirizado.

Encontra-se em fase final de elaborao o Plano de Resíduos Sólidos Municipal, para ser depois remetido  aprovao na Câmara dos Vereadores. Tal Plano não foi disponibilizado e nem esclarecido se abrange questões ligadas aos catadores e sua atuao profissional.

Ainda de acordo com G1, o único dado oficial existente na Prefeitura quanto ao funcionamento de cooperativas de catadores se refere à Cooperambiente, fundada em 2007 e encerrada em 2009, por problemas de relacionamento interno dos próprios associados. Como mencionado anteriormente, a referida cooperativa recebeu incentivos financeiros do município, em momento pontual, não havendo obrigatoriedade na continuidade desse fornecimento aos catadores após o desgaste do material, tampouco aos ex-cooperados e não cooperados.

nica política municipal sendo desenvolvida pela atual gestão, que envolve diretamente os catadores, é o Projeto Vidro Social. Esta política, segundo G1, é uma forma de apoio ou incentivo aos catadores, sendo destinado: imóvel, veículo, maquinário e recipientes para acondicionamento adequado dos vidros arrecadados e armazenagem das cestas básicas.

Apesar disso, é importante destacar dois pontos sobre este Projeto: primeiro, que o vidro, dentre os materiais recicláveis coletados pelos catadores, é o de menor valor econômico no mercado da reciclagem; e, segundo, que esta estrutura disponibilizada pelo poder público não é utilizada diretamente pelos catadores, mas por funcionários públicos, estes que fazem a troca dos vidros coletados por cestas, ou seja, o único benefício a que tem direito o catador é a cesta básica mediante a entrega de determinada quantidade de vidro coletado (cerca de cinco garrafas em média).

Cerca de cinco catadores dos 37 pesquisados mencionaram a possibilidade da troca, no prédio da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, de garrafas de vidro por cestas básicas, o que confirma a vigência do Projeto Vidro Social, mas também sinaliza sua pouca divulgação e aderência junto aos catadores. Além desta iniciativa, não se mantiveram outros incentivos ou apoio governamental por meio de políticas públicas locais, tampouco a existência de campanhas de conscientização da população quanto ao descarte adequado dos resíduos recicláveis.

Quanto ao questionamento de como os agentes públicos enxergam o trabalho dos catadores no município, G1 e G2 são uníssonos nesse sentido, dizendo: “[...] o trabalho do catador descalvadense é de extrema relevância ao meio ambiente local e um gerador de renda mínima ao próprio catador”. E o maior entrave à execução desse trabalho, ainda segundo esses gestores, é a falta de conscientização da população quanto ao descarte correto do resíduo sólido domiciliar. Por outro lado, deixaram de mencionar a ausência de políticas públicas que de fato mitigariam essa realidade.

Conforme declaração de G1, as secretarias municipais deveriam se juntar em parceria e fomentar projetos que incorporassem a gestão de resíduos sólidos e o trabalho dos catadores, incentivando a retomada desse trabalho por meio cooperado que seguisse as diretrizes nacionais, onde o poder público municipal poderia disponibilizar as instalações físicas como, por exemplo: galpão, prensas com termo de cessão e uso e demais equipamentos, ficando sob a responsabilidade dos cooperados a manutenção do espaço e de todo material utilizado.

De forma geral, é possível apontar que nas gestões municipais, a partir de 2012, tanto a questão do meio ambiente e da reciclagem, quanto a dos catadores cooperados e não cooperados foram deixadas de lado até 2020. Havendo uma retomada discreta a partir das legislações locais aprovadas em 2020 e 2021. Além disso, o fato de a gestão municipal atual ser composta por atores que foram, e que ainda são adversários políticos, parece funcionar

como um dos entraves para se obter maiores informações sobre os catadores fixos e os ex-cooperados no município.

6.3 Cooperativas de Catadores de Recicláveis em Descalvado-SP

As duas iniciativas de cooperação de catadores no município coincidem, uma em 2002 e a outra em 2007, respectivamente, com o reconhecimento da profissão e com a Lei n.º 11.445/07 de Diretrizes Nacionais para Saneamento Básico (BRASIL, 2007), que dispensava os demais entes federados de promover licitações para contratação de associações ou cooperativas de catadores, implantada pelo governo federal para incentivar esse tipo de organização.

A Cooper-rede (nome fantasia), cuja razão social era Cooperativa de Reciclagem de Descalvado-SP e Região, foi criada por intermédio do incentivo municipal em 17 de julho de 2002, CNPJ 05.334.775/0001-17-053344775000117, com sede localizada à Rua Bezerra Paes, n.º 713, Centro, Descalvado-SP, com capital declarado de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Sua principal atividade (CNAES) 46.87-7-02 – Comércio atacadista de resíduos e sucatas não metálicos, exceto de papel e papelão recicláveis. Esta atividade compreendia resíduos tais como: resíduos de fiação e tecelagem têxteis, sacos usados, estopas, melaço de cana, pó e cavaco de madeira, plásticos e vidros usados, baterias e acumuladores usados, lubrificantes, resíduos industriais, óleos combustíveis usados etc. Suas atividades foram encerradas no mesmo ano.

A coleta baseava-se na classificação e separação, sem transformação, para obter peças que seriam reutilizadas e comercializadas. A Cooper-rede teve como presidente Anna Erika Luporini Medeiros Fonseca que, à época, já possuía ensino superior completo em Fisioterapia e era proprietária de estabelecimentos institucionais privados e de natureza diversa do universo dos catadores.

A prefeitura, no período da fundação da Cooper-rede, forneceu incentivos para coleta e seleção do material reciclável que, mais tarde com o encerramento da cooperativa, deu origem a processo de investigação (Proc. n.º 0004666-16.2004.8.26.0160 – Ação Penal).

Pouquíssimas informações a respeito dessa cooperativa foram obtidas, uma vez que esta funcionou por apenas sete meses consecutivos e, no período de 2002, não havia à disposição variados mecanismos digitais para registro desses dados como atualmente. Além disso, não identificamos, dentre os 37 sujeitos da pesquisa, catadores que tivessem feito parte dessa cooperativa como associados, mesmo entre os mais antigos na atividade de catação,

sendo um entrave para caracterizar seu modo de funcionamento, condições de trabalho e sua estrutura física e operacional. Informações extraoficiais nos levam a acreditar que tal cooperativa não contou com a participação de fato de catadores fixos em seu quadro de cooperados, sendo gerida por empresários associados com perfis diferenciados.

A Cooperambiente, com razão social de Cooperativa de Coletores de Materiais Recicláveis do Município de Descalvado, foi fundada em 17 de dezembro de 2007, CNPJ 09.335.981/0001-00-09335981000100, com sede localizada à Rua 24 de Outubro, n.º 148, Centro, Descalvado-SP, com capital declarado de R\$ 2.048,00 (dois mil e quarenta e oito reais). Tinha como objeto de trabalho a recuperação de sucatas de alumínio, de materiais plásticos e não perigosos.

Seu quadro da diretoria executiva teve como presidente Sonia de Fátima Alfieri (falecida); vice-presidente: Vanessa Cristiane de Oliveira; diretora administrativa: Argentina Sebastiana Dela Libera de Oliveira (ainda catadora); e diretora financeira: Fátima Aparecida Leme. Segunda a ata de fundação (Anexo 2), houve assembleia geral no Anfiteatro da Prefeitura Municipal de Descalvado-SP para sua criação em 05 de dezembro de 2007, com a presença do prefeito José Carlos Calza e outros representantes municipais do setor público e de sessenta e quatro (64) catadores associados.

A forma de filiação à referida cooperativa era por meio da apresentação de cópias do Registro Geral (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF), assinatura de um termo de ciência e recebimento do estatuto e, por fim, o aceite de, no mínimo, dois representantes da diretoria.

Os cooperados poderiam deixar a cooperativa segundo Seção VI do Estatuto, por: demissão, exclusão ou eliminação. A demissão se daria por solicitação via ofício à diretoria ou manifestação livre em assembleia; a exclusão caso houvesse falecimento do associado, por incapacidade civil ou por deixar de atender os requisitos para ingresso e permanência na Cooperambiente. A eliminação se daria quando o cooperado não seguisse a lei e as normas estatutárias, isto é, não comparecesse às reuniões/assembleias e convocações, não participasse do rateio das perdas do exercício, exercesse atividade conflitante com a finalidade da cooperativa, revendesse materiais adquiridos pela organização, e não contribuísse com as taxas impostas para o exercício da cooperativa e sua manutenção.

Dos 73 catadores cadastrados em lista da municipalidade, em 2020, apenas quatro vivenciaram, por um curto período (dois meses) a experiência cooperativista na Cooperambiente, sendo que destes somente dois aceitaram participar da presente investigação. Ainda segundo os pesquisados, a referida cooperativa contava com um galpão para triagem e armazenamento, além de equipamentos como esteira, prensa e caminhão

próprios. O trabalho era exercido dentro do horário comercial de 8 horas diárias, entre a execução da coleta, seleção/triagem, limpeza, prensagem, embalagem dos materiais recicláveis e carregamento para transporte. A comercialização dos materiais ficava sob a responsabilidade da diretoria executiva, não sendo de conhecimento dos catadores cooperados o destino dos produtos e o valor exato arrecadado com a venda. Em virtude da parceria com a prefeitura, os cooperados receberam uniformes padronizados, luvas, botas, bonés, *bags* e carrinhos.

Também de acordo com relato desses dois ex-cooperados, o funcionamento da cooperativa ao invés de fortalecer a categoria e melhorar as condições de renda e de trabalho, fez na realidade com que os associados trabalhassem por mais tempo e, ao final, não tivessem rendimentos suficientes para sobreviver, declinando cada vez mais a participação até seu encerramento de fato, mas não de direito. Isto se deu porque a diretoria não deu baixa na cooperativa nos órgãos competentes, sendo necessário dar entrada em ações individuais para inativá-la efetivamente em 2009.

A narrativa desses catadores aponta que, mesmo os cooperados pertencentes à direção executiva, não tiveram assessoria técnica suficiente para manter a cooperativa funcionando e, tampouco, para encerrá-la da forma correta. De outro lado, a participação do poder público parece ter ocorrido de forma pontual, o que de fato não contribuiu para garantir que os cooperados pudessem se capacitar e se manter atuantes e cooperados.

Desse modo, com base nos dados coletados dos catadores, o fato das experiências cooperativistas em Descalvado-SP não terem sido duradouras ocorreu também em virtude do pouco preparo dos catadores associados, por eles sempre dependerem da iniciativa de terceiros (não catadores) para planejar e executar as ações organizativas necessárias ao seu funcionamento, faltando uma melhor compreensão do seu papel de autogestão e autonomia. Tais características também são apontadas pela literatura especializada, considerando outras realidades, a exemplo do texto de Leite (2008). Outro fator levantado foi que as remunerações eram realizadas a princípio de forma igualitária e por produção (coleta e venda dos materiais), mas que tal sistema, aos poucos, foi sofrendo alterações, e passou a privilegiar alguns membros e a criar insatisfação junto aos demais, pois a maioria dos cooperados não conseguia manter uma renda mínima.

Refletindo sobre a atuação cooperativista, a luz da obra de Singer (2002), é possível apontar que a experiência vivenciada no município de Descalvado-SP foi na verdade desenvolvida na perspectiva da gestão empresarial capitalista, em que os catadores associados

são vistos e tratados como empregados e não como agentes de sua atividade, deixando de lado o caráter autogestionário, participativo e em prol do bem comum dos cooperados.

Esses catadores, embora não tivessem mais o incentivo municipal e a atenção necessária para continuar funcionando como cooperados, seguiram de forma individual e conseguiram se manter até certo ponto por conta de três razões: 1) criação, pelo governo federal, do Programa Bolsa Família, sancionado em janeiro de 2004 em substituição ao Programa Bolsa Escola, com a finalidade de complementar a renda, dar acesso a direitos e articular outras ações de estímulo ao desenvolvimento das famílias; 2) alta dos produtos recicláveis; e 3) abertura de novas empresas de reciclagem, a partir de 2008, no âmbito local e regional. Segundo Bosi (2008): “[...] o Brasil assumiu posição de destaque tanto à quantidade do material reciclado, como ao volume do faturamento atingido nesse negócio ao longo dos anos no circuito da reciclagem”.

6.4 Empresas de reciclagem

A cadeia de produção é um processo dividido em etapas pelo qual o produto obrigatoriamente passa da matéria-prima até chegar ao seu destino de consumo, sendo que na cadeia da reciclagem esse processo acontece de forma reversa, pois é a partir do produto final, já consumido e depois descartado, que ela se inicia. Ou seja, começa com a coleta de materiais recicláveis, passa pelas fases de triagem e de intermediação até chegar à fase da industrialização (PACHECO, 2013).

No município de Descalvado-SP estão instaladas e funcionando quatro empresas de reciclagem e uma de sucata, sendo que duas das empresas trabalham exclusivamente com resíduos gerados e descartados da construção civil, as demais mantêm relações comerciais com os catadores pesquisados, pois adquirem deles os materiais recicláveis. São elas: DF Reciclagem ou Reciclagens Franzin, Sierro Dias Reciclagem e Sucatas Chiaratti ou JP Sucatas.

Dentro do ciclo da cadeia da reciclagem as empresas acima são classificadas como sendo Centrais de Triagem, Beneficiamento e/ou Transbordo no município, uma vez que, após adquirirem os materiais, fazem a seleção, separação e limpeza profunda/criteriosa, para então compactar, picotar e embalar adequadamente para vender às indústrias específicas que adquirem esses materiais para transformá-los em matéria prima de produção, reinserindo-os novamente no mercado. Isto é, cada tipo de material tem um destino diferente e passa por um processo específico de tratamento. Todas elas trabalham com os mesmos materiais coletados

pelos catadores e outros, distribuídos em duas categorias: *aparas* – papel, papelão, embalagem, plástico, rafia (fibra); e *sucatas* – ferro, metal, alumínio, cobre, inox, vidro e eletrônica.

Segundo Campos (2013), a reciclagem de resíduos pós-consumo (resíduos domiciliares, por exemplo) se torna bastante complexa devido às possíveis contaminações que podem estar presentes no produto, devido seu grande manuseio e utilização até chegar à central de triagem e beneficiamento, exigindo processos de separação, lavagem, secagem, moagem, dentre outros cuidados para não comprometer as propriedades do produto final. Tintas, impressões e rótulos precisam ser retirados para garantir o atendimento das exigências da indústria compradora. A grande variedade de materiais dificulta a separação adequada, sendo necessários equipamentos adequados que agilizem essas etapas (CAMPOS, 2013).

A ausência desses equipamentos torna o trabalho do catador menos valorizado e dependente de atravessadores e/ou de empresas no circuito da reciclagem, pois, além de serem os agentes iniciais desse circuito, o custo com tais equipamentos somente seria possível por intermédio de cooperativas e de incentivos públicos (FERRAZ; GOMES; BUSATO, 2012).

A DF Reciclagem ou Reciclagens Franzin, fundada em 14 de outubro de 2016 (CNPJ 26.353.989/0001-00), é uma empresa especializada em compra e venda de materiais recicláveis e que oferece também assessoria técnica. Seu capital social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Possui cerca de dezessete funcionários contratados com carteira assinada. Está localizada no Distrito Industrial de Descalvado e, no ano de 2016, recebeu doação do município de terreno vizinho para ampliação de suas atividades, já que na época garantia o sustento de trinta famílias de catadores fixos com os quais mantinha relação de compra de materiais recicláveis. Desde a sua fundação não manteve relações com cooperativas de catadores locais, pois nesse período não havia nenhuma em funcionamento. Ela mantém relações comerciais com alguns catadores do bairro Jardim Albertina, do Santa Cruz e do Vila Brasil, os quais participaram da presente pesquisa.

Tal empresa tem como missão fornecer soluções adequadas e definitivas para resíduos, utilizando-se de tecnologia disponível no mercado. E como visão almeja ser reconhecida como uma organização líder, de referência regional no setor de gestão de resíduos industriais e de reciclagem.

A DF Reciclagem também presta serviços para empresas que geram em seu processo produtivo todos os tipos de resíduos recicláveis. Oferece destinação adequada a paletes de madeira, papel, plásticos, metais, equipamentos e peças industriais usadas, fornecendo serviços de armazenagem e transporte desses produtos.

Outros serviços prestados são: disponibilidade de caçambas de 39 m³; coletas utilizando veículos que retiram duas caçambas ao mesmo tempo de cada vez; fornecimento de enfiadeira e operador; coleta de todos os tipos de materiais recicláveis (papéis, plásticos, ferro, madeira, vidro, embalagens metalizadas, tambores, bombonas, sucata eletrônica e outros).

DF Reciclagem dispõe de armazém estruturado com área de contenção destinado a embalagens de produtos líquidos (tambores e bombonas), vista na Figura 2. A empresa possui diversas certificações pela destinação correta dos materiais recicláveis gerados. E tem como princípio a destinação com segurança, legalidade e rastreabilidade dos resíduos. Está localizada à Avenida Geraldo Antonio Traldi, n.º 200, Distrito Industrial Cosmo Fuzaro, Descalvado-SP.

Esta empresa fornece os *bags* aos catadores e realiza a busca dos materiais recicláveis por eles obtidos. A relação que mantém com os catadores entrevistados é estritamente comercial (compra x venda), demonstrando sua característica enquanto empresa com fins lucrativos, típica do sistema de produção capitalista. Como se pode perceber, tal atuação empresarial vai ao encontro da análise de Bosi (2008), ao enfatizar o aspecto do trabalho informal dos catadores como só sendo possível por ter baixo custo, e fazer parte do processo de acumulação do capital e de suas relações desiguais, o que possibilita lucro ao topo da cadeia de produção da reciclagem.

Figura 2 - Galpão da DF Reciclagem com o espaço disponível e os materiais comercializados.



Fonte: DF RECICLAGEM (2021).

Sucatas Chiaratti ou JP Sucatas (CNPJ 32.678.552/0001-40) é um centro de coleta, compactação e armazenagem de material reciclável em Descalvado, que fica à Avenida das Flores, 637, Morada do Sol. Foi fundada em 04 de fevereiro de 2019, com patrimônio estimado de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). É responsável pela compra dos materiais recicláveis da maioria dos catadores residentes nos bairros Morada do Sol e São Sebastião e, no Centro, segundo relato dos próprios catadores.

Costuma oferecer os *bags*, vales e adiantamentos de pagamento aos catadores mais comprometidos com o trabalho de coleta, recebendo o material em sua sede ou realizando a busca com caminhão. Essa prática se dá por ter a confiabilidade de que o valor financeiro adiantado ou empregado será mais tarde ressarcido pelo catador na forma de material coletado. Entretanto, esse adiantamento cria uma relação de comprometimento e dependência do catador para com a empresa e evita, nesse caso, que o catador possa vender a outra empresa que possa oferecer melhor valor pelos materiais.

Por ser uma empresa de sucatas tem sua estrutura física e organizacional inferior às outras duas empresas pesquisadas e conta com número menor de funcionários e de equipamentos conforme pode ser demonstrado na Figura 3.

Figura 3 - Galpão da Sucatas Chiaratti.



Fonte: SUCATAS CHIARATTI (2021).

Já a Sierro Dias Reciclagem foi fundada em 23 de setembro de 2008, é uma empresa que tem como missão promover o desenvolvimento sustentável, oferecendo soluções eficientes no descarte e reciclagem de resíduos. Como visão tem buscado ser reconhecida no mercado como referência na gestão de resíduos e reciclagem por seu compromisso socioambiental. Tem como valor a melhoria contínua de todos os processos. Seu capital social é estimado em R\$ 93.700,00 (noventa e três mil e setecentos reais).

Tal empresa possui como produtos para comercialização: aparas de papelão e de plástico; sucata de ferro; tambores de plástico e de ferro; pallets e retalhos de chapas. Presta serviços de: compra de pallets, compra e venda de recicláveis, gerenciamento e transporte de resíduos, prensagem e carregamento de materiais recicláveis. Conta com equipamentos como: caminhões com caçambas estacionárias (Figura 4), prensa automática para enfardamento de aparas, trator pá carregadeira e máquina de prensagem de materiais reciclados. E encontra-se localizada à Estrada Municipal Descalvado Porto Ferreira Km 3,5, Descalvado-SP. Possui quadro de funcionários contratados, sem especificar a quantidade.

De acordo com os relatos dos catadores, a relação entre eles e esta empresa ocorre a partir do fornecimento de *bags*, da busca do material, sua pesagem e efetuação da compra. Referida compra é realizada junto aos catadores dos bairros Jardim Albertina, Santa Cruz e Vila Brasil, o que caracteriza sua concorrência com a empresa DF Reciclagem. Essa característica talvez possa ser vista como uma espécie de divisão de mercado entre as empresas locais, que acabaria prejudicando os catadores em função de uma precificação regionalizada.

Figura 4 - Caminhões da Sierro Dias transportando materiais comprados.



Fonte: SIERRO DIAS RECICLAGEM (2021).

De acordo com Campos (2013), o papel das empresas de recicláveis é de agregar valor aos produtos comercializados, garantindo a qualidade do material a partir de processos de beneficiamento, após sua aquisição junto aos catadores, e revender às indústrias específicas localizadas em grandes centros urbanos e/ou polos industriais de reciclagem.

Segundo dados do Governo Federal, levantados até 2018, há prevalência de polos recicladores nas regiões Sudeste e Sul do país. Destes, apenas no Estado de São Paulo, foram contabilizados: 165 empresas recicladoras e aplicadoras de PET; 5.193 empresas de transformados e reciclagem de plástico; 29 empresas de papel e celulose; e 08 indústrias de vidros domésticos e embalagens (BRASIL, 2020).

Neste caso, as empresas com sede no município de Descalvado-SP, revendem às regiões de Ribeirão Preto, Campinas e da grande São Paulo. Por contarem com capital de giro e maquinário adequado, além de galpões para armazenagem, transporte próprio e funcionários

contratados, garantem uma rentabilidade maior e margem de lucro suficiente para arcar com as despesas e continuar funcionando de forma organizada.

Segundo o gestor, G3, a margem de lucro mensal de sua empresa é cerca de 30 mil reais líquido, sem contabilizar os gastos com funcionários e demais despesas para o pleno funcionamento das atividades. Como vimos anteriormente, essa rentabilidade às empresas só é possível mediante o trabalho do catador e seu custo extremamente baixo em termos de mão de obra e valor de mercado dos seus produtos coletados, por sua pouca ou nenhuma estrutura competitiva no ciclo da reciclagem (MEDEIROS, MACEDO, 2006; BOSI, 2008; MARCHI, 2011; SOUZA, 2011).

7. TRAJETÓRIA DE VIDA E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO DOS CATADORES

Neste capítulo identificamos as condições e trajetórias de vida e as experiências de trabalho de 37 catadores individuais fixos sujeitos da pesquisa (27 mulheres e 10 homens), trazendo uma perspectiva de análise para estudar e compreender a realidade destes no município de Descalvado-SP. Há uma observância no recorte temporal que incorpora o momento da pandemia nesse contexto, busca-se enfatizar como era antes e depois (ainda que ela não tenha terminado) da crise sanitária decorrente da COVID-19.

No decorrer desta pesquisa, nos deparamos com pessoas simples e, na maioria das vezes, muito receptivas ao nosso contato, principalmente ao serem esclarecidas sobre o objetivo de nossa investigação. Observamos em seus relatos de vida e experiência que a invisibilidade ainda é um problema enfrentado por esses trabalhadores, por isso a realização de uma escuta interessada enriqueceu a presente pesquisa. Compartilhamos da ideia segundo a qual:

[...] toda experiência social produz conhecimento e pressupõe uma epistemologia, definida como um modo de conceber as coisas e os pressupostos sobre o que consiste em conhecimento válido. Não há, pois, conhecimento sem práticas e sem atores sociais engajados em produzi-las. Interessam-nos os saberes produzidos por esses grupos de pessoas consideradas “inferiores” na lógica hegemônica de hierarquização do conhecimento e do reconhecimento social. (VERONESE, 2016, p. 214).

Na forma de delinear e de conduzir esta investigação, convergimos com a visão de Thompson (1998), de acordo com a qual o estudo das experiências é considerado uma forma

de percepção com clareza de determinadas nuances, onde o princípio ontológico se baseia no processo histórico, isto é, na história real e concreta em sua dinamicidade e fluidez. É a partir da agilidade histórica que as ações sociais acontecem, formando as lutas de classes. Para este autor, o ser humano é dinâmico e é essa dinamicidade que constrói as experiências e as lutas coletivas, perpassando a existência humana e se organizando em função das constituições religiosas, das ações e do exercício profissional.

Desse modo, o trabalho por fazer parte das estruturas sociais é também um construtor de experiências (vividas e percebidas), que colaboram para que os indivíduos adquiram consciência do seu papel social e da luta de classes, reagindo como sujeitos que vivenciam as situações de acordo com sua cultura e interesses (THOMPSON, 1998). Assim, à medida que colhíamos as informações necessárias ao aplicarmos os questionários, íamos aprendendo e construindo conhecimento, dando voz aos catadores e, ao mesmo tempo, mantendo a subjetividade reflexiva da pesquisadora, isto é, uma postura metodológica crítica e necessária em relação aos sujeitos do estudo.

De acordo com a tipificação a partir do estudo de Sicular (1991), vista em capítulo anterior, os catadores analisados no município de Descalvado-SP pertencem a categoria dos trabalhadores que exercem a catação somente na zona urbana da cidade, de porta-a-porta, de maneira individual; alguns anos atrás chegaram a fazer uso de parte do material coletado, pela fatura de objetos descartados e em ótimo estado (fogões, panelas de pressão, ventiladores, forno micro-ondas, demais utensílios domésticos, roupas, jogo de sofás, conjunto de mesa e cadeiras de jantar etc.), restringido atualmente a coleta apenas para venda.

7.1 Trajetória e condições de vida

No item trajetória e condições de vida analisamos os aspectos sociais e econômicos que caracterizam os catadores de materiais recicláveis pesquisados, assim como sua origem e as questões referentes ao gênero e suas condições de saúde.

Ao relacionarmos as informações sobre origem e gênero dos catadores foi possível verificar que cerca de 50% dos homens são provenientes do meio urbano e 50% do meio rural; enquanto no caso das mulheres, a maioria delas é proveniente do meio rural, como especificado na Tabela 1.

Tabela 1 - Origem dos(as) Catadores(as) pesquisados(as) por gênero.

	Masc	Fem	%
Urbana	5	6	30%
Rural	5	21	70%

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Os(as) catadores(as) com histórias provenientes do meio rural têm duas características comuns: os ascendentes também serem do campo e, os primeiros, terem iniciado em tenra idade sua vida laboral na roça. Quando jovens, com pouca ou nenhuma escolaridade, se viram desempregados(as), e sem a propriedade da terra, tiveram que ingressar na atividade de coleta de resíduos sólidos para sobreviver na cidade de Descalvado-SP, com suas famílias.

De modo semelhante ao que encontramos na literatura especializada sobre catadores (MEDEIROS; MACEDO, 2006; BOSI, 2008; SEVERO, 2008), é possível afirmar que os catadores fixos descalsvadenses são em sua maioria originários do campo (26), com experiência de trabalho rural, com pouca ou nenhuma qualificação profissional, baixa escolaridade e, conseqüentemente, inabilitados, segundo a visão de mercado, para o exercício de outras atividades mais elaboradas no contexto das cidades.

Há predominância daqueles que não foram alfabetizados ou que não concluíram o ensino fundamental por terem de substituir a escola pelo trabalho braçal, ainda pequenos, para ajudar na composição da renda familiar. Exemplo dessa situação tem-se o caso do catador, C1, este iniciou o trabalho na roça aos 6 anos de idade para ajudar a família; e, mais tarde, com a separação dos pais, veio para a cidade (centro urbano) em companhia da mãe separada e dos irmãos, passando a catar os materiais nas ruas junto com a genitora e não podendo mais estudar.

Os relatos das catadoras evidenciaram que a falta de estudo por elas vivenciada deu-se, até certo ponto, por uma questão cultural, envolvendo os valores de seus pais. Segundo a catadora, C2, os pais achavam que meninas não precisavam de estudo, apenas de um bom casamento, por isso ela foi mantida por pouco tempo na escola.

O analfabetismo trouxe como uma de suas implicações para esta pesquisa a dificuldade de interpretação e compreensão de parte do questionário por alguns dos investigados, diante disso, foi realizada a leitura e também perguntado, pela pesquisadora, de diferentes formas a mesma informação para que os pesquisados pudessem entender e, assim, pudessem se sentir esclarecidos e confortáveis ao responder. Vários deles tinham dificuldades

até mesmo para explicar a maneira como vendiam os materiais coletados e o valor recebido. Diferentemente, os catadores com alguma escolarização se mostraram mais conhecedores do seu ofício e capazes de descrevê-lo com riqueza de detalhes.

Na Tabela 2, referente ao nível de escolaridade dos catadores, se destacam como maiores taxas a de catadores com ensino fundamental incompleto 52% e a de analfabetismo representando 33% dos pesquisados. Com 85% dos pesquisados sendo pessoas analfabetas ou com ensino fundamental incompleto, confirma-se o baixo perfil educacional dos catadores encontrado na literatura especializada.

Refletindo sobre este perfil, Magera (2003) destaca que a pouca escolaridade, além de dificultar o ingresso do catador em outra atividade mais bem remunerada, também cria barreiras para que ele compreenda os aspectos logísticos que envolvem o circuito da reciclagem, algo que obstaculiza a obtenção de melhores ganhos com a atividade de catação.

Tabela 2 - Nível de Escolaridade dos(as) catadores(as) pesquisados(as).

	Masc.	Fem.	%
Analf.	4	8	33%
E.F.Inc.	6	13	52%
E.F.Comp.		2	4%
E.M.Inc.		3	9%
E.M.Comp.		2	4%

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Em geral, a maioria dos catadores se classifica como de etnia parda 48%, com ascendência variando entre brasileiros natos e, em número decrescente, de italianos, portugueses e espanhóis. Um pequeno percentual do total (1,8%) é originário de outros estados da região Nordeste do país; 0,1% do Paraná e os demais são paulistanos. Em vista desses dados, verifica-se que há uma falsa percepção de que são migrantes.

Em relação às características de gênero e etnia dos pesquisados, as Tabelas 1 e 3 apresentam um padrão semelhante ao encontrado em várias regiões do país, com um número expressivo de pessoas negras e pardas e maior contingente feminino.

Tabela 3 - Caracterização étnico-racial dos(as) catadores(as) pesquisados(as).

	Masc.	Fem.	%
Negros	2	8	26%
Pardos	6	11	48%
Brancos	2	8	26%

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

No que se refere ao estado civil dos catadores (Tabela 4), há poucos homens solteiros na amostra e estes possuem idade acima de 50 anos, sendo uma característica deste grupo o fato de apresentarem questões associadas a problemas de saúde mental. No caso das mulheres solteiras, estas são mais jovens que os homens, apresentando idades abaixo de 41 anos. Entre os catadores(as) prevalece a união estável e o casamento. E no aspecto religioso tais atores sociais são bem ecléticos: umbandistas, espíritas, católicos e evangélicos. Esses aspectos sobre o estado civil e o perfil religioso não são abordados nos estudos sobre os catadores, mas na presente investigação consideramos que tais questões também compõem a caracterização identitária dos pesquisados.

Tabela 4 - Estado Civil dos(as) catadores(as) pesquisados(as)

	Masc.	Fem.	%
U.E.	2	10	30%
Cas	6	5	30%
Viúva		6	17%
Divor.		3	9%
Solt.	2	3	13%

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Quanto ao número de descendentes por catador(a), predomina entre ambos os sexos de 01 a 06 filhos (Tabela 5). Sobre estes últimos, na sua maioria, são adultos e já constituíram novos arranjos familiares. Uma parte dos filhos, que se encontra na faixa etária de 18 a 25 anos e ainda reside com seus pais catadores, são adultos que não têm renda suficiente para manter uma moradia ou que, por desenlace conjugal, continuam necessitando do suporte familiar. A residência dos pais torna-se um porto seguro em meio às incertezas da vida cotidiana numa sociedade cada vez mais excludente e sem emprego para todos.

Tabela 5 - Número da Prole dos(as) catadores(as) pesquisados(as).

	Masc.	Fem.	%
Sem filhos	2	2	10%
1-3	2	14	43%
4-6	4	11	41%
7-9	2	0	4%

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Desse modo, é possível perceber que os catadores e suas famílias integram o grupo dos excluídos, ou seja, um grupo com direito de acesso restrito às instituições sociais como educação, comunidade, trabalho, lazer etc. (SOUZA; SILVA; BARBOZA, 2014).

Em geral, as moradias dos catadores são de alvenaria e telhado cerâmico, e apresentam de três a cinco cômodos. São construções antigas e com poucas reformas, contendo: jardim, quintal, sala de estar, copa/cozinha, banheiro e dois quartos. Muitas delas são herdadas, outras cedidas por ainda se encontrarem em processo de inventário entre diversos herdeiros. E, em menor número, as residências são adquiridas a partir de programas de habitação de interesse social e/ou alugadas. Uma característica geral é que elas necessitam de manutenção.

Ainda sobre o tema da moradia (Tabela 6), os catadores fixos descaldenses estão dentro da categoria dos profissionais que residem nas periferias das cidades e não nos lixões ou nas ruas (SICULAR, 1991). Eles estão, neste caso, em melhores condições habitacionais em comparação àqueles que vivem nos grandes centros urbanos, a exemplo dos catadores das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, que residem em estruturas improvisadas e em situação de risco iminente.

Tabela 6 - Tipo de Moradia dos(as) catadores(as) pesquisados(as).

	Masc.	Fem.	%
Própria	10	21	83%
Alugada		6	17%

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Quando se trata da faixa etária (Tabela 7), percebemos que os catadores homens são mais velhos, tendo entre 59 e 75 anos de idade; enquanto as mulheres variam de 37 a 75 anos. Isto pode indicar uma baixa renovação do número de homens nessa atividade e, de outro modo, uma maior inserção e renovação das mulheres na profissão. Desse modo, em Descalvado-SP, as catadoras continuam ocupando o mercado de trabalho informal, em virtude da falta de oportunidade de emprego, e têm contado com o ingresso de mulheres mais jovens, que não são, necessariamente, descendentes de catadores.

O trabalho de Severo (2008) contribui para pensar sobre a questão etária envolvendo os catadores. De acordo com este estudo, há dois tipos de catadores: os que são mais velhos e que, depois de perderem emprego, não conseguem mais ingressar no mercado de trabalho formal pela baixa escolaridade, pela idade avançada e pelo acometimento de doenças; e os

jovens, que nunca experimentaram o trabalho formal, por pertencerem a uma geração alijada em termos sociais e econômicos que lhes possibilitassem concorrer equitativamente por posições mais vantajosas de trabalho.

Interessante perceber que nos estudos realizados, não identificamos na literatura a prevalência de pessoas acima dos 55 anos para ambos os gêneros de catadores fixos ativos, demonstrando que no município pesquisado há um quantitativo significativo de homens e mulheres idosos ainda exercendo a profissão de catador.

Tabela 7 - Faixa Etária dos(as) catadores(as) pesquisados(as).

	Masc.	Fem.	%
15-40		2	5%
41-46		3	9%
47-52		3	9%
53-58		3	9%
59-64	4	6	27%
65-69	3	6	25%
70-75	3	3	17%

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Com relação aos programas governamentais de que fizeram uso: dez catadores(as) receberam apenas o Auxílio Emergencial em 2020; entre 2002 a 2020, três receberam somente o Bolsa Família (PBF); três receberam antes o Bolsa Família e depois o Auxílio Emergencial; dez passaram a receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC); onze não foram beneficiários de qualquer programa por contarem com aposentadoria (10 pessoas) e uma pessoa por ter pensão por viuvez; no caso desses benefícios é importante destacar que eles não ultrapassam o valor de um salário mínimo mensal.

Uma característica que merece destaque no perfil desses entrevistados é que, por não possuírem renda suficiente e não terem vínculo empregatício, eles não contribuíram com o sistema previdenciário, assim, se utilizam do BPC como se fosse sua aposentadoria devida por anos de trabalho dedicado à catação. Desse modo, são raros os casos de catadores que conseguiram se aposentar por meio de cooperativas rurais, a partir de ação judicial e pagamento de taxa de adesão para comprovar seu vínculo.

Na literatura, esta característica se confirma, pois de acordo com Miúra (2004), o maior entrave enfrentado pelos catadores consiste em conseguir assegurar seu bem-estar recorrendo apenas com o fruto do seu trabalho. O que significa que, mesmo com muito esforço, inclusive físico, a renda advinda exclusivamente do trabalho como catador continua

sendo insuficiente para garantir sua subsistência e de sua família e, ao mesmo tempo, para lhe proporcionar uma segurança ao final de sua jornada laboral.

A renda do catador fixo descaltvadense varia em média entre R\$ 300,00 (trezentos reais) a R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) ao mês, proveniente apenas da venda de recicláveis e dependendo da quantidade de produtos coletados para isso. Os(as) catadores(as), em virtude da representatividade das mulheres nesta profissão, são na maioria dos casos as principais fontes mantenedoras da família. Os aposentados, por outra atividade profissional, têm, por sua vez, geralmente seu salário mínimo comprometido com empréstimos bancários de longa duração, tendo na catação um complemento da renda.

A média nacional de renda dos catadores fixos não cooperados é inferior a um salário mínimo mensal, variando entre R\$ 400,00 (quatrocentos reais) e R\$ 600,00 (seiscentos reais). Já os catadores cooperados ou contratados por empresas ganham em torno de R\$ 1.320,00 (mil e trezentos e vinte reais) ao mês (SALÁRIO, 2021). Ainda que este último valor esteja abaixo do necessário para suprir os gastos da família como habitação, educação, saúde, alimentação, transporte etc., ele sinaliza a importância do exercício da atividade de catação como a presença de uma organização como a cooperativa.

Cerca de 90% dos pesquisados declararam já ter passado dificuldades para se manter e manter a família, algumas vezes recorrendo à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, em busca de ajuda com cesta básica ou outro tipo de auxílio. Isto ocorreu em períodos anteriores e também, com maior frequência, na vigência da pandemia de COVID-19. Este cenário lança luz sobre a “invisibilidade” da vulnerabilidade social de parte da população de Descalvado-SP. Os catadores deste município passaram a fazer parte de um grupo da população em estado de insegurança alimentar. Segundo pesquisa do IPEA (2020), quanto à revisão do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), nesse mesmo ano, houve uma alta no repasse dos preços de 4,6% para 5,3%, e esta aceleração está ligada ao aumento significativo dos preços dos alimentos.

Prejuízo maior com a pandemia foi a queda no faturamento no mercado reciclador, segundo relato dos próprios catadores e gestores privados. Segundo a OCDE (2020), ao avaliar o impacto da COVID-19 nos trabalhadores informais, identificou como fatores prejudiciais desse tipo de economia, que afetaram as receitas: as proibições de trabalhar no espaço público, a redução da demanda, o aumento dos custos dos insumos, a incapacidade de acessar os mercados e um aumento nas responsabilidades com os filhos (OECD, 2020).

Dos itens da cesta básica mais usados por todos os catadores pesquisados estão: feijão, arroz, macarrão, óleo, café, leite e fubá. Mas também foram incluídos, com menor

frequência, os legumes, verduras e frutas em geral. Com relação a mistura/guarnição (carnes), a maioria relatou que consumia com regularidade antes da pandemia de COVID-19; a partir de 2020 é recorrente sua substituição pela proteína encontrada nos ovos, salsichas, pés de galinha e de porco e, eventualmente, na carne moída (“*Quando dá!*”). Já o gás de cozinha passou a ser nesse último ano, 2021, um item de luxo. Também foram relatadas situações de furto do botijão de gás assim que comprado; de término do gás antes do previsto, sinalizando uma suspeita de que a quantidade do gás parece ser inferior a esperada e de ter deixado de comprar gás por quarenta dias por falta de dinheiro. Além do relato de casos em que a lenha passou a ser utilizada em definitivo pelos(as) catadores(as) para cozinhar os alimentos, algo análogo ao que ocorria na década de 1970 com a população carente, quando o uso de lenha era comum no cotidiano.

Assim, o poder de consumo dos catadores foi sendo reduzido consideravelmente nos últimos anos. De acordo com as falas dos catadores mais experientes, antigamente, havia maior fartura em relação aos materiais coletados. Eles achavam muitos produtos em ótimo estado de conservação durante o trabalho de coleta, passando a utilizá-los para benefício próprio ou para a venda com um bom retorno. A partir de 2016, o que aparece na fala deles como: depois do governo da Dilma, tem sido maior a escassez dos produtos básicos para comercialização devido à grande disputa entre seus pares.

Para Bortoli (2008), a atividade do catador sempre esteve entre coletar para uso próprio e para a comercialização em decorrência da fragilidade social em que está inserido. É a partir dessas duas destinações (uso próprio e venda) dos resíduos coletados pelos catadores que foi possível estruturar suas casas e adquirir bens, que de outra forma não lhes seriam acessíveis.

No que se refere às questões de saúde, o total de catadores(as) declarou nunca ter sofrido acidentes durante o trabalho de catação ou ter adoecido a partir dessa atividade. Ao aplicarmos o questionário pré-teste, identificamos que os catadores não conseguiam perceber que parte dos problemas de saúde adquiridos era consequência do trabalho insalubre que realizavam. Por essa razão, adaptamos os questionários para identificar e esclarecer tal temática. Com a adequação foi possível observar que 40% dos(as) catadores(as) sentiam (e sentem) dores frequentemente (dores nas costas, pernas e braços).

O fato de não associarem as comorbidades adquiridas à execução do trabalho como catador é retratada por alguns autores como sendo recorrente, pois, de acordo com a literatura especializada, estes atores sociais têm dificuldades para relacionar causa-efeito. Contudo, os sinais de sobrecarga de trabalho podem ser identificados por sintomas físicos e mentais como:

dor na musculatura, cansaço, dores frequentes pelo corpo e na cabeça, erupções na pele, indigestão, insônia, perda de memória ou dificuldade de concentração, dentre outras (CASTILHOS JR; RAMOS; ALVES; FORCELLINI; GRACIOLLI, 2013). Ainda, para esses autores, o catador só reconhece como acidente de trabalho situações mais graves, que possam interferir diretamente em seu trabalho e alterar de imediato suas condições de vida drasticamente, importando também o tempo de cura.

Dentre os problemas de saúde declarados pelos pesquisados estão: hipertensão, diabetes, rinite, enfisema pulmonar, alcoolismo, bursite, epilepsia, próstata, catarata, hepatite, reumatismo, tontura, osteoporose, taxa de colesterol elevada, depressão e hipertireoidismo. Todos com acompanhamento médico pelos postos de saúde locais e também por unidades hospitalares específicas em outras cidades conveniadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Entretanto, os que necessitam de cirurgias eletivas e exames pré-operatórios, como a cirurgia de correção da catarata, aguardam agendamentos por meses, diminuindo a cada dia sua qualidade de visão e, conseqüentemente, de vida; e aumentando os riscos durante o labor. Todos os pesquisados tiveram cobertura vacinal completa para COVID-19.

Mesmo com o início da pandemia, em 2020, alguns catadores continuaram trabalhando para seu sustento diário, outros com mais idade e comorbidades, ficaram reclusos em suas residências até meados do ano sem saber como seriam as previsões futuras. Outros ainda conseguiram, por conta da idade e problemas de saúde crônicos, obter o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e se afastar de vez do trabalho de catação.

A esmagadora maioria dos(as) catadores(as) já passou por intemperes climáticas (chuva, vento e sol) durante a execução do trabalho nas ruas. Tais trabalhadores(as) também não costumam se alimentar durante a jornada laboral, mas se hidratam com água durante sua realização.

Como já vimos, a profissão de catador é considerada, com base na Norma Reguladora n.º 15 do MTE que elenca diversos fatores de risco, como sendo um trabalho insalubre exatamente por estarem submetidos: ao calor excessivo, chuva, contato com produtos químicos, ruídos, risco de acidente ou de atropelamento, contato com insetos, dentre outros.

Alguns acidentes, como pequenos cortes e arranhões, são provocados por terem que lidar com vidros e materiais perigosos descartados inadequadamente nas lixeiras comuns domiciliares, exemplo: seringas e vidros de medicamentos (CASTILHOS JR; RAMOS; ALVES; FORCELLINI; GRACIOLLI, 2013).

7.2 Experiências de trabalho

A atividade de trabalho dos 37 catadores fixos em Descalvado-SP se resume a executar: a cata, a seleção e a separação dos materiais por tipo de produto, a limpeza e o ensacamento nos *bags*. Depois desse processo minucioso e trabalhoso, o produto é levado até o comprador ou os catadores solicitam que o comprador busque o material. Eles utilizam com frequência os equipamentos adquiridos com recursos próprios: carrinhos, luvas de couro, boné, botina e máscara.

Tabela 8 - Local de Coleta dos(as) catadores(as) pesquisados(as).

	Masc.	Fem.	%
Casa / Rua	7	20	73%
Casa / Rua / Comércio	3	5	22%
Comércio		2	5%

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Com relação às experiências de trabalho (Tabela 8), os(as) catadores(as) do município realizam sua atividade de forma peculiar, pois além de catarem nas ruas (95%), e alguns poucos também no comércio, cerca de 27%, contam com residências fixas que separam especificamente o material para cada catador(a). Esses pontos fixos de coleta funcionam como fornecedores pré-estabelecidos que, por consideração, garantem para os(as) catadores(as) um mínimo de renda ao mês. Esses fornecedores são fundamentais, principalmente diante dos desafios atuais enfrentados por esses profissionais com o aumento da concorrência pelos catadores eventuais, estes que têm contribuído para a diminuição dos materiais disponíveis para a coleta nas ruas, de porta-a-porta, e no comércio.

Não encontramos na literatura especializada situação semelhante, pois as experiências dos catadores são em geral analisadas em pesquisas que envolvem o trabalho em cooperativas específicas, em áreas de aterros/lixão ou diretamente nas ruas. No caso da coleta nas ruas, a destinação ao catador, quando ocorre, é feita pelos lojistas e comerciantes, mas sem mencionar domicílios que o façam dessa forma. Isso parece ser uma especificidade da atividade dos catadores de Descalvado-SP

Convergemos com a afirmação de Miúra (2004), segundo a qual o trabalho do catador consiste em uma forma alternativa de inclusão social, pois mesmo não alterando suas condições de vida ou relações de trabalho desigual, o insere na sociedade e lhe fornece utilidade social aos olhos de parte do poder público e da população. Logo, a colaboração dos

moradores locais com a atividade do catador é uma demonstração de reconhecimento de sua utilidade socioambiental e de pertencimento à comunidade da qual faz parte.

Um aspecto importante que mudou, de 2002 a 2020, foi justamente o supracitado aumento da concorrência entre os catadores fixos (pesquisados) e os catadores eventuais, em decorrência do aumento do desemprego e do subemprego, além do crescimento da inflação, fazendo com que muitas pessoas recorressem a atividade de catação para sustentar a família ou para complementar a renda. Exemplo disso são os garis da prefeitura que também passaram a recolher materiais recicláveis para venda, uma vez que o salário mínimo que recebem se mostra cada dia mais insuficiente para manter satisfatoriamente suas despesas.

Para Bosi (2008), o fato de a profissão de catador não exigir qualificação ou pré-requisitos para ser executada, facilita a entrada de pessoas em situação de desemprego ou baixa renda no mercado da coleta seletiva, colaborando para aumentar a concorrência entre catadores e, ao mesmo tempo, impulsionar o processo de reciclagem no país.

Um caso diferente que identificamos na pesquisa foi de um catador que, a partir da empresa privada em que trabalha, adquire gratuitamente e vende materiais recicláveis (chapa e cabo de alumínio e cobre) a cada 45 dias, tendo ganhos de R\$ 1.500,00 reais acrescidos em sua renda. Este catador também nos relatou que realiza a cata nas ruas de forma eventual, pois sua composição familiar é extensa, com esposa e quatro filhos pequenos, sendo ele o único provedor.

Segundo o catador, C4, a concorrência não era tão grande como nos últimos dois anos. Para ele, há cerca de 80 catadores pela cidade, o que exige de cada catador maior agilidade na coleta, para garantir os melhores materiais a serem comercializados. Ainda segundo seu relato, passou a ser necessário percorrer um caminho maior na busca pelos recicláveis.

A disputa por materiais recicláveis se tornou acirrada e algumas vezes violenta¹, de acordo com a fala dos(as) catadores(as). Para eles, levam vantagem os profissionais que iniciam seu labor ainda durante a madrugada, entre 4 e 5 horas da manhã, e àqueles que possuem veículos motorizados. O que ocorre é que quem passa primeiro cata os melhores materiais, por isso a importância de manterem entre a população os fornecedores fixos residenciais mencionados acima.

¹ É possível verificar situações de violência contra catadoras também em municípios da região a exemplo de Araraquara. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/araraquara/cotidiano/cidades/NOT,0,0,1667819,trabalhadoras-da-acacia-protestam-contrafurtos-em-araraquara.aspx>. Acesso em: 20 out. 2021.

Nesse jogo de concorrência, as mulheres catadoras ficam novamente em desvantagem, haja vista que nenhuma utiliza veículo motorizado e, quando não têm companheiros e possuem filhos pequenos, acabam restringindo seu horário de trabalho aos horários da creche e escola. Tem-se como exemplo a catadora, C5, que nos relatou que deixa de trabalhar quando a filha pequena não tem aula. Isso ocorreu também no período de fechamento dos estabelecimentos de ensino municipais para prevenção da pandemia, em 2020.

Além disso, várias dessas mulheres têm outra desvantagem que é o fato de possuírem menor força física para empurrar os carrinhos de ferro. Em algumas ocasiões, elas são obrigadas a disputar os materiais “no braço”, como foi o caso vivenciado pela catadora C 6, ela teve o material reciclável arrancado de suas mãos por outro catador no meio da rua. Infelizmente, tal relato encontra respaldo na literatura sobre catadores. Desse modo, nos estudos de Silva (2014) e Alves (2018), a vulnerabilidade social da mulher é multifacetada, pois se dá em diferentes dimensões: nas relações de trabalho, domiciliares, amorosas e sociais; e estão enraizadas nas questões culturais de nossa sociedade, reproduzindo constantemente e naturalizando as desigualdades entre os gêneros, principalmente no que se refere ao trabalho.

Um aspecto que chamou nossa atenção durante o diálogo com alguns catadores foi o nível de cuidado com a separação e limpeza dos materiais, associado à confiabilidade e compromisso demonstrado pelo(a) catador(a) à empresa compradora, vir a agregar valor ao material reciclável. Isto se evidencia quando o(a) catador(a) mais cuidadoso(a) com a limpeza recebe o bag mais novo e de melhor qualidade, assim como, quando este perfil de catador vende o seu material por um preço relativamente mais alto. Diferentemente é o tratamento dado aos(as) menos esclarecidos(as) e cuidadosos(as), que acabam trabalhando com *bags* rasgados e sujos e, na venda, ganham por seus materiais coletados valor inferior.

Na relação comercial com as empresas de reciclagem ou de sucata do município, além de receber os *bags*, parte dos catadores desenvolve laços de confiança/dependência. Somente para os catadores cuidadosos é colocado à disposição vales de retirada (possibilitando que a entrega dos materiais pelo profissional seja feita aos poucos e o pagamento acumule até ser retirado de uma só vez na empresa compradora) e antecipação de valores ou empréstimo (pagamento feito pela empresa antes da entrega do material coletado pelo catador).

Para Antunes (1995), essas relações de poder, de dependência e de precarização do trabalho vão ao encontro do modo de produção capitalista, onde o trabalho é fruto de relações

de poder entre o catador, sem poder de argumento, e as empresas compradoras, estas que têm ganhos maiores que os catadores por terem os meios de armazenar, prensar e revender os materiais às indústrias da reciclagem.

Os(as) catadores(as) catam e vendem: papel branco e misto, sucata e ferragem, lata de comida/temperos, lata de refrigerantes/cervejas, plástico mole e duro, garrafa pet, vidro, papelão, caixa de leite longa vida, alumínio e aço. Os preços variam de produto para produto e também dependem de como o(a) catador(a) trata o material (se de forma cuidadosa, ou se de modo descuidado). O material é orçado por quilo coletado e pesado nos *bags*. Estes *bags* utilizados geralmente comportam 80 kg de material reciclável.

Tabela 9 – Valores das vendas por tipo material e peso (kg) informados pelos(as) catadores(as) pesquisados(as).

Material Reciclável	Preço/kg
Papel branco	R\$ 0,10/0,40
Papel misto	R\$ 0,10
Papelão	R\$ 0,25/0,40/0,50
Garrafas pet	R\$ 0,35/0,90/1,30
Plástico	R\$ 0,25/0,35/0,40
Sucatas/ferro	R\$ 0,40/0,50
Lata de comida	R\$ 0,40
Lata ref./cerveja	R\$ 5,70/6,00/7,50
Vidro	R\$ 0,10
Caixa de leite	R\$ 0,10
Alumínio/aço/cobre	R\$ 5,70/6,00/7,50

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Na Tabela 9 fica nítida a variação de preços de um mesmo material, independentemente de ser pela mesma empresa compradora, variando de catador para catador como explicado.

Os preços dos materiais recicláveis também variam ao longo do ano, e o fazem com certa frequência e em períodos distintos, por serem diretamente influenciados pelos preços das commodities² utilizadas em cada processo de produção de matéria-prima virgem, como petróleo, celulose e minérios (PACHECO, 2013).

Os(as) catadores(as) fixos, que são um pouco mais jovens, se encontram inseridos(as) no mercado da reciclagem em média de 5 a 6 anos (32%), enquanto os da

² Commodities são produtos de origem agropecuária ou de extração mineral, em estado bruto ou pequeno grau de industrialização, produzidos em larga escala e destinados ao comércio externo (PACHECO, 2013)

terceira idade (acima de 60 anos) estão por cerca de 20 a 25 anos no mercado (18%), como pode ser observado na Tabela 10.

Tabela 10 - Tempo de atuação como catador(a).

	Masc.	Fem.	%
de 2 a 3 anos	0	3	8%
de 5 a 6 anos	6	6	32%
de 8 a 10 anos	2	2	10%
de 13 a 15 anos	0	2	5%
20 anos	2	4	15%
25 anos	0	1	3%

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Os estudos mostram que o tempo de atuação na profissão de catador em outras localidades é em média de 6 a 10 anos ou um pouco mais, deixando evidente que o(a) catador(a) fixo(a) descaldense prolonga por tempo maior sua permanência na atividade (CASTILHOS JR; RAMOS; ALVES; FORCELLINI; GRACIOLLI, 2013).

Dos catadores pesquisados, apenas dois chegaram a participar de experiências cooperativistas por um curto período de tempo (dois meses), ambos associados à Cooperambiente, no ano de 2008. Essa experiência, segundo tais catadores, não foi gratificante por terem se sentido injustiçados, já que, à época, enquanto estiveram cooperados obtiveram seus rendimentos reduzidos em comparação ao trabalho como catador individual.

Segundo o catador, C1, os membros da diretoria executiva, da então cooperativa, não realizavam a atividade de catação nas ruas e tampouco auxiliavam dentro do galpão de triagem e armazenamento, mas ele observava que a situação econômica de alguns desses membros foi sendo melhorada durante o funcionamento da cooperativa. Mencionou, com certa revolta, que a presidente chegou nesse período a adquirir um carro zero quilômetro para uso próprio, enquanto ele e os demais não conseguiam honrar suas dívidas e ao mesmo tempo sustentar suas famílias, fazendo com que ele decidisse deixar de ser cooperado.

Esses catadores ex-cooperados não souberam especificar como ocorria o processo de comercialização dos materiais pela cooperativa, demonstrando não ter conhecimento sobre os aspectos relativos à parte burocrática e administrativa da associação, pois estas atribuições eram de responsabilidade exclusiva da diretoria executiva, assim como a tomada de decisão a respeito do trabalho executado. Esta experiência vivenciada em Descalvado-SP pelos catadores corrobora a análise de Singer (2002) e Leite (2008), no que se refere ao volumoso

surgimento de cooperativas pelo país com intuito de flexibilizar as relações de trabalho. De acordo com estes estudos, a gestão se dá de forma hierarquizada e a participação nos lucros também. Nesse sentido, tais experiências são conhecidas como “falsas cooperativas” ou “cooperfraudes” por não preservarem os princípios da autogestão e autonomia e manterem relações desiguais de poder típicas das empresas capitalistas.

Do relato dos catadores mais antigos, ficou um questionamento quanto a composição da primeira cooperativa de reciclagem criada no município (Cooper-rede), pois os mesmos nunca ouviram falar dela. Como esclarecido em capítulo anterior, não há informações sobre seus membros e a forma de funcionamento. E o poder público ao ser questionado também não colaborou com nenhuma informação a este respeito.

Cerca de 87% dos(as) catadores(as) pesquisados(as), manifestaram não desejar fazer parte de associações ou cooperativas, pois eles ainda vêm vantagens na profissão como catador fixo individual. Uma delas é ter autonomia de estipular seu próprio horário de trabalho e de descanso; outra é realizar o trabalho no seu próprio ritmo e de acordo com sua necessidade/dificuldade; não ser cobrado(a) por outras pessoas durante a execução do trabalho; e, por fim, ter a real noção do valor aproximado que irá receber ao vender seus materiais.

À exemplo da Figura 5, a totalidade dos(as) catadores(as) pesquisados(as) utiliza as próprias residências como depósito/armazenagem dos materiais coletados, uma vez que por serem catadores individuais não contam com galpões ou locais mais adequados para essa finalidade. O que evidencia, dentre outros problemas, maiores riscos de contaminação, inclusive, da família. Alocam no jardim, nas áreas laterais da residência e no quintal.

Figura 5 – Armazenamento de materiais coletados: residência de catador.



Fonte: Catador em sua própria residência, 2021.

Nas residências com menor espaço físico disponível, são utilizadas também as calçadas para depositar os *bags*. Para evitar a fiscalização municipal, vendem os *bags* assim que preenchidos.

Figura 6 - Materiais coletados em *bags* alocados na calçada em via pública.



Fonte: Foto tirada em via pública, 2020.

Considerando a questão do depósito/armazenagem dos materiais coletados, o trabalho por meio de associações cooperativistas proporcionaria ao catador uma melhor estrutura física para armazenar e tratar os materiais coletados, de um lado, agregando valor ao produto e, de outro, reduzindo os riscos de contaminação ao utilizar sua residência como depósito (IPT, 2003).

Nos estudos de caso sobre outras localidades, predomina a existência de trabalho com carga horária de 8 a 9 horas por dia em virtude de parte da atividade ser realizada dentro dos espaços das cooperativas, requerendo assim maior rigidez no tempo de trabalho e respeito as normas trabalhistas e horários comerciais (CASTILHOS JR; RAMOS; ALVES; FORCELLINI; GRACIOLLI, 2013).

Já o trabalho dos(as) catadores(as) descaldenses é executado em jornadas de 6 a 10 horas diárias, pois utilizam o período matutino (desde a madrugada), com temperaturas mais amenas, para catar nas ruas, comércio e casas. No período da tarde, na própria residência, fazem a triagem dos materiais e demais procedimentos de separação, limpeza e acondicionamento nos *bags*. Os que dependem exclusivamente da catação para sobreviver laboram todos os dias; já os que possuem outras fontes de renda, laboram de três a cinco dias por semana.

No caso dos catadores do sexo masculino, que são casados ou amasiados, suas esposas/conviventes, apesar de não serem reconhecidas como profissionais catadoras, uma vez que não participam da coleta nas ruas, geralmente os auxiliam na separação, limpeza e acondicionamento dos materiais, configurando mais uma mão de obra que não é contabilizada nesse processo. Quando se trata do inverso, os maridos ou conviventes das catadoras, estes as auxiliam muito pouco.

Assim, observando a atuação do núcleo da família dos(as) catadores(as), mais uma vez as questões de gênero aparecem demonstrando que as relações de trabalho são ainda pautadas pela presença das mulheres como mão de obra barata ou não remunerada. Além disso, percebe-se uma maior facilidade de os homens exercerem outras atividades (bicos) que complementam a renda familiar. Fica evidente que a jornada de trabalho das profissionais catadoras não é dupla, é tripla, pois elas se dividem entre as atividades laborais de catadora, os afazeres domésticos e os cuidados com a prole (SILVA, 2014).

A venda do material reciclável coletado no município, pelos catadores fixos, é feita semanalmente por cerca de 8% dos catadores totais, quinzenal 16%, mensal 54% e a cada quarenta e cinco dias 22%. Quanto à média de material coletado e vendido, varia muito de catador para catador e do tempo que levam para vender. Enchem por período uma variação de 5 a 35 *bags*, com aproximadamente 70 kg em cada um. Dependendo da quantidade de *bags* e da qualidade dos materiais neles contidos, conseguem obter, a cada venda, uma renda variável de R\$ 300,00 (trezentos reais) a R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Cabe destacar que os catadores que conseguem alcançar o valor máximo referido de renda com os materiais recicláveis, correspondem a apenas 8% e todos são do sexo masculino.

No estudo que compara as regiões Sul, Sudeste e Nordeste do país quanto ao trabalho do catador, há prevalência dos melhores rendimentos na região Sul, mesmo assim não ultrapassa significativamente um salário mínimo (CASTILHOS JR; RAMOS; ALVES; FORCELLINI; GRACIOLLI, 2013).

Considerando a média de produtos que é ensacada nos *bags* com capacidade máxima de 80 kg, no caso 70 kg, multiplicado pelo menor número de *bags* (5), vendidos no período mais recorrente (mês), e pelo número de catadores(as) pesquisados(as) (37), tem-se como resultado mínimo 12.950 kg ao mês de material reciclável que não foi direcionado para aterros sanitários, tendo a destinação correta com base na política de logística reversa e graças ao trabalho desses profissionais. Número real da contribuição ambiental dessa categoria é bem maior, demonstrando a importância que estes têm para a proteção do meio ambiente dentro do município e sua capacidade produtiva na cadeia da reciclagem.

Para Ferraz, Gomes e Busato (2012), os resíduos sólidos são um grande problema para as cidades, pois sua produção é progressiva e seu descarte nem sempre é adequado por falta de sistemas de gerenciamento desse material, sendo muitas vezes despejado em áreas sem controle ou qualquer tratamento. Diante do exposto, convergimos com tais autores ao afirmarem que o papel do catador se torna preponderante na preservação dos recursos naturais e na contribuição para desafogar os esgotados espaços físicos que servem de armazenamento dos resíduos produzidos pela geração e acúmulo de lixo.

Tabela 11 - Transporte de Material.

	Masc.	Fem.	%
Na Mão	2	2	9%
Carrinho de Ferro	5	14	52%
Bicicleta Adapt.	2		4%
Carrinho de Bebê		8	22%
Carr. de Ferro / Bebê		3	9%
Kombi/Carro	1		3%

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

A Tabela 11 e a Figura 7, ilustram bem os dois tipos de transportes mais utilizados pelos catadores fixos descalsvadenses: o carrinho de ferro construído ou adaptado de propriedade do(a) catador(a) por 52% e o carrinho de bebê por 22%, este último usado apenas por mulheres. Algumas delas possuem os dois meios para carregar os recicláveis, 9%.

Segundo a catadora, C8, a utilização do carrinho de bebê se justifica por ser um meio mais fácil de transportar os materiais coletados, uma vez que o mesmo é menos pesado que o carrinho de ferro. Contudo, sua utilização compromete a quantidade de material recolhido devido seu tamanho menor, acarretando a necessidade de várias viagens aos locais de coleta para transportar todo o material encontrado. Nessas várias idas e vindas, ela corre o risco também da perda do material para outros catadores concorrentes, sendo mais uma desvantagem em seu trabalho.

Sobre os meios de transporte de materiais recicláveis mais utilizados pelos catadores no país estão: os carrinhos de ferro sem motor - tipo gaiola, geralmente disponibilizados pelas cooperativas; bicicletas adaptadas e carroças (CASTILHOS JR; RAMOS; ALVES; FORCELLINI; GRACIOLLI, 2013).

Figura 7 - Transporte de materiais recicláveis: carrinhos de ferro e de bebê.



Fonte: Fotos tiradas em vias públicas, 2021.

O peso e a forma de transportar os materiais recicláveis trazem sérios prejuízos à saúde dos catadores e demonstram o quanto o trabalho requer um esforço físico muito além da capacidade de muitas mulheres catadoras e de catadores idosos.

Para Medeiros e Macedo (2006), os catadores de materiais recicláveis, por fazerem parte do processo de produção capitalista, realizam seu trabalho numa realidade perversa, sem condições dignas para executá-lo, precarizando a atividade e lhes mantendo em situação de exclusão social. Essa realidade ambígua influencia na invisibilidade que os catadores sofrem ao longo de sua trajetória.

Ainda, para esses autores, a precariedade do trabalho do catador pode ser identificada a partir da baixa renda adquirida com a atividade, pelo pouco reconhecimento, instabilidade e risco, dificuldade de acesso à direitos sociais e trabalhistas, e falta de oportunidade para crescer profissionalmente.

Quando perguntado aos(as) catadores(as) sobre a razão que os(as) levou a trabalhar nessa atividade, em média responderam que as principais causas foram a baixa ou a ausência de renda e pouca escolaridade, seguida pela perda de emprego e impossibilidade de recolocação. Tais profissionais reconhecem a grande dificuldade que tiveram, e ainda têm, em ingressar e em se manter no mercado de trabalho formal, seja devido a idade avançada, seja pela escolaridade insuficiente, ou ainda, em virtude dos problemas de saúde.

Essa pouca renda e escolaridade baixa está diretamente relacionada à sua origem rural e, conseqüentemente, a falta de qualificação profissional para ocupar melhores espaços de trabalho nas cidades (YAZBEK, 2001; BOSI, 2008).

Os poucos de origem urbana relataram situações que os levaram a trabalhar como catador. Por exemplo, a catadora, C5, que ao se separar do marido, de quem dependia financeiramente por longa data e convivia numa relação marcada pela vítima de violência

doméstica, se deparou sem o devido preparo para ingressar no mercado de trabalho competitivo, exigente e cada vez mais restrito, passando a catar para seu sustento. Já a catadora, C9, vivia bem até seu primogênito ir para a unidade prisional, tal fato ocasionou inúmeras dívidas e contribuiu para rebaixar ainda mais a renda familiar, tendo ela entrado na atividade como catadora no lugar do filho para suprir sua ausência.

Para Pochmann (2003), ao aderir às políticas neoliberais de desregulamentação, flexibilização e redução considerável da proteção social, o Brasil tem contribuído paulatinamente para o aumento da precarização do trabalho e para a elevação do índice de subemprego e desemprego.

Ao indagar sobre a maior dificuldade enfrentada pelos catadores aparece em primeiro lugar em suas respostas os problemas de saúde. Na sequência, aparecem como respostas: a renda insuficiente e a competição entre os catadores fixos e entre estes e os eventuais; a falta de consciência da população em não separar adequadamente o resíduo ao descartar; o local de armazenagem ser a própria residência e ocupar demais o espaço; o forte odor que incomoda e o manuseio dos materiais muitas vezes coletado sujo; e, por último, a falta de políticas públicas de incentivo ao trabalho do catador.

No que se refere a questão de a população reconhecer o trabalho do catador como agente ambiental, foi respondido pelos pesquisados que parte dela reconhece, mas outra parte não. Há uma minoria, segundo os relatos, que demonstra não gostar da presença do catador mexendo em seu lixo. Situações constrangedoras foram relatadas, como o caso da senhora que pôs fezes de animais nas garrafas de vidro para provocar certa catadora. E, outra, em que uma criança falou alto “lá vai a lixeira” se referindo à catadora na tentativa de desmerecer seu trabalho.

O estudo de Migueles (2004) retrata o significado social do lixo como negativo e o correlaciona com a formação da identidade do catador em que, por muito tempo, o levou a acreditar que não possuía valor o fruto do seu trabalho. Contudo, com o passar dos anos tem se observado o crescimento da consciência ambiental e também a emergência de novas discussões sobre as contribuições da reciclagem para a sociedade, inclusive, com a valorização no mercado competitivo do material reciclável, essa visão a respeito do trabalho do catador tem sido alterada.

Muitos(as) dos(as) catadores(as) vêem o seu trabalho como uma atividade prazerosa e gostam do que fazem, pois, a partir dela conquistaram bens e o reconhecimento, mesmo que parcial, da sociedade. Em outras palavras, trabalhar com o material reciclável representa seu

sustento e uma ocupação, uma forma de continuar ativo(a)/produtivo(a) diante da família, amigos e da comunidade da qual fazem parte.

8. RESULTADOS

Nesta pesquisa aplicamos questionários e analisamos uma amostra de trinta e sete catadores(as) fixos individuais que realizam efetivamente esse trabalho no município de Descalvado-SP (de um público estimado pelos órgãos oficiais em 73 pessoas). Buscamos informações complementares sobre suas condições vida e as experiências cooperativistas e não cooperativistas que existiram anteriormente e a respeito das relações criadas entre esses mesmos catadores e outros atores sociais da cadeia de reciclagem (gestores públicos e privados). Sobre o contato com tais atores, obtivemos retorno somente da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, uma vez que houve a recusa dos mesmos em prestar tais informações por meio formal, via formulário e termo de consentimento, sob a alegação de inabilidade com recursos digitais e ausência de tempo.

Após a coleta dos dados documentais, e das informações provenientes da aplicação dos questionários, procuramos correlacioná-los com algumas categorias presentes na literatura especializada (a saber: exclusão social, trabalho informal e catadores como agentes ambientais). É este processo, de forma mais sistemática, que será delineado a seguir.

Ficou evidenciado com a pesquisa que mais da metade dos(as) catadores(as) pesquisados(as) é proveniente da zona rural, assim como seus ascendentes, corroborando as discussões a respeito de como surgiu o catador ao longo da história e de como sempre enfrentaram dificuldades para se manter em meio ao mercado de trabalho informal na área urbana, o qual, assim como o formal, é concorrido e excludente.

Como destacou Yazbek (2001) e Bosi (2008), trata-se de uma população que, sendo expulsa do meio rural e da atividade da roça que realizava com propriedade, se viu amontoadas nas cidades e sem trabalho, devido a pouca escolaridade e, conseqüentemente, com pouca capacitação para outros trabalhos mais elaborados. Sem emprego e renda fixa, passou a ocupar as áreas periféricas das cidades (BONDUKI, 2000). Isto indica que o êxodo rural não é uma busca por melhores condições e sim uma expulsão do campo, demonstrando indiretamente o potencial social da reforma agrária popular se viesse a ocorrer de fato.

Por nem sempre serem capazes de suprir suas necessidades básicas como catador, recorrem ao poder público local para solicitar auxílio de cestas básicas ou de inclusão em

programas socioassistenciais de complementação de renda (ex.: Bolsa Família, Auxílio Emergencial e BPC). O BPC é uma alternativa, utilizada somente após os 65 anos completos, em substituição a aposentadoria da qual eles não têm direito, apesar de terem trabalhado por toda a vida, uma vez que a renda não é suficiente para contribuir com a previdência social e se tornar um segurado. Tais atores dependem exclusivamente do Sistema Único de Saúde para atendimento médico-hospitalar, alguns aguardando por meses na lista de espera para realizar cirurgia de catarata e também exames. Os que precisam de remédios de alto custo nem sempre os conseguem, logo, para sua obtenção é necessário recorrer a judicialização.

Levando em consideração o que identificamos nos(as) catadores(as) fixos pesquisados(as) quanto a sua caracterização: baixa escolaridade (predominância de pessoas com ensino fundamental incompleto e analfabetas), baixa renda (variável a partir de R\$300,00), origem rural, maioria de mulheres, relações de trabalho precárias e nem sempre tendo acesso às estruturas sociais (educação, saúde, trabalho etc.); é possível, em diálogo com trabalhos a exemplo do de Quinelato (2012), caracterizá-los(as) como pertencentes a uma parcela da população em situação de desigualdade social ou de exclusão.

A relação comercial existente entre a empresa compradora e o catador é de dependência e de exploração, típica do processo de produção capitalista, pois não existe vínculo empregatício, tampouco seguros sociais que resguardem os catadores caso fiquem doentes ou, pela idade avançada, percam a capacidade de trabalhar. Esses atores exercem trabalho informal e precário por sua conta e risco, empurrando a pé carrinhos de ferro ou de bebê, carregados com uma enorme quantidade de materiais recicláveis pelas ruas da cidade, expostos a intemperes climáticas e outras situações de risco por lidarem com o lixo, com a concorrência e com o preconceito de uma parcela da população.

Mesmo assim, é a partir da atividade de coleta de materiais recicláveis que esse grupo social se vê inserido na sociedade, mesmo que de forma parcial, por ela promover seu sustento e dignidade (MIÚRA, 2004).

Ao mesmo tempo que os(as) catadores(as) compõem a base da cadeia produtiva da reciclagem, ao executarem o trabalho pesado de coleta, seleção e separação desses materiais e os venderem por preços, muitas vezes irrisórios (exemplo: dez centavos por um quilo de papel), são eles os principais responsáveis pela movimentação desse mercado lucrativo aos grandes empresários de ponta, contribuindo diretamente para um desenvolvimento mais sustentável, em que a exploração dos recursos naturais é substituída por materiais recicláveis. Logo, como sugere Bosi (2008), os catadores são propulsores de novas tecnologias e da expansão do processo de reciclagem no país. Assim como, na visão de Souza (2011), o baixo

custo do trabalhado do catador é o que torna possível sua utilização no lugar da extração de produtos *in natura*.

Ao longo do estudo no município de Descalvado-SP, identificamos instituições envolvidas com as atividades de recolha de resíduos recicláveis pelos catadores (ex-cooperativas, prefeitura, empresas ou sucateiros), no período de 2002 a 2020.

Das empresas privadas que lidam com materiais recicláveis e mantêm relações com os catadores foram localizadas três, destas, duas empresas de médio porte e uma empresa menor de sucata, todas elas sociedades limitadas que trabalham com os mesmos materiais recolhidos pelos catadores. São consideradas centros de triagem, beneficiamento e transbordo. Junto ao poder público, soubemos da existência de aterro de transbordo que recebe os resíduos domiciliares para depois serem transferidos ao aterro sanitário de Guataparã-SP. Como também, constatamos a existência do Projeto Vidro Social, em execução, mas com pouca expressividade e eficácia, enquanto outras legislações mais importantes instituídas por outros gestores públicos caducaram e foram engavetadas.

Quanto à nossa hipótese inicial, de que os catadores fixos de recicláveis do município de Descalvado-SP estariam à margem da sociedade, enfrentando desigualdades sociais relevantes em virtude de suas condições de trabalho, inclusive, da ausência de conhecimento sobre o funcionamento e os possíveis benefícios da atuação profissional por intermédio da ação baseada na organização cooperativista, esta se confirmou à medida que, nos relatos dos catadores, foram identificadas condições precárias de trabalho (desde a coleta com carrinhos-gaiola até a separação e ensacamento dos materiais, inclusive, com os materiais sendo acondicionados nas próprias residências dos catadores); constatada a existência de concorrência acirrada entre os catadores fixos e os eventuais (o que tem obrigado os catadores fixos a iniciar sua jornada laboral durante a madrugada para garantir seu sustento); observada a necessidade de complementação de renda por meio de programas sociais, e por fim, foi verificada a inexistência seja de experiências cooperativistas, seja de experiências cooperativistas autogestionárias.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos na literatura especializada vários aspectos que envolvem a vida e o trabalho dos catadores de materiais recicláveis pelo país. Destes, os que mais foram identificados como sendo um ponto de congruência característico dessa categoria está

relacionado à exclusão social, agregado ao trabalho precário e ao papel como agente ambiental. Neste último aspecto, os catadores, apesar de fornecerem uma grande contribuição ambiental, acabam por fazê-la como uma consequência indireta, pois o foco está voltado para garantir a subsistência de sua família.

A realidade dos(as) catadores(as) fixos pesquisados(as) no município de Descalvado-SP não se difere daquela encontrada na literatura de modo geral, pois esses sujeitos continuam pertencendo a uma parcela da população excluída do mercado de trabalho formal, sem direitos trabalhistas, realizando sua atividade de forma precária, isto é, sem os equipamentos necessários para agregar maior valor ao seu produto coletado e, ao mesmo tempo, sem condições adequadas que lhes proporcione qualidade de vida; com renda insuficiente diante das mudanças econômicas e estruturais do país e sendo eternos dependentes, de um lado, do capital das empresas compradoras, estas detentoras dos meios de produção; e, de outro, das políticas assistenciais para sobreviver.

Houve maior incentivo por parte do poder público (nas esferas federal, estadual e municipal), entre os períodos de 2002 a 2016, decaindo os investimentos voltadas aos catadores até 2020, por conta do congelamento dos gastos com as políticas sociais, instituído pelo governo federal.

Num contexto mais recente, em meio à crise institucional que se instalou no Brasil, e às políticas restritivas de direitos sociais e trabalhistas vindas a partir das reformas neoliberais, desde 2016, o país foi acometido pela pandemia de COVID-19, em 2020, assim como os demais países do mundo, passando a enfrentar uma crise sanitária nunca vista por gerações.

Foi reduzida a capacidade de compra desses atores sociais, em meio à pandemia, devido ao aumento da inflação, diminuição do valor de venda dos materiais recicláveis e do crescimento do número de catadores eventuais (concorrentes) no mercado local.

Quanto às especificidades dos(as) catadores(as) pesquisados(as), observamos a pouca ou nenhuma experiência com o trabalho cooperado de fato, isto é, em associações cooperativistas que exercessem uma atividade realmente organizada e de interesse coletivo. Isto fez com que estes profissionais não tivessem parâmetros para identificar os benefícios do trabalho cooperado, o que parece ter influenciado na escolha de continuar a exercer sua atividade individualmente. Outra característica própria desses(as) catadores(as) foi quanto à existência de residências fixas de coleta de recicláveis já pré-estabelecidas, que os auxiliam a manter um mínimo de produto vendável, garantindo assim uma renda mínima ao mês a cada

catador(a). A existência de um contingente de catadores idosos ainda exercendo a profissão de catador também chama a atenção.

Das dificuldades enfrentadas pelos(as) catadores(as) fixos, foi relatada: competição entre catadores fixos e eventuais; pouco espaço para armazenagem dos produtos, haja vista que alocam em suas residências e em áreas descobertas, algumas vezes nas calçadas; renda insuficiente para aquisição de determinados itens da cesta básica e demais produtos essenciais, incluindo medicações; falta de consciência da população ao não separar o lixo; preconceito; cansaço e saúde debilitada; meio de transportar os materiais precário; e, por fim, ausência de políticas públicas.

Com este estudo percebemos que parte significativa da sociedade descaldense e do poder público municipal desconhece a identidade e realidade cotidiana do trabalho dos(as) catadores(as) fixos individuais pesquisados(as). Basta dizer que a lista de catadores fornecida não condiz com a realidade dos catadores ativos, estes que se surpreenderam ao serem ouvidos durante esta pesquisa. Só não são invisíveis dentro de suas próprias comunidades (bairros), locais em que contam com a colaboração dos moradores ao separarem os materiais e lhes entregarem em mãos, por conhecerem de pertos os desafios que enfrentam para sobreviver.

Ao longo da execução da pesquisa, e neste texto final, buscamos, de um lado, contribuir para chamar a atenção dos gestores públicos e privados para o trabalho dos(das) catadores(as) no município, evidenciando sua importância para a cadeia da reciclagem e a invisibilidade parcial por eles vivenciada. E, de outro, colaboramos para que os profissionais ativos da catação pensassem a respeito do seu trabalho, sua importância para o município e suas dificuldades, mostramos também a existência de mais de uma empresa compradora local (que muitos não tinham conhecimento), a variação de preços por produto pago e a ausência de políticas públicas voltadas a atender suas necessidades e a questão ambiental.

Desse modo, este trabalho espera ter fornecido conhecimentos que possam auxiliar a melhorar as relações existentes entre todos os atores sociais da reciclagem, reconhecendo os catadores como protagonistas nessa relação de modo a se tornarem cada vez mais conscientes de sua importância social e ambiental.

REFERÊNCIAS

- ABNT. **Associação Brasileira de Normas Técnicas**. 2011. Disponível: <https://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=87080>. Acesso em: 29 de jun. de 2020.
- ABRELPE. Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos resíduos sólidos na Brasil edição 2020**. 2020. Disponível em: <https://abrelpe.org.br/panorama/>. Acesso em: 12 de ago. de 2021.
- AFP. Agence France-Presse. **Economia brasileira teve queda de 4,1% em 2020**. UOL, 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/afp/2021/03/03/economia-brasileira-teve-queda-de-41-em-2020.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 24 de nov. 2021.
- AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **No Dia da Mulher, estatísticas sobre trabalho mostram desigualdade**. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20287-no-dia-da-mulher-estatisticas-sobre-trabalho-mostram-desigualdade>. Acesso em: 24 de nov. 2021.
- ALVES, A. M. Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social. Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 132, p. 268-286, maio/ago. 2018.
- ALVES, Jean Carlos M.; VELOSO, Letícia Helena M.; ANDRADE, Emmanuel P; SILVA, Andreia Maria. Economia Solidária e a dimensão cognitiva da experiência dos catadores. Interações (Campo Grande) [online]. 2020, v. 21, n. 1 [Acessado 27 Novembro 2021], pp. 125-140. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v21i1.2199>. Epub 27 Feb 2020. ISSN 1984-042X. <https://doi.org/10.20435/inter.v21i1.2199>.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** – ensaio sobre as morfozes e a centralidade do mundo do trabalho. (6ª. ed.). Campinas, SP: Cortez, 1995.
- BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Edições 70; Lisboa: Portugal, 1995.
- BAUMAN, Z. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BAUMAN, Z. **Vida líquida**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- BOFFO, M.; SAAD-FILHO, A; FINE, B. Neoliberal Capitalism: The Authoritarian **Turn**. **Socialist Register**, Canadá, v. 55, p. 312-320, 2019.
- BONDUKI, N. **Habitar São Paulo**: reflexões sobre a gestão urbana. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.
- BONITÁTIBUS, M. S. Beth- Le- Hem do Descalvado: Do século XIX ao XX - Reminiscências do Passado. In: PAGANOTTO, A.; PRATTA, M. A. **Descalvado do século XX**: economia, sociedade e cultura. São Carlos: RiMa Editora, p. 227, 2020.
- BORTOLI, M. A. Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 105-114, jan./jun. 2009. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802009000100013>.
Acesso em: 08 dez. 2020.

BOSI, A. P. A organização capitalista do trabalho "informal": o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, jun. 2008.

BOSI, A. P. **História dos Catadores no Brasil**. São Paulo: Editora Verona, 2016.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. 1971. **Diário Oficial**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm. Acesso em: 10 de out. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. 2002. **Diário Oficial**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 10 de out. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. 2007. **Diário Oficial**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/111445.htm. Acesso em: 10 de out. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010. Dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos. 2010a. **Diário Oficial**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 10 de out. 2020.

BRASIL. Decreto Federal 7.404/2010 de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm Acesso em 08/12/2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS**. 2020. Disponível em: https://smastr16.blob.core.windows.net/conesan/sites/253/2020/11/pnrs_2020.pdf. Acesso: 13 de set. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sobre a doença**. 2021. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>. Acesso: 01 de maio 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego – MTECBO. **Classificação Brasileira de Ocupações**. 2013. Disponível em: <https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/519205-catador-de-material-reciclavel>. Acesso em: 10 de out. 2020.

CAMPOS, L. S. **Processo de triagem dos materiais recicláveis e qualidade** [manuscrito]: alinhando a estratégia de manufatura às exigências do mercado. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Engenharia, 2013.

CARVALHO, J. G. **Economia política e desenvolvimento: um debate teórico**. 1. ed. São Carlos: Grupo de Pesquisa Ideias, Intelectuais e Instituições, p.60, 2015.

CASTILHOS JR, Armando Borges de; RAMOS, Naiara Francisca; ALVES, Clarissa Martins; FORCELLINI, Fernando Antônio; GRACIOLLI, Odacir Dionísio. **Catadores de materiais recicláveis: análise das condições de trabalho e infraestrutura operacional no Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil**. Artigo Ciência da saúde coletiva, 18 (11), nov. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013001100002>. Acesso em: 09 de abr. 2021.

CEMPRE. Compromisso Empresarial para Reciclagem (2017-2018). **Anuário da Reciclagem**. São Paulo: ANCAT/PRAGMA/LCA. 2020. Disponível em: <https://cempre.org.br/wp-content/uploads/2020/11/2-Anu%C3%A1rio-da-Reciclagem.pdf>. Acesso em: 10 de out. 2020.

CNUMAD. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **AGENDA 21**. Rio de Janeiro, 1992.

CNMP. Conselho Nacional do Ministério Público. **Diretrizes técnicas e jurídicas para a coleta seletiva e triagem de materiais recicláveis durante a pandemia de covid-19**. 2020. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2020/DIRETRIZES_COLETA_SELETIVA_E_COVID.pdf. Acesso em: 10 de out. 2021.

COSTA, W. B.; CHAVES, M. R. Informalidade e precarização do trabalho de catação de materiais recicláveis no Brasil: pontos para debate. **Anais... XII Jornada do Trabalho - A irreformabilidade do capital e os conflitos territoriais no limiar do século XXI. Os novos desafios da Geografia do Trabalho**”. Presidente Prudente: UNESP, 2012.

CUNHA, M. R. R. L. Lixo, identidade e trabalho: dos catadores de materiais recicláveis associados de Goiânia. **Revista de Ciências Sociais: Sociedade e Cultura/UFG**, vol. 14, n. 01, p. 53-61, 2011.

DESCALVADO, Boletim Informativo. **Boletim Epidemiológico**. Descalvado, 10 de setembro, 2021. Facebook: Boletim informativo Descalvado. 2021a. Disponível em: <https://www.facebook.com/Boletim-informativo-Descalvado-226926578741145>. Acesso: 24 de nov. 2021.

DESCALVADO. Prefeitura. Municipal de Uberlândia/Câmara Municipal de Vereadores. **Lei Municipal nº Lei n.º 2.856, de 20 de fevereiro de 2008**. 2008a. http://camaradescalvado.wls.com.br/temp/25112021162248arquivo_LeiOrdin%C3%A1ria_2856.pdf. Acesso em: 08 de dez. 2020.

DESCALVADO. Prefeitura. Municipal de Uberlândia/Câmara Municipal de Vereadores. **Lei Municipal nº 2872 de 16 de abril de 2008**. 2008b. Disponível em: http://camaradescalvado.wls.com.br/temp/25112021162045arquivo_LeiOrdin%C3%A1ria_2872.pdf. Acesso em: 08 de dez. 2020.

DESCALVADO. Prefeitura do município de. **Lei Municipal nº 3.010 de 16 de abril de 2009**. 2009. Disponível em:

http://www.descalvado.sp.gov.br/novoportal/prefeitura/uploads/pdf/diario/ofi_20210514160152.pdf. Acesso em: 08 de dez. 2020.

DESCALVADO. Prefeitura. Municipal de Uberlândia/Câmara Municipal de Vereadores. **Lei Municipal n° 3.234, de 24 de fevereiro de 2010.** 2010. Disponível em: http://camaradescalvado.sp.gov.br/177-126-176-85.weblinesistemas.com/temp/26112021132438arquivo_LeiOrdin%C3%A1ria_0003-2010.pdf. Acesso em: 10 de jun. 2021.

DESCALVADO. Prefeitura. Municipal de Uberlândia/Câmara Municipal de Vereadores. **Lei Municipal n° 4.535, de março de 2021.** 2021b. Disponível em: http://camaradescalvado.wls.com.br/temp/25112021174411arquivo_LeiOrdin%C3%A1ria_4535.pdf. Acesso em: 10 de jun. 2021.

DESCALVADO. Prefeitura. Municipal de Uberlândia/Câmara Municipal de Vereadores. **Decreto n.º 5.507, de 11 de maio de 2021.** 2021c. Disponível em: http://www.descalvado.sp.gov.br/novoportal/prefeitura/index.php/diario_oficial/ofi_2021051173820.pdf. Acesso em: 10 de jun. 2021.

DFRECICLAGEM. **Prestação de serviços para empresas.** 2021. Disponível em: <http://www.dfreciclagem.com.br/>. Acesso em: 10 de set. de 2021.

FERRAZ, L.; GOMES, M. H. A.; BUSATO, M. A. O catador de materiais recicláveis: um agente ambiental. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 763-768, set. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-9512012000300017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 de dez. 2020.

GOOGLE EARTH-MAPAS. **Localização Descalvado (SP).** 2020. Disponível em: https://www.google.com/maps/place/Descalvado,+SP,+13690-000/data=!4m2!3m1!1s0x94b80f45576b0b1f:0x194bd7a1848f6169?sa=X&ved=2ahUKEwiFrP_2bb0AhVIqJUCHXndDsAQ8gF6BAgJEA. Acesso em: 10 de set. de 2021.

GOUVEIA, N. **Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social.** *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2012, v. 17, n. 6 [Acessado 18 fevereiro 2022], pp. 1503-1510. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000600014>>. Epub 12 Jun 2012. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000600014>.

IPT. Instituto de Pesquisa Tecnológica. **Cooperativa de catadores de materiais recicláveis: guia para implantação.** São Paulo: SEBRAE, 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo Demográfico de 2010.** <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0,0R,0U&cat=-1,1,2,-2,-3,128&ind=4710> . Rio de Janeiro, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama Descalvado.** 2021. Disponível em: Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/descalvado/panorama> Acesso em: 30 de jul. de 2021.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **Situação Social das Catadoras e Catadores de Material Reciclável e Reutilizável**: Região Sudeste. Brasília: IPEA/SAE, 2013.

KAUCHAKJE, S. **Políticas públicas sociais**: a cidade e a habitação em questão. Curitiba: Série Políticas Sociais Públicas, InterSaberes, 2017.

LAVILLE, J. L. “**Ação pública e economia: um quadro de análise**”, in França Filho et al., **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2006.

LEAL, A. C.; JÚNIOR THOMAZ, A. T.; ALVES, N.; GONÇALVES, M. A.; DIBIEZO, E. P. A reinserção do lixo na sociedade do capital: uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem. **Revista Terra Livre**, São Paulo/SP, v. 2, p. 177-190, 2002.

LEITE, M. de P. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 69, fev. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092009000100003. Acesso em: 08/12/2020.

MAGERA, M. **Os empresários do lixo**: um paradoxo da modernidade. Campinas, SP: ed. Átomo, 2003.

MAGNO, L. 1986- **Territorialização, conflitos e construção das identidades no Assentamento Aurora em Descalvado-SP**. Dissertação (Mestrado) do PPG em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa-MG. Viçosa, 2011.

MARCHI, C. M. D. F., Cenário mundial dos resíduos sólidos e o comportamento corporativo brasileiro frente à logística reversa. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v.1, n.2, p118-135, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc>. Acesso em: 13/06/2021.

MEDEIROS, L. F. R.; MACÊDO, K. B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Psicol. Soc.** vol.18 no.2 Porto Alegre May/Aug. 2006.

MIGUELES, C. P. Significado do lixo e ação econômica – a semântica do lixo e o trabalho dos catadores do Rio de Janeiro. **Anais...** Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação em Pesquisa em Administração – ENANPAD, Curitiba – PR, 2004.

MIURA, P. C. O. **Tornar-se catador**: uma análise psicossocial. Dissertação de mestrado não publicada, Mestrado em Psicologia Social, orientadora Dra. Bader Sawaia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP, 165f, 2004.

MNCR. Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. **Sobre o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis**. 2008. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr>. Acesso em: 10 de out. 2021.

MNCR. Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. **Carta aberta dos catadores da Cidade de São Paulo no contexto da pandemia Covid-19**. 2020. Disponível

em: <http://www.mncr.org.br/noticias/blog-sudeste/carta-aberta-dos-catadores-da-cidade-de-sao-paulo-no-contexto-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 10 de set. de 2021.

MOURA, L. A. A. **Qualidade e Gestão Ambiental**. 3ª edição, São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.

OECD. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **The COVID-19 crisis: income support to informal workers is necessary and possible**. 2020. Disponível em: <https://oecd-development-matters.org/2020/04/22/the-covid-19-crisis-income-support-to-informal-workers-is-necessary-and-possible/>. Acesso: 24 de nov. 2021.

PACHECO, J. R. **Análise da Cadeia da Reciclagem**. Monografia apresentada no curso de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí. 30p. 2012.

PAGANOTTO, A.; PRATTA, M. A. **Descalvado do século XX: economia, sociedade e cultura**. São Carlos: RiMa Editora, p. 227, 2020.

PESCAROLO, J. K. **Sociologia urbana e da violência**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2019**. Nova York, 2019. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/relatorio-anual-2019.html>. Acesso em: Acesso: 24 de nov. 2020.

POCHMANN, M. As possibilidades do trabalho e a nova economia no Brasil. In: RUBEN, G; WAINER J.; DWYER, T. (Org.). **Informática, organizações e sociedade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO-SP. 2019. N S Engenharia Sanitária e Ambiental S/S Ltda. ME./ Prefeitura Municipal de Descalvado-SP. Disponível em: http://www.descalvado.sp.gov.br/novportal/prefeitura/uploads/pdf/diario/ofi_20210819231633.pdf. Acesso em: 15 de fev. 2021.

ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento Sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos Avançados (USP. Impresso)**, v. 26, p. 65-92, 2012.

QUINELATO, D. G. **Da invisibilidade ao recomeço social: um estudo sobre trabalhadores do Projeto “Luxo do Lixo” em Catanduva-SP**. 107f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Araraquara: Universidade de Araraquara, 2012.

SÃO PAULO (Estado). **Governo do Estado São Paulo. SP Notícias. SP registra 4,41 milhões de casos e 152,5 mil óbitos por Covid-19**. 2021. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/sp-registra-441-milhoes-de-casos-e-1525-mil-obitos-por-covid-19/>. Acesso em: 10 de set. de 2021.

SÃO PAULO. Prefeitura de. **Cooperativa habilitada pela Prefeitura promove troca de recicláveis e óleo de cozinha por alimentos na Zona Leste de São Paulo**. 2019. Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/amlurb/noticias/?p=280273>. Acesso em: 12 de set. de 2021.

SALÁRIO. Catador de Material Reciclável - Salário 2021 e Mercado de Trabalho. 2021. Disponível em: <https://www.salario.com.br/profissao/catador-de-material-reciclavel-cbo-519205/>. Acesso em: 10 de set. de 2021.

SEVERO, R. G. Catadores de materiais recicláveis da cidade de Pelotas: situações de trabalho. 128f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

SIERRO DIAS RECICLAGEM. Serviços. 2021. Disponível em: <https://sierrodias.com.br/>. Acesso em: 10 de set. de 2021.

SICULAR, D. T. Pockets of Peasants in Indonesian Cities: The Case of Scavengers. World Development, v. 19, n 2/3, p. 137-161, 1991.

SILVA, E. P. Mulheres em situação de violência na favela de Paraisópolis: possibilidades de luta e resistência. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica São Paulo/PUC-SP, 2014.

SILVA, M. do S. F; JOIA, P. R. Situação socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis na cidade de Aquidauana/MS. Revista Terra Plural, v. 2, p. 25-39, 2008.

SILVA, R. B.; SILVA, R. M. A. da. Da Crise Institucional ao Estado Mínimo: o arrefecimento nas políticas públicas de inclusão socioeconômica de catadores e catadoras de materiais recicláveis. Revista Economia Solidária e Políticas Públicas. p. 139-150, out. 2018. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9911/1/bmt_65_10_economia2_crise.pdf. Acesso em: 07/11/2021.

SINGER, P. Introdução à Economia Solidária. 1ª ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SISTEMA OCB. Organização das Cooperativas do Brasil. [s.d]. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/legislacao>. Acesso em: 10 de set. de 2021.

SOUZA, J. C. Reciclagem e sustentabilidade ambiental: a importância dos processos logísticos. Transportes, Rio de Janeiro, v. 19, n.1, p. 43-48, mar. 2011. Disponível em: <http://www.anpet.org.br>. Acesso em: 08/12/2020.

SOUZA, M. A.; SILVA, M. M. P.; BARBOSA, M. F. N. Os Catadores de Materiais Recicláveis e Sua Luta pela Inclusão e Reconhecimento Social no Período de 1980 a 2013. Santa Maria: REMOA – UFSM, v. 13, nº 5, p. 3998-4010, dezembro 2014.

SUCATAS CHIARATTI. Centro de reciclagem em Descalvado. 2021. Disponível em: https://sucatas-chiaratti.negocio.site/?utm_source=gmb&utm_medium=referral,%202021. Acesso em: 10 de set. de 2021.

THOMPSON, E. P. Costumes em comum. Companhia das Letras: 1ª edição, p. 528, 1998.

VERONESE, M. V. Associativismo entre catadores de material reciclável urbano. **Contemporânea**, São Paulo, SP, v. 6, n. 1, p. 213-236. Jan./jun. 2016.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 1ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: Expressões da questão social no Brasil. *Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social* - Ano. 2, n. 3 (jan./jun..2001). Brasília: ABEPSS, Grafline, p. 33-40, 2001.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Editora Penso, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Data da realização: ___ / ___ / ___

Responsável: Fabiana Hesketh de Oliveira Nunes

Catador:

Telefone:

Perfil e Condições de Vida

1. Sexo: Masculino Feminino Outro: _____

2. Etnia

Branco Pardo Negro Indígena Sem declarar

Ascendência: _____ Naturalidade: _____

Religião: _____

Família Oriunda: Zona Rural Zona Urbana

3. Idade:

5-10 11-16 17-22 23-28 29-34 35-40
 41-46 47-52 53-58 59-64 65-69 70-75
 76-81 acima de 82

4. Estado Civil:

Solteiro
 Casado
 União Estável
 Divorciado/Separado
 Viúvo
 Outros

5. Escolaridade

Sem instrução formal (analfabeto)
 Ensino Fundamental incompleto Completo
 Ensino Médio incompleto Completo
 Ensino Superior
 Ensino Técnico

6. Possui Filhos:

Não Sim. **Quantos?** 1-3
 4-6
 7-9
 acima de 10

7. Idade dos filhos: 0-1 2-5 6-9 10-13 14-17 18 -21
 acima de 21

8. Participa de algum programa assistencial do governo federal (Bolsa família, Renda cidadã, BPC, Auxílio emergencial etc.)?

Não Sim. **Qual?**

9. Condições de Moradia

- Casa: Alugada Própria Cedida
- Estrutura:
- Tel./celular: Sim Não
- Eletricidade: Sim Não
- Água encanada: Sim Não
- Rede de esgoto: Sim Não
- Coleta de lixo: Sim Não
- Banheiro Interno Sim Não
- Número de cômodos:
- Um Dois Três Quatro Cinco Mais de cinco

10. Qual a sua renda familiar mensal?

- Menos de um salário-mínimo
- Um salário mínimo (R\$ 1.100,00)
- Até dois salários mínimos (R\$ 2.200,00)
- Mais de dois salários mínimos (acima de R\$ 2.200,00)
- Não declarou

11. Qual a sua participação na renda da família?

- Trabalho em outra atividade e como catador(a)
- Sou aposentado(a) e trabalho como catador(a)
- Sou catador(a) e sou sustentado por minha família ou outras pessoas
- Sou catador(a) e sou sustentado parcialmente por minha família ou outras pessoas
- Sou catador(a) e sou responsável apenas por meu próprio sustento
- Sou catador(a), sou responsável por meu próprio sustento e ainda contribuo para o sustento da família
- Sou catador(a) e sou o principal responsável pelo sustento da família
- Outra situação. Qual? _____

12. Mais pessoas de sua família trabalham como catador?

- Não Sim. **Quantos?**

13. Quantas pessoas residem na moradia?

- Mora sozinho Com o(a) esposo(a) ou convivente Filhos Pais
- Agregados

14. As pessoas que moram com você: estudam trabalham?

15. Já teve dificuldade de se manter?

- Sim Não Por quê?

16. Quais itens você compra com frequência?

- Arroz Feijão Óleo Gás Café Leite Fubá
- Mistura/Guarnição Legumes Frutas Outros: _____

Saúde

17. Já sofreu algum acidente durante o trabalho de catação?

Não Sim. Qual?

18. Já ficou doente por causa do seu trabalho?

Sim Não

Costuma sentir dor com frequência? Sim Não **Se sim, aonde?** _____

Já cortou a mão catando? Sim Não

Já caiu na rua catando? Sim Não

Já foi mordido por cachorro ao catar? Sim Não

Foi picado por algum bicho ou inseto ao catar? Sim Não

Já teve algum mal-estar na rua enquanto catava? Sim Não

Já passou muitas horas no sol quente? Sim Não

Já pegou chuva enquanto catava? Sim Não

Costuma se alimentar enquanto trabalha? Sim Não

Costuma se hidratar enquanto trabalha? Sim Não

19. Tem algum problema de saúde? Há quanto tempo?

Sim Não

Hipertensão Diabetes Anemia Outros: _____

20. Faz uso de remédio contínuo?

Sim Não

21. Faz acompanhamento médico? Em qual local? _____

Sim Não

22. Você ou alguém que mora na mesma casa teve Covid19?

Sim Não **Tomou vacina, qual?** _____

23. Precisou de interação?

Sim Não

24. Veio à óbito?

Sim Não

25. Usam máscara e álcool gel com regularidade?

Sim Não

26. Usam sabão como medida de prevenção ao Covid19?

Sim Não

27. Passou ou passa por alguma situação de violência dentro de casa?

Sim Não **Qual?**

Ou fora de casa?

Sim Não **Qual?**

28. Enfrentou ou enfrenta uso de álcool ou outras substâncias dentro de casa?

Sim Não

29. Alguém da residência fez ou faz tratamento para saúde mental?

Sim Não

30. Se mulher, já trabalhou grávida?

Sim Não **Por quantos meses?** _____

31. Já trabalhou amamentando?

Sim Não **Por quantos meses?** _____

32. Já trabalhou ou trabalha com os filhos pequenos?

Sim Não

33. Eles iam com você trabalhar?

Sim Não

34. Se não, com quem ficavam ou ficam?

Creche No ensino infantil integral Em casa com irmãos menores

Em casa com irmãos maiores Parentes Terceiros/Vizinhos/Conhecidos

Trabalho

35. Há quanto tempo trabalha na catação?

3 anos 5 anos 10 anos 20 anos Outro: _____

36. O que lhe levou a trabalhar com catação?

Ausência de renda Baixa renda Falta de oportunidade de trabalho

Pouca escolaridade Outros: _____

37. Onde coleta o material reciclável?

Na rua **quais bairros?** _____

Nas empresas

No lixão

No comércio

Nas escolas

Outros: _____

38. Já participou de associação/cooperativa de catadores?

Sim Não **Qual cooperativa?** _____

Por quanto tempo? _____

Por que saiu? _____

39. Se pudesse trabalhar em associação/cooperativa, você preferiria?

Sim Não **Por quê?** _____

40. Quais os dias da semana você trabalha como catador?

Dias úteis três dois todos os dias Outros

41. Quantas horas por dia você trabalha?

4h 6h 8h 10h 12h outra

42. A venda do material coletado é feita por?

Dia Semana Mês Outro

43 Quanto em média consegue coletar em *bags*(sacos)?

Uma Duas Cinco Dez Quinze Outra: _____

44. Quanto ganha com a venda dos materiais?

R\$150 R\$300 R\$500 R\$700 Outro valor:R\$_____

45. Além de catar, você também?

Selecciona Separa Limpa o material Prensa Ensaca
 Outro_____

46. Quanto aos materiais coletados:

a) Quais são os materiais comercializados?

Papel Branco <input type="checkbox"/>	Papel Misto <input type="checkbox"/>	Papelão <input type="checkbox"/>
Sucata/ferragem <input type="checkbox"/>	Plástico duro <input type="checkbox"/>	Caixa de leite <input type="checkbox"/>
Lata de comida <input type="checkbox"/>	Garrafas plásticas <input type="checkbox"/>	Alumínio <input type="checkbox"/>
Lata de refrigerante/cerveja <input type="checkbox"/>	Vidro <input type="checkbox"/>	Aço <input type="checkbox"/>
		Outros <input type="checkbox"/>

b) Quais os materiais separam para uso próprio? _____

47. Para quem é vendido o material coletado?

Empresa de reciclagem Sucateiro Prefeitura Outro: _____
Qual o nome? _____

48. A empresa ou pessoa que compra os materiais lhe fornece algum benefício ou instrumento de trabalho?

Sim Não Qual? _____

49. Como você realiza o transporte do material catado/coletado?

Na mão Com carrinho de ferro manual Com carrinho motorizado
 Com bicicleta Com ajuda de terceiros Com carro próprio
 Outro_____

50. Em qual local armazena os materiais até serem vendidos?

Em casa Galpão Garagem Outros:_____

51. Sabe qual destino é dado ao material que foi vendido?

Sim Não Qual?_____

52. Qual a maior dificuldade enfrentada enquanto catador?

preconceito trabalho precário renda insuficiente risco a saúde
 competição entre catadores falta de consciência da população em não separar o lixo
 falta de políticas públicas
 Outras: _____

53. Gostaria de deixar de ser catador?

Sim Não Talvez

Por quê? _____

54. Quanto ao seu trabalho:

a) A população reconhece o que você faz como agente reciclador?

() Sim () Não Por quê? _____

b) O que o material coletado representa para você?

55. CASO TENHA PARTICIPADO DE ALGUMA ASSOCIAÇÃO OU COOPERATIVA:

Função/cargo: _____

Por quanto tempo? _____

Por que saiu? _____

56. Como foi o início dos trabalhos da cooperativa/associação?

57. Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelo grupo?

58. Existiu alguma instituição que apoiou ou teve parceria com a cooperativa/associação? De que tipo?

59. O grupo recebeu algum apoio do governo municipal ou empresa?

60. Quais eram os materiais comercializados?

Papel Branco ()	Papel Misto ()	Papelão ()
Sucata/ferragem ()	Plástico duro ()	Caixa de leite ()
Lata de comida ()	Garrafas plásticas ()	Alumínio ()
Lata de refrigerante/cerveja ()	Vidro ()	Aço ()
		Outros ()

61. Como acontecia a organização e a comercialização dos materiais recolhidos?

62. Qual era a estrutura e equipamentos disponíveis ao trabalho na associação ou cooperativa: Possuía galpão? Transporte próprio? Esteira e prensa? Bags?

63. Qual a média semanal/mensal de recolhimento dos materiais?

Discriminação	Quantidade em Kg		Preço por kg
	Semanal	Mensal	
Papel Branco			
Papel Misto			
Papelão			
Sucata/ferro			
Plástico duro			
Plástico			
Aço			
Alumínio			
Vidro			
Outros			

64. Sabe que destino era dado ao material que foi comercializado pelo grupo?

65. Qual o número de cooperados?

66. Qual a sua renda mensal quando cooperado?

67. Pagava alguma taxa para a cooperativa? Qual? Quanto?

68. Por quanto tempo a cooperativa funcionou?

69. Por que a cooperativa encerrou suas atividades?

70. Qual o nome e o local de funcionamento da cooperativa?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS GESTORES MUNICIPAIS.

Pesquisa de Dissertação "Catadores de Materiais Recicláveis Fixos em Descalvado-SP" - Gestores Municipais

Pesquisadora: Fabiana Hesketh de Oliveira Nunes

altfaram@gmail.com



***Obrigatório**

E-mail*

Seu e-mail

NOME COMPLETO*

Sua resposta

CARGO*

Sua resposta

SETOR OU ÁREA DE TRABALHO*

Sua resposta

TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO:

Sua resposta

1) Existem dados oficiais de 2002 a 2020 sobre informações referentes aos resíduos sólidos urbanos do município?

SIM

NÃO

Se sim, quais?

Sua resposta

2) O município possui Plano de Resíduos Sólidos?

SIM

NÃO

Se sim, quais?

Sua resposta

3) Existem dados oficiais a respeito da abertura e/ou fechamento de cooperativas/associações de catadores de materiais recicláveis registradas e que funcionaram no município?*

SIM

NÃO

Se sim, quais?

Sua resposta

4) Existe local adequado para disposição dos resíduos sólidos no município?*

SIM

NÃO

Se NÃO, qual o seu destino?

Sua resposta

Se SIM, qual(is) é(são) e quem faz o transporte?

Sua resposta

5) Existem ou existiram programas ou projetos municipais com o envolvimento de cooperativas de catadores ou somente com catadores avulsos nas ações de gestão de resíduos sólidos?*

SIM

NÃO

Se sim, quais?

Sua resposta

6) Houve algum apoio financeiro ou de equipamentos do município às cooperativas/associações ou aos catadores avulsos?*

SIM

NÃO

Se sim, quais?

Sua resposta

7) Qual o seu conhecimento a respeito da existência e encerramento das cooperativas de catadores (Copper-rede e Cooperambiente)?*

Sua resposta

8) Houve alguma outra cooperativa/associação que você saiba?

SIM

NÃO

Se sim, sabe quem foram os representantes?

SIM

NÃO

Se sim, cite quem eram?

Sua resposta

9) Com o fechamento das cooperativas, os catadores passaram a ter algum incentivo da prefeitura ou convênio?

SIM

NÃO

Se sim, quais?

Sua resposta

10) Você tem conhecimento de quantos catadores existem no município?

SIM

NÃO

Se sim, quantos?

Sua resposta

11) Algum setor municipal está trabalhando com projetos sociais voltados aos catadores?*

SIM

NÃO

Se sim, qual(is) é(são)?

Sua resposta

12) Como você enxerga o trabalho dos catadores no município*?

Sua resposta

13) Algum setor municipal tem interesse em desenvolver políticas públicas que busquem atender os catadores e as questões que envolvam os resíduos sólidos urbanos enquanto problemática ambiental*?

SIM

NÃO

Se sim, qual(is)?

Sua resposta

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS GESTORES PRIVADOS.

Pesquisa de Dissertação "Catadores Materiais Recicláveis Fixos em Descalvado-SP" - Gestores Privados

Pesquisadora: Fabiana Hesketh de Oliveira Nunes

altfaram@gmail.com



***Obrigatório**

E-mail*

Seu e-mail

EMPRESA:*

Sua resposta

NOME COMPLETO:*

Sua resposta

CARGO:*

Sua resposta

SETOR OU ÁREA DE TRABALHO *

Sua resposta

VISÃO: *

Sua resposta

MISSÃO: *

Sua resposta

1) Existem dados oficiais de 2002 a 2020 sobre informações referentes aos resíduos sólidos urbanos adquiridos pela empresa? *

SIM

NÃO

Se sim, quais?

Sua resposta

2) A empresa faz parte de algum Plano de Resíduos Sólidos com a Prefeitura ou outro órgão? *

SIM

NÃO

Se sim, quais?

Sua resposta

3) A empresa manteve algum contrato ou convênio com cooperativas de catadores entre 2002 e 2020?*

SIM

NÃO

4) Tem conhecimento da existência de cooperativas no município?*

SIM

NÃO

Se sim, qual(is)?

Sua resposta

5) Possui algum convênio ou parceria com os catadores autônomos de forma direta ou por intermédio da Prefeitura?*

SIM

NÃO

Se sim, quais?

Sua resposta

6) A empresa recebe algum incentivo público fiscal? *

SIM

NÃO

Se sim, quais?

Sua resposta

7) Há quanto tempo a empresa está no mercado de reciclagem? Quais as vantagens e dificuldades? *

Sua resposta

8) Que tipo de resíduo sólido é comercializado pela empresa? De quem adquirei? Por qual preço e quantidades? *

Sua resposta

9) Que tipo de tratamento ou processo o material passa após chegar à empresa? *

Sua resposta

10) Qual o destino desse material após sua compra e reciclagem? O que é feito com ele? Para quem é revendido? *

Sua resposta

11) Tem conhecimento se existe(m) local(is) adequado(s) para disposição dos resíduos sólidos no município?*

SIM

NÃO

Se sim, qual(is) é(são)?

Sua resposta

12) Qual o seu conhecimento a respeito da existência e encerramento das cooperativas de catadores (Copper-rede e Cooperambiente)?

Sua resposta

13) Houve alguma outra cooperativa/associação que você saiba?*

SIM

NÃO

Se sim, sabe quem foram os representantes?*

Sua resposta

14) Você tem conhecimento de quantos catadores existem no município?*

SIM

NÃO

15) Esses catadores são cadastrados na sua empresa?*

SIM

NÃO

Se sim, quanto(s)?

Sua resposta

16) Como você enxerga o trabalho do catador no município?*

Sua resposta

17) Que tipo de maquinário a empresa possui?*

Sua resposta

18) Quantos funcionários?*

Sua resposta

19) Qual a meta da empresa?*

Sua resposta

20) Qual o preço unitário pago por material comprado e vendido?*

Sua resposta

21) Quantos anos de funcionamento ou data de criação da empresa?*

Sua resposta

22) A empresa fornece aos catadores algum material para facilitar a coleta e armazenagem? Quais?*

Sua resposta

23) Qual a quantidade média de material coletado por mês e por ano?*

Sua resposta

24) Qual a quantidade média de material vendido por mês e por ano?*

Sua resposta

25) Qual o capital da empresa ou valor patrimonial?*

Sua resposta

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto de pesquisa: Catadores de materiais recicláveis fixos em Descalvado - SP: trajetórias de vida, trabalho e cooperação. Pesquisadora Responsável: Fabiana Hesketh de Oliveira Nunes. Você está sendo convidado (a) para ser participante do Projeto de pesquisa intitulado “CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS FIXOS EM DESCALVADO-SP” de responsabilidade da pesquisadora Fabiana Hesketh de Oliveira Nunes. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Caso se sinta esclarecido (a) sobre as informações que estão neste Termo e aceite fazer parte do estudo, peço que assine ao final deste documento, marque EU CONCORDO. Saiba que você tem total direito de não querer participar.

1. O trabalho tem por finalidade analisar as condições de vida e as experiências de trabalho dos catadores de materiais recicláveis, sob as dimensões sociais, econômicas e ambientais no município de Descalvado-SP. Para a realização desse estudo, pretende-se utilizar a pesquisa de caráter exploratório, que tem por objetivo buscar informações específicas sobre o tema, utilizando como técnica de pesquisa a aplicação de questionário aberto e fechado, com o intuito de coletar e analisar dados dos catadores cooperados ou não, ex-presidentes das cooperativas, gestores de empresas de recicláveis e gestores municipais, qualificar e quantificar os diferentes atores e a trajetória de vida e trabalho dos catadores de recicláveis. Espera-se como resultado desta investigação encontrar questões inerentes aos catadores de materiais recicláveis em Descalvado-SP, identificando o que seria mais proeminente nesta realidade em comparação às dimensões pesquisadas por outros autores sobre essa temática.
2. A participação nesta pesquisa consistirá em responder um questionário contendo perguntas abertas e fechadas, aplicadas e registradas por escrito pela pesquisadora durante contato agendado por telefone, com duração de aproximadamente 1 hora. O questionário que responderei, foi criado e adaptado pela pesquisadora para que atendesse o propósito da pesquisa. Terei liberdade de me recusar a participar ou retirar meu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, e ainda, terei a liberdade de não responder as questões ou interromper a participação quando convier e a qualquer momento, sem penalização alguma.
3. Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos de invasão de privacidade, tomar o tempo dos informantes ao responder o questionário. Para minimizar esses riscos, a aplicação do questionário será precedida de conversa esclarecedora e agendada um melhor momento para sua efetivação com a finalidade de minimizar desconfortos. O pesquisador informará e esclarecerá que ao participar da pesquisa não sofrerão danos físico, psíquico, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual, e ainda, com o intuito de assegurar a confidencialidade e a privacidade das identidades dos participantes e das informações, os seus nomes serão substituídos pela letra C ou G seguido por numeração.
4. Ao participar desse trabalho contribuirei para ampliar o nível de conhecimento a respeito da trajetória de vida dos catadores de materiais recicláveis e o ciclo da reciclagem no município de Descalvado/SP, buscando ampliar o debate e proporcionar ações que visem a melhoria dessa categoria profissional.
5. A minha participação neste projeto ocorrerá por meio das respostas ao questionário aplicado pela pesquisadora com duração de aproximadamente uma (1) hora.
6. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo.
7. Fui informado e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação, no entanto, caso eu tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, serei

ressarcido. 8. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente de minha participação no estudo, poderei ser compensado conforme as determinações do Código Civil (Lei nº 10.406 de 2002) e das Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. 9. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação. 10. Fui informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados com o meu consentimento neste termo. 11. Autorizo o direito de utilização de imagens referentes a minha atividade / empresa pela pesquisadora. Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Fabiana Hesketh de Oliveira Nunes, pesquisadora responsável pela pesquisa, telefone: (19)99798-6042, e-mail: altfaram@gmail.com, e com o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIARA, localizado na Rua Voluntários da Pátria nº 1309 - bloco C, no Centro da cidade de Araraquara-SP, telefone: (16) 3301.7263, e-mail: comitedeetica@uniara.com.br, atendimento de segunda a sexta-feira das 08h00min. às 13h00min. - 14h00min – 17h00min, e/ou com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa-CONEP, telefone (61) 3315.5877, e-mail: conep@saude.gov.br.

EU CONCORDO

EU NÃO CONCORDO

Enviar uma cópia das respostas para o meu e-mail.

Página 1 de 1

Enviar

[Limpar formulário](#)

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

reCAPTCHA

[Privacidade](#)[Termos](#)

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários

ANEXOS

ANEXO 1 - PROJETO VIDRO SOCIAL.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO
C.E.P. 13690-000

LEI Nº. 4535, DE 11 DE MARÇO DE 2021.

INSTITUI O PROJETO VIDRO SOCIAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO E AUTORIZA O PODER PÚBLICO CELEBRAR PARCERIA COM A EMPRESA VIDRO PORTO S/A, OBJETIVANDO SUA IMPLANTAÇÃO

O **Prefeito do Município de Descalvado**, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no âmbito do Município de Descalvado o **Projeto Vidro Social**, que tem por objetivo a reciclagem de vidros, a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade social dos catadores.

Art. 2º - O Poder Executivo fica autorizado a celebrar parceria com a empresa Vidro Porto S/A, inscrita no CNPJ 48.845.556/0001-05, localizada na Rodovia Anhanguera, KM 226,8, Porto Ferreira – SP, e com os próprios catadores autônomos, mediante termo a ser firmado.

§ único - Os catadores interessados no projeto Vidro Social deverão firmar termo de adesão, o qual estabelecerá as condições do projeto.

Art. 3º - O Projeto Vidro Social contempla as áreas ambiental e social, tendo por meta a reciclagem de vidros e consiste, dentre outras ações:

I – na coleta de vidros pelos trabalhadores autônomos, sua limpeza e depósito em local indicado ou recolhido pelo Município;

II – na disponibilização de local e armazenamento pelo Município;

III – na retirada, transporte e destinação adequada do vidro e na doação de cestas básicas aos catadores, pela empresa Vidro Porto S/A, na forma estabelecida no termo a ser firmado.

§1º - O material coletado e armazenado em local público é de propriedade dos catadores, cabendo ao Poder Público a função social e ambiental de difundir a necessidade da reciclagem, o ganho ambiental, e coordenar e incentivar o projeto.

§2º - O Município pode, como forma de incentivo ao projeto, disponibilizar pontos de coleta e recolher o material até o local indicado para depósito, bem como outras ações necessárias à execução do projeto.

Art. 4º - O Programa Vidro Social será gerenciado pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH -, com apoio da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SADS.

§1º Será encaminhado à Câmara Municipal de Descalvado, a cada 4 (quatro) meses, relatório informando:

I – a quantidade (peso) de vidros enviados/a serem enviados à empresa;

OK



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO
ESTADO DE SÃO PAULO
C.E.P. 13690-000

II – a quantidade de cestas básicas arrecadadas e a listagem das pessoas beneficiadas com este projeto.

§2º – Serão estabelecidas em Decreto as competências das Secretarias na execução do projeto.

Art. 5º - Decreto regulamentará as ações necessárias à execução da presente Lei.

Art. 6º - As despesas com a execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementas por Decreto, se necessário.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Descalvado, 11 de Março de 2.021.

ANTONIO CARLOS RESCHINI
Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO
C.E.P. 13690-000

DECRETO Nº. 5.507, DE 11 DE MAIO DE 2.021.

REGULAMENTA A LEI Nº 4.535, DE 11 DE MARÇO DE 2.021, QUE INSTITUIU O PROJETO VIDRO SOCIAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO.

O **Prefeito do Município de Descalvado**, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais; e **Considerando** o disposto na Lei nº. 4.535, de 11 de Março de 2.021, em especial seu art. 5º:

DECRETA:

Art. 1º - A Lei nº 4.535, de 11 de Março de 2.021, que instituiu o Projeto Vidro Social no âmbito do Município de Descalvado e autorizou o Poder Público celebrar parceria com a empresa Vidro Porto S/A, fica regulamentada nos termos do presente Decreto.

§único - O **Projeto Vidro Social** tem por objetivo a reciclagem de vidros, a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade social dos catadores.

Art. 2º - O Município firmará parceria com a empresa Vidro Porto S/A, inscrita no CNPJ 48.845.556/0001-05, localizada na Rodovia Anhanguera, KM 226,8, Porto Ferreira – SP, o qual estabelecerá as cláusulas da parceria, dentre elas:

I – Pela empresa parceira:

- a) Disponibilizar caçamba ou similar para armazenar os vidros coletados;
- b) Retirar, transportar e dar destinação adequada aos vidros recolhidos;
- c) Doar cestas básicas, na forma estabelecida no termo a ser firmado;
- d) Outras obrigações estabelecidas no instrumento de parceria.

II – Pelo Município:

- a) Disponibilizar área isolada para o armazenamento de vidros;
- b) Realizar cronograma de coleta;
- c) Divulgar os atos institucionais do Projeto Vidro Social;
- d) Outras obrigações estabelecidas neste Decreto e no instrumento de parceria.

§1º - O material recolhido pelos catadores e armazenado em local público é de propriedade dos catadores, cabendo ao Poder Público a função social e ambiental de difundir a necessidade da reciclagem, o ganho ambiental, e coordenar e incentivar o projeto.

§2º - O Município pode disponibilizar pontos de coleta e recolher o material até o local indicado para depósito, bem como outras ações necessárias à execução do projeto.

Art. 3º - O Projeto Vidro Social será gerenciado pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH -, com apoio da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SADS, cabendo:

I – À Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social:

- a) Cadastrar os catadores junto ao serviço de Assistência Social, de acordo com as informações repassadas pela SEMARH;
- b) Distribuir as cestas básicas aos catadores que aderiram ao Projeto Vidro Social, conforme orientações da SEMARH;
- c) Atuar em conjunto com a SEMARH na consecução do objetivo do Projeto;

Handwritten signature



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO

ESTADO DE SÃO PAULO

C.E.P. 13690-000

II – À Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH:

- a) Divulgar os atos institucionais do Projeto Vidro Social;
- b) Orientar os catadores sobre a necessidade da reciclagem, o benefício ambiental e social, bem como à tipificação dos materiais, conforme orientações da empresa parceira;
- c) Solicitar as alterações necessárias ao termo de adesão e disponibilizá-lo aos catadores;
- d) Realizar o cronograma de coleta, bem como a coleta regular, quando necessário;
- e) Recepcionar, efetuar a pesagem ou critério similar de individualização, e promover a guarda dos vidros coletados, identificando a pesagem ou critério similar de cada coletor e o total estimado;
- f) Informar a empresa parceira sobre o volume armazenado e a possibilidade da sua retirada;
- g) Repassar à SADS os catadores Parceiros cadastrados e os dados necessários para a distribuição das cestas básicas;
- h) Avaliar o ganho ambiental do Projeto, informando à SADS e ao Prefeito Municipal;
- i) Atuar em conjunto com a SADS na consecução do objetivo do projeto;
- j) Encaminhar à Câmara Municipal de Descalvado, a cada 4 (quatro) meses, relatório informando a quantidade (peso) de vidros enviados/a serem enviados à empresa, a quantidade de cestas básicas arrecadadas e a listagem das pessoas beneficiadas com o projeto;
- k) Demais atos necessários à execução do Projeto Vidro Social.

Art. 4º - Os catadores interessados em participar do Projeto Vidro Social deverão firmar termo de adesão, o qual estabelecerá as condições mínimas, dentre elas:

I – Qualificação completa do catador parceiro do Projeto Vidro Social;

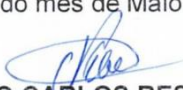
II – A coleta de vidros pelos catadores, sua limpeza e depósito em local indicado ou recolhido pelo Município;

III - Outras condições estabelecidas no termo de adesão.

§único – Em decorrência da respectiva coleta de vidros receberão cestas básicas, conforme critérios estabelecidos.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Descalvado,
Aos 11 dias do mês de Maio de 2.021.


ANTONIO CARLOS RESCHINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado no Paço Municipal

ANEXO 2 – ATA DA FUNDAÇÃO DA COOPERAMBIENTE-COOPERATIVA.

**ATA DA FUNDAÇÃO DA COOPERAMBIENTE - COOPERATIVAS
FAZENDAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DO MUNICÍPIO DE DESCALVADO -
ESTADO DE SÃO PAULO**

Aos cinco dias do mês de dezembro de 2007, às 14h00min, em primeira convocação de Descalvado/SP, no Anfiteatro Municipal "Luiz Gonzaga Lício", s/nº, José Quirino Ribeiro, nº. 55, Centro, Descalvado, São Paulo, reuniu-se um grupo de pessoas, abaixo qualificado e subscrito, com a finalidade única e exclusiva de fundar a Cooperativa de Coletores de Materiais Recicláveis do Município de Descalvado/SP. Compareceu a esta sessenta e quatro pessoas diretamente eleitas em os senhores Antonio Aparecido Rischini, com a qualificação profissional de Engenheiro de Edilson Lino, com a qualificação profissional de Tecnólogo em Processamento de Alimentos, ambos servidores municipais, representantes do Poder Público, da Prefeitura Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, respectivamente presidindo e acompanhando os trabalhos. Presentes ainda o Prefeito José Carlos Calza, o representante do Poder Público, Dr. Alexandre de Andrade Pereira e o Secretário de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, Carlos Roberto dos Santos. Depois de discutidos os pontos pertinentes à fundação da entidade, os presentes passaram à eleição de uma Diretoria Provisória, tendo por membros, os dois servidores municipais e dois representantes eleitos por aclamação pela maioria dos interessados presentes. Para o fim específico de analisar, debater e pré-aprovar a proposta de Estatuto Social, a Comissão Diretiva Provisória foram aclamados os senhores Victorino da Silva, Lúcia Alfieri Braghin e Flávio José Paschoal Sicchirolí. Após a leitura e pré-aprovada, leu-se então a minuta do Estatuto Social, dirimiu-se as dúvidas e por fim, foi posta para votação, por onde se deu por aprovada definitivamente, tornando-se então o "Estatuto Social da CooperAmbiente". Durante os trabalhos, o Presidente da Assembléia solicitou aos presentes, na qualidade de membros, que se manifestassem quanto à possibilidade e desejo de cada um de ser membro do Conselho Fiscal. Apresentaram-se então Ana Regina de Moraes, José Franco, Maria de Fátima Patracon e Lucimery Bezerra Bezerra. Foram eleitos por aclamação os cinco primeiros como membros efetivos e os outros dois como membros suplentes. Em seguida procedeu-se a eleição do Conselho Fiscal, ficando assim constituído: Sonia de Fátima Alfieri – Presidente; Vane de Oliveira – Vice Presidente; Fátima Aparecida Leme – Diretora Administrativa; Argentina Sebastiana Della Libera de Oliveira – Diretora Administrativa. Sendo aprovada a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata, aprovada, vai abaixo assinada por todos os cooperados fundadores.

Nº.	Cooperado	RG	Assinatura
1	Alexandra Roberta Franco	36.247.709-7	Alexandra
2	Aline Cristina Sonsim	42.660.504-4	Aline Cristina
3	Ana Regina Müller	11.807.251-1	Ana Regina
4	Aparecida Juliana Ramos	22.460.868-X	Aparecida
5	Argentina S. Della Libera de Oliveira	5.699.198-8	Argentina
6	Benedito Antonio Amanso	14.699.892-3	Benedito
7	Benedito Aparecido Lopes	8.812.810	Benedito
		41.930.370-9	

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por REGINA SANCHES VICK FRANCO. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>. Informe o processo 1000714-84.2019.8.26.0160 e o código 6BDAEEA.

9	Carlos de Fátima Marcos	8.170.713	Carlos F.
10	Cícera Ferreira dos Santos	32.610.462-6	Cícera F.
11	Cleusa Borges Jacob	25.930.391-4	Cleusa B.
12	Dalana Fernanda de Oliveira	42.389.499-7	Dalana F.
13	Daiane da Silva Simões	40.624.033-4	Daiane S.
14	Dirce de Oliveira	30.576.955-8	Dirce O.
15	Elida Bezerra da Silva	47.646.939-7	Elida B.
16	Fátima Aparecida Leme	28.959.223-9	Fátima A.
17	Francisca Ferreira da Silva	M-4.972.415	Francisca F.
18	Francisco Antônio Alves	13.866.555	Francisco A.
19	Fuad Luís	6.292.105	Fuad L.
20	Genilda Rocha	35.569.595-9	Genilda R.
21	Jéssica de Fátima Ferreira	44.335.137-5	Jéssica F.
22	Joana de Fátima Pelegrino Olímpio	37.370.241-3	Joana F.
23	Joanna de Amorim	21.310.895	Joanna A.
24	João Batista Amaral	12.816.934-5	João B.
25	João Carlos Inácio	33.406.668-2	João C.
26	João Prachedes	16.439.864	João P.
27	Joaquina Aparecida Azevedo	20.241.203	Joaquina A.
28	Kellen de Lima	41.709.967-8	Kellen L.
29	Leandro Daniel Amaral	40.695.516-5	Leandro A.
30	Leonice Pires Olímpio	15.977.953	Leonice P.
31	Lilian Lara Braghin	42.818.118-1	Lilian B.
32	Lucelena Monzani Amaral	26.276.462-3	Lucelena A.
33	Luciana Aparecida Bernardo	30.366.218-9	Luciana B.
34	Lucimara da Silva	42.660.194-4	Lucimara S.
35	Lucimery Bezerra Barbalho	25.313.225-3	Lucimery B.
36	Maria das Graças Bezerra Silva	34.598.885-1	Maria G.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por REGINA SANCHES VICK FRANCISCO. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.jus.br/esaj>, informe o processo 1000714-84.2019.8.26.0160 e o código 6BDAEEA.

37	Maria de Fátima Patracon	15.726.948-6	
38	Maria José Franco	21.505.683-X	Ma
39	Maria Lucia Alfieri Braghin	9.743.064-X	
40	Maria Lucia Xavier	20.523.946	
41	Mirian Cristina de Oliveria	45.298.366-6	Ma
42	Neide Aparecida da Costa Dias	22.940.326-8	mi
43	Paloma F. Franco Franceschini	35.569.524-8	
44	Rita de Cássia Oliveira	M-4.960.673	Palom
45	Rogéria Cristina da Silva	32.497.071-7	Rogéria
46	Sandra Praxedes	25.930.321-5	Sandra
47	Sebastião Fachini	8.082.676	Sebastião
48	Silvia Cristina Pires	22.110.564	Silvia
49	Simone Aparecida da Silva	42.660.382-5	Simone
50	Sônia de Fátima Alfieri	15.978.098	Sônia
51	Tânia Vitorette Pereira	42.389.346-4	Tânia
52	Terezinha G. da Silva Marcelino	17.885.378	Terezinha
53	Valmir Ferreira de Carvalho	42.389.563-1	Valmir
54	Vanessa Cristiane de Oliveira	42.817.817-0	Vanessa
55	Wardy Luis	6.958.973	Wardy
56	Mariene Hercolino Laurindo	25.041.328-0	Mariene
57	Luiz Carlos Baptista da Silva	8.641.119-6	Luiz
58	Marcia Maria dos Santos	32.313.249-2	Marcia
59	Adrieli Carla Millati	42.660.073-3	Adrieli
60	Almerinda de Oliveira Cruz	19.652.739	Almerinda
61	Débora Patracon	28.811.689-6	Débora
62	Vera Aparecida Rodrigues	28.959.229-x	Vera
63	Aparecido Roberto Bonifacio	10.066.219-5	Aparecido
64	Jorge dos Santos Silva		Jorge

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por REGINA SANCHES VICK FRANCISCO. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1000714-84.2019.8.26.0160 e o código 6BDAEEA.